

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**O FINANCIAMENTO DE ATIVIDADES RURAIS
NÃO AGRÍCOLAS NO PROGRAMA RS RURAL NA
REGIÃO CENTRAL DO RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Janaína Balk Brandão

Santa Maria, RS, Brasil

2005.

**O FINANCIAMENTO DE ATIVIDADES RURAIS NÃO
AGRÍCOLAS NO PROGRAMA RS RURAL NA REGIÃO
CENTRAL DO RS**

Por

Janaína Balk Brandão

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural
da Universidade Federal de Santa Maria como
requisito parcial para a obtenção do Grau de
Mestre em Extensão Rural.

Sob a orientação do professor
José Marcos Froehlich

Santa Maria, RS, Brasil.

2005

2005

Todos os direitos autorais reservados a Janaína Balk Brandão. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser realizada com autorização por escrito do autor.

Endereço: Av. Major Cezimbra Jaques, n 1221, Alegrete, RS, 97543-390

Fone: 55 3422 3084;

Dedicatória

Isabela...

Filha peço desculpas por
ter lhe roubado tantas horas da
presença materna nestes tão
importantes dois primeiros anos
de tua vida...

Agradecimentos

Agradecer neste momento parece complicado...

Nomes, mais difícil ainda...

Aos que me incentivaram, obrigada...

Aos que acreditaram, obrigada...

Às minhas colegas, bons momentos...

À minha família, estes sempre estiveram comigo...

Ao José Marcos, obrigada pelo apoio e pelo desafio...

E por fim,

A esta instituição pública, gratuita que, através da sociedade, possibilitou minha formação intelectual, mas acima de tudo humana...Obrigada.

RESUMO

Este trabalho aborda o tema das novas funções do espaço rural brasileiro, tratando-se mais especificamente das atividades rurais não agrícolas praticadas nos estabelecimentos rurais. O foco do estudo foi os financiamentos concedidos pelo Programa RS Rural para desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas na região central do Rio Grande do Sul. Em um primeiro momento foi realizada uma análise preliminar nos dados – fonte secundária - fornecidos pelo serviço de informática do Programa RS Rural para o período de Janeiro de 1999 a Março de 2004. Identificou-se assim os tipos de atividades financiadas, os municípios beneficiados, o público beneficiário bem como os valores financiados pelo programa.

Os resultados da investigação demonstram que do montante de recursos financiados para geração de renda 63%, foram destinados à atividades rurais não agrícolas e apenas 37% dos recursos foram destinados exclusivamente à produção agropecuária. Do público beneficiário do programa RS Rural, 76 % encontra-se dentro da categoria agricultor familiar, e relacionado especificamente aos financiamentos para atividades rurais não agrícolas, temos uma representatividade da agricultura familiar de 87%. Com relação às modalidades de atividades não agrícolas financiadas, 52% do público beneficiário acessou financiamentos para a viabilização de agroindústrias, 19% para artesanato, 19% para a promoção comercial e 10% para atividades consideradas pelo programa como microindustriais.

A investigação prosseguiu no sentido qualitativo de se obter informações relacionadas à situação social, motivações e aspirações das pessoas beneficiadas pelo Programa. Para tanto, foram realizadas 19 entrevistas. A escolha dos entrevistados baseou-se em uma amostra dirigida, tendo como critério a categoria agricultor familiar, a representatividade das atividades financiadas e o montante financiado. Assim, foram entrevistadas dez famílias de agricultores com atividades vinculadas à agroindústria, três famílias de agricultores ligados ao artesanato, mais três famílias com financiamentos para produção microindustrial e três famílias entrevistadas vinculadas à promoção comercial.

Os dados das entrevistas demonstram que a busca por alternativas não agrícolas se dá principalmente pelo interesse em gerar e/ou complementar a renda, frente a alguns condicionantes do estabelecimento, como a pequena área disponível para a agricultura. Entretanto, também pelo interesse em aproveitar e ocupar o tempo disponível e mesmo como uma tentativa de “fuga” da penosidade advinda de alguns trabalhos agrícolas.

Palavras chave: atividades rurais não agrícolas; crédito rural; pluriatividade

ABSTRACT

This work approaches the subject of the new functions of the Brazilian agricultural space; being more specific it is about non-agriculturists rural activities practiced in some rural establishments. The focus of this study was the financings granted for the RS rural program used for the development of non-agriculturists rural activities in the central region of the RS. In a first moment, it was made a preliminary analysis in the selected data - secondary source - supplied by the service of computer science of RS rural program, in a period from January, 1999 to March, 2004. In this sense, it was identified the types of financial activities, the cities benefited for the program in the central region, the beneficiary public as well as the values financed for the program.

The results of this inquiry demonstrate that, from the sum of resources financed for income generation, 63% had been destined to non-agriculturists rural activities and only 37% of the resources were destined exclusively for the farming production. 76% of the beneficiary public for the RS agricultural program are in the family farming category, and concerned with the financings for the non-financed agriculturists activities, we have 87% as representation of the family farming. Related to the modalities of non-financed agriculturists activities, 52% of beneficiary public had accessed financings for the implementation of agro- industries, 19% for artesanate's practice, 19% for commercial promotion and 10% for other activities considered for the program as micro industrials.

The inquiry continued in the qualitative direction of getting information related to the social situation, motivations and aspirations of the people benefited for the program. For this, it was made 19 interviews. These interviews were made by means of questionnaires. The choice of the interviewed ones was based on a directed sample, having as criterion the familiar agriculturist category, the representation of the financed activities and the financed sum. Thus, ten families of farmers with activities related to the agro-industry, three families of farmers who works with an artesanate's practice, more three families with financings for the micro-industrial production and three interviewed families that were tied with the commercial promotion.

The analysis of these interviews demonstrate that the search for non-agriculturists alternatives mainly occur due to: the interest in generating and/or complementing the income, facing up some conditions, as the small available area for agriculture; and also for the interest in taking to advantage and occupying the available time and even as an attempt to "escape" from difficulties concerned with some agricultural works.

Key-words: non-agriculturist agricultural activities; agricultural credit; multi-functionality of agriculture; family farming.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Evolução da população rural total e do percentual da população rural sobre a total no COREDE - Central e no Estado do Rio Grande do Sul entre 1980-2000. Fonte:IBGE (1980;1996; 2000).....	27
Quadro 02. Ocupação da população rural do município de Santa Maria – 1997. Fonte: Cadastro Rural –DEAER/UFSM, citados em Froehlich (2002).....	29
Quadro 03. Valores Financiados pelo RS Rural em Reais em percentagem, na região do COREDE Central de 1999 a 2004.....	69
Quadro 04. Valores Financiados pelo RS Rural em Reais e em porcentagem para Geração de Renda, na região do COREDE Central de 1999 a 2004.....	71
Quadro 05. Valores financiados para ARNAs segundo a categoria do público beneficiário em Reais, de 1999 a 2004.....	74
Quadro 06. Atividades financiadas de acordo com o número de pessoas beneficiadas.....	83
Quadro 07. Atividades financiadas de acordo com os municípios da região do COREDE – Central do RS, de 1999 a 2004.....	87
Quadro 08. O foco das velhas e novas políticas de desenvolvimento rural. Fonte: Graziano da Silva (2001 p. 112). Quadro formatado pela autora.....	89
Quadro 09. Municípios visitados, público entrevistado e respectivas ARNAs financiadas pelo Programa RS Rural na região central do RS.....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Práticas correspondentes às atividades consideradas não agrícolas financiadas e códigos correspondentes do Manual Operativo do Programa RS Rural. Fonte: Programa RS Rural, 2004. Tabela adaptada autora.....	pela 33
--	------------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Distribuição geral em porcentagem dos recursos financiados pelo RS Rural por atividade, na região do COREDE Central de 1999 a 2004.....	69
Gráfico 02 – Distribuição dos recursos destinados pelo RS Rural à Geração de Renda, de 1999 a 2004.....	71
Gráfico 03 – Número de pessoas beneficiadas por financiamentos do Programa RS Rural na região do COREDE –Central, de 1999 a 2004.....	73
Gráfico 04 - Público beneficiário por financiamentos do RS Rural para ARNAs na região do COREDE –Central, de 1999 a 2004	73
Gráfico 05 – Distribuição dos financiamentos para ARNAs na região do COREDE - Central de acordo com a categoria do público beneficiário em porcentagem, de 1999 a 2004.....	74
Gráfico 06 – Público beneficiado para ARNAs na região do COREDE Central do RS de acordo com o gênero, no período de 1999 a 2004.	75
Gráfico 07 – Modalidades de ARNAs financiadas pelo RS Rural a mulheres na região do COREDE Central do RS, de 1999 a 2004... ..	76
Gráfico 08 – Modalidades de ARNAs financiadas pelo RS Rural a homens na região do COREDE Central do RS, de 1999 a 2004.....	76
Gráfico 09 - Taxas de Crescimento dos Ocupados Residentes Rurais, por sexo, segundo Setores de Atividade, Estado de São Paulo, 1995. Fonte: Fundação IBGE. Tabulações Especiais da PNAD de 1995-1999; Fundação Seade.....	78
Gráfico 10 – Categorias beneficiadas pelo RS Rural para ARNAs por município no COREDE Central do RS, de 1999 a 2004.....	81
Gráfico 11 – Porcentagem de municípios que acessaram o RS Rural para ARNAs na região central do RS, de 1999 a 2004.....	82
Gráfico 12 - Modalidades de ARNAs Financiadas pelo Programa RS Rural na região do COREDE Central, em porcentagem.....	82

Gráfico 13 – Valores em Reais (R\$) financiados para ARNAs segundo os municípios na região do COREDE Central do RS, de 1999 a 2004.....	86
Gráfico 14 - Financiamentos para ARNAs “ampliado”, considerando atividades de geração de renda, ações de manejo e conservação dos recursos naturais e infra-estrutura do Programa RS Rural, de 1999 a março de 2004.....	88
Gráfico 15 - Financiamentos concedidos pelo Programa RS Rural para ARNAs referente à categoria Agricultor Familiar, de 1999 a março de 2004, na região do COREDE Central do RS.....	91
Gráfico 16 - Número de pessoas que compõe o núcleo familiar nos estabelecimentos visitados.....	92
Gráfico 17 - Percentagem em relação ao gênero nas famílias entrevistadas.....	92
Gráfico 18 - Faixas etárias nas famílias beneficiárias de financiamentos para ARNA na região do COREDE Central do RS, em percentagem.....	93
Gráfico 19 - Grau de escolaridade das pessoas que compõe o núcleo familiar dos estabelecimentos visitados.....	94
Gráfico 20 – Fontes de água disponível nos estabelecimentos visitados.....	95
Gráfico 21 - Acesso a telefonia nos estabelecimentos visitados.....	95
Gráfico 22 - Assistência técnica nos estabelecimentos visitados.....	96
Gráfico 23 - Acesso a financiamentos rurais relativos aos estabelecimentos visitados.....	96
Gráfico 24 - Tipo de estabelecimento.....	97
Gráfico 25 - Tamanho dos imóveis dos beneficiários de financiamentos do RS Rural para ARNAs entrevistados na região do COREDE Central....	97

LISTA DE ANEXOS

Anexo 01. Questionário – Enquête.....	117
Anexo 02. Práticas recomendadas pelo Programa RS Rural e requisitos técnicos.....	122

LISTA DE MAPAS

- Mapa 01. O COREDE Central dentro do estado do Rio Grande do Sul. Fonte: COREDE Centro “Referencial Sócio- Econômico Básico da Região Central do RS”. Documento 01. Santa Maria: COREDE Centro/ Secretaria do Estado do Rio Grande do Sul, 1999.....26
- Mapa 02. Regiões Fisiográficas do COREDE CENTRAL/RS. Fonte: Neumann, 2004.....28

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	01
I – O FINANCIAMENTO DE ATIVIDADES RURAIS NÃO AGRÍCOLAS NA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL	
1.1. As atividades rurais não agrícolas e as estratégias de desenvolvimento rural.....	03
1.2. O financiamento às atividades rurais no Brasil: um breve histórico...16	
1.3. Objetivos da pesquisa.....	25
1.3.1. Objetivo Geral.....	25
1.3.2. Objetivos Específicos.....	25
II – METODOLOGIA	
2.1. Área de estudo.....	25
2.1.1. Características da população e da rede urbana.....	26
2.1.2. Evolução e características da população rural.....	27
2.1.3. Infra-estrutura.....	30
2.1.4. Qualidade de vida.....	30
2.2. Método da pesquisa.....	30
2.3. Identificação da amostra e coleta dos dados.....	32
2.4. Organização e análise dos dados.....	35
III – REVISÃO DA LITERATURA	
3.1. As atividades rurais não agrícolas e as reflexões dos autores clássicos da sociologia rural.....	37
3.2. O rural, breve histórico e configurações contemporâneas.....	48
3.3. O rural sob a ótica da multifuncionalidade.....	53
3.4. A pluriatividade e as atividades rurais não agrícolas.....	56

IV – O PROGRAMA RS RURAL E O FINANCIAMENTO DE ATIVIDADES RURAIS NÃO AGRÍCOLAS NA REGIÃO CENTRAL DO RS

4.1. O Programa RS Rural.....	61
4.1.1. Projeto integrado.....	66
4.1.1.1. Critérios gerais de elegibilidade.....	67
4.1.2. Limite financeiro por família.....	67
4.1.3. Participação e contrapartida.....	67
4.2. As ARNAs e os financiamentos do Programa RS Rural na região central do RS.....	68
4.2.1. Distribuição dos financiamentos.....	68
4.2.2. Público beneficiário.....	70
4.2.3. Características dos financiamentos para atividades rurais não agrícolas de acordo com os municípios.....	80

V – AS ATIVIDADES RURAIS Não AGRICOLAS E A REALIDADE OBSERVADA

5.1. As atividades rurais não agrícolas e suas perspectivas segundo os beneficiários.....	90
5.1.1 Público entrevistado.....	90
5.1.2. Características gerais dos estabelecimentos visitados.....	91
5.1.3. As atividades rurais não agrícolas, seus objetivos e suas projeções.....	98
5.2. As ARNAs e a pesquisa a campo.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
Referência Bibliográficas.....	113
Anexos.....	117

APRESENTAÇÃO

As discussões que cercam o tema relacionado ao “rural”, suas múltiplas perspectivas, variáveis sociais e econômicas, além das políticas e ambientais, estiveram sempre muito presente durante a minha trajetória acadêmica. As várias formas de trabalhos não agrícolas exercidos em estabelecimentos situados nas zonas caracterizadas como rurais da região central tornaram-se alvos de nosso estudo dada a importância e amplitude do tema, tão debatido em nível estadual e nacional, quanto carente de dados locais e regionais mais detalhados. Desta forma, tomamos como área de estudo a região do COREDE Central, e como instrumento subsidiador das informações o Programa RS Rural.

Antes da descrição da seqüência utilizada, consideramos fundamental explicitar nosso esforço em apresentar de forma simples questões complexas, sendo este um de nossos principais desafios. Afinal, não é tarefa fácil discutir, de maneira sintética e objetiva, o rural, suas conformações e perspectivas, nem se pode, para isso, deixar de levar em conta sua trajetória histórica.

Para definir alguns conceitos considerados importantes e apresentar o tema de estudo, propusemos o Capítulo I, como mediador da discussão que permeará todo o trabalho. Deste modo, realizamos um panorama geral o rural, suas particularidades, a evolução do pensamento de autores que trabalham com temáticas relacionadas ao foco de interesse, encontramos algumas semelhanças e antagonismos. Efetuamos ainda um breve resgate relacionado ao crédito rural brasileiro, seus padrões de financiamentos e algumas características atuais. Ao final desse, apresentamos os objetivos a que se propõe este estudo. Já no Capítulo II, descrevemos a área de estudo, suas características ambientais, de população e infra-estrutura, bem como os pressupostos metodológicos considerando as especificidades das ciências sociais e do meio rural.

O aprofundamento teórico sobre algumas formulações de autores clássicos da sociologia rural de determinados autores contemporâneos sobre a ruralidade está apresentado no terceiro capítulo. Neste, retomamos algumas discussões apresentadas no primeiro capítulo acerca dos processos que envolveram a modernização da agricultura, bem como algumas caracterizações históricas da

formação econômica e social do meio rural brasileiro. Assim, as conformações atuais dos territórios rurais, relacionadas à multifuncionalidade e às atividades rurais não agrícolas, bem como a “disputa” de projetos de desenvolvimento e políticas públicas voltadas para o setor, considerando o rural ora como espaço estritamente agrícola ou de várias atividades, foram consideradas de forma subseqüente, tendo como parâmetro, pelo menos na maior parte, o modo de produção familiar.

No quarto capítulo está contida a sistematização dos dados relacionados aos financiamentos realizados pelo Programa RS Rural na região do COREDE Central do RS, de 1999 a 2004, juntamente com algumas análises realizadas sobre a realidade encontrada e relacionadas a algumas pesquisas em outras regiões. No quinto capítulo, são apresentados a sistematização e o aprofundamento teórico relacionados às enquêtes aplicadas na região em que se buscou levantar basicamente as aspirações e motivos que levaram as pessoas à prática de atividades rurais não agrícolas. Por fim, apresentamos algumas conclusões extraídas da pesquisa em questão.

I. O FINANCIAMENTO DE ATIVIDADES RURAIS NÃO AGRÍCOLAS NA REGIÃO CENTRAL DO RS

1.1 As atividades rurais não agrícolas e as estratégias de desenvolvimento rural

Na década de 1980 no Brasil e em meados dos anos 1960 nos países do capitalismo avançado, segundo Ferreira (2002), a maioria das construções sociais sobre o rural sugeria o seu desaparecimento acelerado. Esta visão, segundo a estudiosa, desenvolveu-se basicamente quando o processo de modernização da agricultura atingiu seu auge. Durante esta modernização, além das inovações tecnológicas, presenciamos uma progressiva valorização do “mundo urbano¹” e de seus valores, dando margem a uma valorização negativa do rural.

Froehlich (2002) também ressalta que, durante o processo de modernização, presenciamos uma representação social altamente pejorativa sobre o rural, em que alguns de seus atributos sofreram um processo de desvalorização, principalmente aqueles que à modernização interessava transformar. Assim, o autor analisa que:

Para superar (modernizar) o rural tradicional / arcaico, havia que difundir nele as práticas sócio-econômicas, as formas de vida e cultura do meio urbano-industrial. Recorreu-se, para tanto, a estereótipos dos rurais como atrasados, ignorantes, inferiores culturalmente frente à elegância e indiscutível superioridade que se pressupôs ao habitante citadino como fundamento para legitimar uma dada intervenção e um entendimento da modernização do rural, que implicava sua necessária ‘desruralização’ e adequação às pautas do mundo urbano-industrial. (Froehlich, 2002, p.30).

Já para Graziano da Silva (1981), a questão dos antagonismos entre o rural e urbano se solidificou principalmente após a segunda Guerra, quando se evidenciaram dois mundos, um desenvolvido e um subdesenvolvido. Nesta classificação, para o autor, a estereotipização do subdesenvolvimento o mostrava como uma economia em que o setor industrial era incipiente e o setor agrícola atrasado. Assim, o economista salienta que a industrialização era apresentada como a fórmula milagrosa capaz de, por si só, gerar o desenvolvimento; e os setores agrícolas, apontados como responsáveis pelo atraso desses países, deveriam ceder

¹ Segundo o dicionário Aurélio(1985), urbano é relativo à cidade, ou então, quando visto como adjetivo, refere-se a cortês, civilizado, afável. Sobre a construção sistemática de valores e atributos diferenciais entre o mundo urbano e o mundo rural, com claros pendores para qualificativos favoráveis ao urbano em detrimento do rural, ver Sorokin, Zimmermann e Galpin (1930).

a sua posição dominante na economia. Apesar disso, o Brasil e muitos outros países da América Latina consolidariam sua agricultura e o seu mundo 'rural' em uma estrutura de posse da terra herdada dos tempos coloniais, baseada no latifúndio, sem que isto fosse um real obstáculo ao processo de formação de um capitalismo industrial no país, comenta o autor.

Assim, o país (principalmente após a década de 1950) apostou em uma estratégia de desenvolvimento rural baseada no que Graziano da Silva chamou de modernização conservadora. Este processo de modernização se fez acompanhar de unidades de produção cada vez maiores, com uma conseqüente concentração da renda no setor agrícola.

Romeiro (2001) refere-se a algumas estratégias de desenvolvimento baseadas no estímulo à modernização da grande propriedade tradicional, como "estratégias urbanas de desenvolvimento rural" (2001, p.15) e, embasado na opinião de Hans Biswanger (1994), acredita que ela tem se caracterizado pela persistência e/ou aumento da pobreza rural. De acordo com Romeiro, esta modernização baseou-se, sobretudo, em generosos subsídios para proprietários rurais de porte médio a grande para a moto-mecanização. Tal fato acabou por provocar uma redução da demanda relativa por mão-de-obra agrícola, além de inflacionar os preços da terra, acirrando os conflitos fundiários e a conseqüente expulsão de pequenos produtores na fronteira agrícola. Além disso, segundo o autor, uma das razões pelas quais a agricultura familiar² é um dos setores que mais sofreu os 'prejuízos' da modernização da agricultura, deu-se pelo fato de serem atingidos duramente pela política de modernização de viés industrial, em que, por décadas, o meio rural se viu subordinado às grandes indústrias e pela ausência e/ou insuficiência de políticas voltadas para apoiar, consolidar e expandir a produção familiar, em particular os programas de reforma agrária, crédito, pesquisa e assistência técnica.

² A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas. (Abramovay, 1997, p. 3). Na seqüência deste trabalho aprofundaremos a questão relativa à agricultura familiar e suas inter-relações com as atividades rurais não agrícolas.

No início da década de 1980, em uma análise sobre a modernização da agricultura brasileira, em que o rural como um todo era atingido, Graziano da Silva comentava que:

Do exposto anteriormente e pela situação atual da agricultura brasileira, conclui-se que os resultados das políticas que visam o desenvolvimento do capitalismo no campo têm servido na maioria das vezes para a manutenção de um sistema latifundiário no qual a terra assume o principal papel como geradora de renda, deixando ao capital um papel secundário. O que se pode ver no campo brasileiro é uma “modernização conservadora” que privilegia apenas algumas culturas e regiões e assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades). Nunca uma transformação dinâmica, auto-sustentada; pelo contrário, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vingou pelo amparo do Estado. (Graziano da Silva, 1981, p. 40).

Passadas duas décadas, o mesmo autor é um dos mais influentes e respeitados colaboradores de uma temática emergente, denominada por ele como o “Novo Rural”. Para Graziano da Silva (2001), uma das formas de observar a nova ruralidade brasileira é pela ocupação das pessoas que residem em áreas rurais. Conforme sua análise, o progresso técnico na produção agropecuária tem levado a uma simplificação das tarefas agrícolas, principalmente com a terceirização das operações mecanizadas. Desta forma, os estabelecimentos que antes precisavam de famílias numerosas para suprir a demanda de mão-de-obra, atualmente necessitam cada vez menos delas. Contudo, e esta é a questão central, afirma que surgem não só novas atividades agrícolas no meio rural, mas principalmente atividades rurais não agrícolas³, que segundo o estudioso “ [...] são as atividades que acabam absorvendo a mão-de-obra excedente da agricultura modernizada” (Graziano da Silva, 2001, p. 108).

Assim, o autor salienta que, a partir de meados dos anos 1980, assistimos a uma nova conformação do meio rural brasileiro, a exemplo do que ocorre há tempos em países desenvolvidos. Deste “Novo Rural” fazem parte muitos fenômenos sociais relevantes, destacando-se a diversificação crescente das fontes de renda e da atividade laboral dos indivíduos pertencentes a uma mesma família de agricultores (pluriatividade).

³ Entende-se por atividades rurais não agrícolas tanto o trabalho nos ramos tradicionais da atividade industrial, como as novas atividades que vêm se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, artesanato, comercialização, agroindustrialização.

“ [...] esse Novo Rural como vem sendo denominado, está composto basicamente de três grandes grupos de atividades: - uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias, - um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; - um conjunto de ‘novas’ atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos de mercados”. (Graziano da Silva et alli, 2002 p. 39).

Graziano da Silva (2001) entende que a valorização destas Atividades Rurais Não Agrícolas (ARNAs) é derivada da crescente urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e prestação de serviços), mas também das atividades derivadas da conservação do meio ambiente, além de um amplo conjunto de atividades de “nichos de mercado”. Salienta ainda que as famílias acabam por buscar essa diversidade de atividades como forma de possibilitar a inserção em novos mercados locais que se abrem, tornando-se assim famílias pluriativas⁴.

Por isso, para Graziano da Silva (1996), há que se considerar o contexto social e o ambiente econômico para entender porque, em determinadas regiões, os membros de famílias de agricultores tomam a decisão de trabalhar fora ou permanecerem ocupados dentro da propriedade com atividades não agrícolas. Assim, conforme o autor:

A criação de empregos não agrícolas nas zonas rurais é, portanto, a única estratégia possível capaz de, simultaneamente, reter essa população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e ao mesmo tempo, elevar o seu nível de renda. Não é por outra razão que importantes instituições internacionais⁵ vem insistindo na proposta de retomar a idéia de desenvolvimento rural impulsionando-se um conjunto de atividades que gerem novas ocupações (não necessariamente empregos) que propiciem maior nível de renda às pessoas residentes no meio rural, (Graziano da Silva, 1996, p.26).

Com base nisto, Graziano propõe que a sociedade não apenas acompanhe este processo de revalorização do rural, mas sim a fomente, vendo como função do

⁴ Graziano da Silva (2004) considera famílias pluriativas tradicionais (agrícolas + agrícolas) aquelas em que seus membros combinam atividades agrícolas com trabalho assalariado também agrícola; denomina de família pluriativa interssetorial sem trabalho doméstico (agrícola + não agrícola) a família em que pelo menos um membro ocupa-se em atividades agrícolas e pelo menos outro se ocupa em atividades não agrícolas e que nenhum dos membros se ocupa em trabalho doméstico remunerado; e mais, chamou de família pluriativa interssetorial com trabalho doméstico aquela cujos membros combinam atividades agrícolas com trabalho doméstico e com outras atividades não agrícolas (agrícola + não agrícola + trabalho doméstico). Fonte: www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/glossário.html

⁵ FAO(1995). El Estado Mundial de la Alimentación. Roma, Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación. (cpa. Brazil); Chiriboga, M. (1992). Hacia una modernización democrática y incluyente de la agricultura. In: Machado, A (comp.). Desarrollo rural y Abertura Economica. Bogota: Fondo DRI-ICA.

Estado tomar o rural um espaço de múltiplas dimensões e não apenas um local onde se realizam atividades agropecuárias.

Neste sentido, a literatura disponível sobre a temática dos novos papéis do espaço rural (incluindo a visão do rural como um espaço de múltiplas funções) e as estratégias de desenvolvimento que melhor se ajustam para a realidade brasileira, tem se ampliado significativamente nos últimos dez anos. Contudo, tal aspecto de forma nenhuma denota qualquer sentido de consenso.

Gómez (2001) comenta de maneira bastante oportuna esta evolução no que diz respeito aos paradigmas relacionados ao desenvolvimento rural e suas crises contemporâneas:

Sin embargo, más allá de nuestras fronteras, este paradigma del desarrollo ha cambiado en los últimos tiempos y se puede observar “una revalorización de lo rural, entendida no como una ‘vuelta a lo rural’ sino como un cambio de visión sobre lo rural”. (Wilches, 2000 apud Gómez E. 2001, p. 8-9).

Neste contexto, a criação e a natureza dos postos de trabalho e da geração de renda, relacionadas com as ARNA, passa a se inserir cada vez mais dentro da discussão sobre a definição da melhor estratégia de desenvolvimento⁶ para o rural.

Segundo Navarro (2001) não existe uma definição consensual do que significa desenvolvimento rural,. Mas, na atualidade, “normalmente nenhuma das propostas deixa de destacar a melhoria do bem estar das populações rurais como o objetivo final do desenvolvimento rural [...]” (Navarro, 2001, p. 06).

O debate sobre a melhor “fórmula” de alcançar o desenvolvimento rural para a realidade do Brasil atual é bastante acirrado. Identificam-se propostas de estratégias distintas como: a) a função do Estado é investir em um Brasil agrícola, seja baseado na suposta eficiência técnica da grande propriedade ou no baixo custo de produção da agricultura familiar⁷; ou b) o Estado e a sociedade devem promover a

⁶ Para Veiga (1998), a questão sobre o que é desenvolvimento passa, na contemporaneidade, principalmente pelos índices de desenvolvimento humano. Assim, o autor considera que, após passadas décadas de conflitos entre os termos desenvolvimento e crescimento econômico, qualquer processo de desenvolvimento sempre envolverá a superação de conflitos entre os lados de um triângulo formado pelo crescimento econômico, a redução das desigualdades sociais e a preservação ambiental. Contudo, pondera que, apesar de aparentemente estarmos cada vez mais próximos a um consenso acerca do tema, ainda não conseguimos atingir a maioria das metas almejadas, relacionadas principalmente com a melhoria da qualidade de vida das pessoas, vivam elas no meio rural ou na cidade.

⁷ Para Denard (2005)i: “o conceito de agricultura familiar é **relativamente** recente, pelo menos no Brasil. Tem talvez uns dez anos. Antes disso, falava-se em pequena produção, pequeno agricultor e, um pouco antes, ainda se utilizava o termo camponês. Em linhas gerais, os empreendimentos

transformação do rural brasileiro, atribuindo-lhe novas funções, como forma de resolver problemas socioeconômicos e ambientais vivenciados na atualidade.

Atualmente, o Brasil possui uma população rural perto de 14 milhões de pessoas; destas, estima-se que 30% não estejam mais ocupadas em atividades agrícolas. De modo geral, nos últimos 50 anos estivemos diante da redução sistemática do número de empregos e ocupações na produção agrícola, devido, sobretudo, ao advento da modernização tecnológica, como, por exemplo, a motomecanização. Além de Graziano da Silva, autores como Carneiro e Wanderley, com base em dados estatísticos, afirmam que, a partir de meados da década de 1980 e nos anos 90, estaríamos presenciando um momento transitório no cenário rural brasileiro e até mesmo mundial, relacionado sobretudo com a possível diversificação das formas de ocupação e geração de renda no campo. Assim, principalmente a partir dos anos 1990, a estrutura do trabalho no meio rural se alterou, tornando-se cada vez mais significativa às ocupações rurais não agrícolas da população economicamente ativa residente em áreas consideradas rurais.

Como uma das marcas principais do período, Navarro (1996) salienta a nova estrutura do trabalho rural, que não é ainda suficientemente conhecida, pois sua investigação é recente; e a aparente ampliação das possibilidades de ocupação em áreas rurais em atividades não agrícolas. Neste sentido, Graziano da Silva (1996, p. 25) afirma que, “[...] já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrícola. E mais: há um conjunto de atividades não agrícolas, que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro”.

Diante destas ‘novas’ conformações do rural, Graziano da Silva et alli (2001) fazem um balanço relacionando o foco das velhas e das novas políticas de desenvolvimento rural. No primeiro caso, o espaço rural é visto como exclusivamente agrícola, há centralidade agrícola nas políticas públicas, o cuidado com o meio ambiente ainda está ligado somente à produção agrícola. No foco das novas políticas de desenvolvimento, o espaço rural é visto como multifuncional, a

famílias têm duas características principais: eles são administrados pela própria família; e neles a família trabalha diretamente, com ou sem auxílio de terceiros. Vale dizer: a gestão é familiar e o trabalho é predominantemente familiar. Podemos dizer, também, que um estabelecimento familiar é ao mesmo tempo, uma unidade de produção e consumo, uma unidade de produção e de reprodução social”. Para melhor conceituação ver Abramovay (1992) e Lamarche (1993). Fonte: Denardi, R.A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável.

http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista_agroecologia_ano2_num3_parte2_artigo. Pesquisado em 14/01/2005.

produção agrícola encontra-se ligada às cadeias agroindustriais. O foco também encontra-se na infra-estrutura básica, na habitação, na preservação do meio ambiente e cultura local; e como não poderia deixar de ser, na geração de renda: agrícola e não agrícola.

Dentro deste contexto, encontramos no Estado do Rio Grande do Sul o Programa RS Rural⁸, que possui uma perspectiva muito similar a respeito deste último foco de políticas públicas comentadas por Graziano da Silva et alli. Este programa vem se consolidando como importante fonte de financiamentos de atividades rurais desde 1998. Desta forma, como meio de buscar traçar um perfil das ARNAs na região central do RS, propõe-se no presente estudo uma análise dos financiamentos concedidos a estabelecimentos rurais da região do COREDE⁹ Central do RS. Estudos mais localizados são de interesse para a análise do processo evolutivo no meio rural brasileiro, tendo em vista que a maioria dos trabalhos se encontra na região de São Paulo, ou os dados disponíveis são de caráter amostral como as PNADs¹⁰, através de tabulações produzidas pela equipe do Projeto Rurbano¹¹. Embora estes dados disponíveis sejam de âmbito geral, apresentam um forte indicativo de que as atividades rurais não agrícolas trazem para as famílias trabalho e agregação de valor aos produtos ou serviços oferecidos. Isso demonstra que existe uma relevância social e econômica local e até mesmo regional. Segundo Schneider (1999-a), é por essa razão que se tornam pertinentes e necessários investigações com base em trabalhos de campo focalizando espaços de menor recorte geográfico, como o proposto neste estudo para a região conformada pelo COREDE Central do RS.

⁸ O RS Rural é um Programa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, coordenado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA). Resulta do acordo de Empréstimo nº 4148-BR, assinado em 11 de julho de 1997, entre o Estado e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Trata-se de um Programa abrangente que permite agregar numa mesma direção os interesses institucionais, técnicos, políticos, sociais, econômicos, ambientais e anseios das comunidades gaúchas, conforme afirmações da SAA. Fonte: www.saa.rs.gov.br pesquisado em 02 de dezembro de 2004.

⁹ Os COREDEs (Conselho Regional de Desenvolvimento) são instâncias regionais criadas em 1990 pelo executivo estadual na perspectiva de descentralizar as definições de âmbito regional e elevar a participação da sociedade civil no planejamento das ações regionais por parte do Estado.

¹⁰ Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

¹¹ O projeto Rurbano é o esforço de um grupo de pesquisadores de onze unidades da federação que pretende analisar as principais transformações ocorridas no meio rural brasileiro nas últimas décadas. Trata-se de um projeto temático de equipe com o apoio de Fapesp e da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura, coordenado pelo professor José Graziano da Silva da UNICAMP. Para maiores informações consulte: www.eco.unicamp.br/eventos/rurbano.

Em um estudo sobre as transformações recentes do meio rural e das relações deste com o meio urbano, Wanderley (2000) faz referência às particularidades do rural, principalmente considerando-o como espaço diferenciado e não passível de homogeneizações. Para Kaiser apud Wanderley (2000, p. 88), “o ‘rural’ é um modo particular de utilização do espaço e de vida social”. Assim, Wanderley supõe que o espaço rural pode ser entendido como, ao mesmo tempo, um espaço físico (com referência à ocupação do território e aos seus símbolos), um lugar onde se vive (com particularidades do modo de vida e referência identitária) e um lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade).

Para a autora, o rural não se constitui como essência imutável. Ao contrário, é uma categoria histórica, que se transforma, refletindo acerca das complexidades restritas que permeiam as coletividades rurais. Do ponto de vista sociológico, por exemplo, Wanderley afirma que há uma relação específica dos habitantes do campo com a natureza.

A autora analisa que existem dois olhares na dinâmica moderna do rural. Um aposta no desaparecimento completo das sociedades rurais / camponesas, através de um processo progressivo do que muitos autores clássicos como Lênin, chamaram de decomposição do campesinato. A outra ótica, da qual compartilha Wanderley, diz que as profundas transformações resultantes dos processos sociais mais globais, como a urbanização, a industrialização, a modernização da agricultura, não se traduzem por nenhuma ‘uniformização’ da sociedade, capaz de provocar o fim das particularidades de certos grupos sociais. A modernização, sob sua visão, redefine sem anular as questões referentes à relação campo / cidade, ao lugar do agricultor na sociedade, à importância social, cultural e política da sociedade local. Deste modo, Wanderley baseia seu trabalho na hipótese de que o recorte rural-urbano, em suas novas e modernas formas, permanece pertinente para analisar as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas, apontando não para o fim do rural, mas para a emergência de uma nova ruralidade.

Wanderley considera que os diferentes processos pelos quais têm passado a sociedade como um todo e o rural especificamente (desde a modernização da agricultura, em que acredita que acabou por transformar a estrutura e a vida social local, na medida em que o desenvolvimento industrial se concentrou nos espaços

urbanos) reiteraram a estreita identificação entre a atividade agrícola e o meio rural. Porém, analisa que:

Nas sociedades modernas, o desenvolvimento dos espaços rurais dependerá, não apenas do dinamismo do setor agrícola, porém, cada vez mais, da sua capacidade de atrair outras atividades econômicas e outros interesses sociais e de realizar uma profunda 'ressignificação' de suas próprias funções sociais. (Wanderley, 2000, p.96).

Assim, Wanderley traz algumas questões interessantes em torno do meio rural e do lugar dos agricultores e da agricultura na sociedade moderna. Qual o lugar da agricultura nas sociedades pós-industriais? Os agricultores têm algum papel a desempenhar nestas sociedades? É socialmente aceitável uma sociedade sem agricultores?

Ao desenvolver atividades não agrícolas em estabelecimentos rurais, os agricultores estariam em vias de desaparecer, como acreditava Kaustsky (1898/1972)? Ou estas seriam decisões tomadas pela família apenas como forma de viabilizar a reprodução e ocupação do tempo, mantendo-se as características intrínsecas relacionadas ao modo de vida e à forte ligação da agricultura com a família, como analisava Chayanov (trad. 1974)?

Wanderley afirma que, do ponto de vista do desempenho profissional (e supomos que da própria reprodução da agricultura familiar), parece evidente que,

[...] neste novo contexto, a importância e o significado que os agricultores assumem no meio rural dependem, em grande parte, de duas ordens de fatores: por um lado, sua capacidade de adquirir competência, cada vez mais complexa, exigida pela própria atividade agrícola e, por outro, sua capacidade de ocupar os espaços não agrícolas que se expandem no meio rural. (Wanderley, 2000, p. 121).

Por fim, a pesquisadora afirma que os defensores da teoria do *continuum*¹² rural-urbano, na verdade, apontam para um processo de homogeneização espacial e social, que se traduziria por uma crescente perda de nitidez das fronteiras entre os dois espaços sociais e, sobretudo, pelo fim da própria realidade rural, espacial e socialmente distinta da realidade urbana. Contudo, a estudiosa ressalva que nem todos que se referem ao *continuum* rural-urbano defendem necessariamente a

¹² Esta questão relativa aos espaços denominados *continuum* rural – urbano, para Wanderley (2001), refere-se aos locais onde se identificam a proximidade e a continuidade espacial entre o meio **urbano** e o **rural**, a partir das relações estabelecidas, tanto de trabalho como de busca de infra-estruturas.

homogeneização dos espaços e o fim do rural. Desta forma, assume como central em seu trabalho que as semelhanças e aproximações entre o meio rural e urbano, nas sociedades modernas, não se traduzirá pelo fim do rural.

Já para Carneiro (1998), ao invés da dimensão “rural”, a dimensão mais adequada é a de “local” quando analisamos as estratégias de desenvolvimento e as transformações ocorridas nos meios social e cultural. Mesmo considerando, como Graziano da Silva e Wanderley, que esta nova ruralidade emergiu da crise produtivista do modelo de desenvolvimento implementado no pós-guerra, Carneiro ressalta principalmente que este novo rural, apesar de não se definir mais pelo agrícola e estar baseado na valorização do modo de vida, entre outros, não pode ser caracterizado por nenhum tipo de homogeneização. Isto porque considera que os valores urbanos difundidos (principalmente após a modernização da agricultura) não são homogêneos e reproduzem heterogeneidades. Mais do que isso, Carneiro considera que o “campo” não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão, ponderando a respeito das especificidades pertinentes ao meio rural e seu processo evolutivo.

Se as medidas modernizadoras sobre a agricultura foram moldadas no padrão de produção (e de vida) urbano-industrial, seus efeitos sobre a população local e a maneira como esta reage a tais injunções não são de modo algum, uniformes, assim como tais medidas não atingem com a mesma intensidade e proporções as diferentes categorias de produtores. Nesse sentido não se pode falar de ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos. (Carneiro, 1998, p.53).

A partir disto, podemos considerar a relevância dos estudos com menores recortes geográficos, como dizia Schneider (1999-a), já que tanto as transformações socioeconômicas quanto as influências sofridas não se dão de forma homogênea, sendo específicas das localidades em que estão ocorrendo. Assim, o próprio processo de desenvolvimento pode inclusive apresentar contornos específicos em cada localidade e/ou região.

Para Veiga (1998), por sua vez, o desenvolvimento rural “[...] é um fenômeno intrinsecamente local e regional”. (Veiga, 1998, p. 16). O estudioso considera ainda que as localidades e regiões que mais conseguem se desenvolver são aquelas que identificam e potencializam os fatores endógenos, direcionando-os para o fortalecimento da organização social e para o aumento da autonomia local. Portanto,

podemos supor que, assim como Carneiro (1998), o autor acredita na definição “local” como mais adequada para traçarmos estratégias que gerem trabalho e renda para as famílias e, conseqüentemente, desenvolvimento. Neste sentido, em uma análise sobre o rural dos chamados países desenvolvidos, Veiga afirma que:

O que está havendo é uma crescente combinação de atividades agrícolas e não agrícolas no interior das unidades familiares, cuja descrição por meio de estatísticas é muito difícil, uma vez que elas se referem aos indivíduos e não às famílias. De qualquer forma, é preciso saber que esta tendência a pluriatividade das famílias rurais tem sido uma característica marcante do desenvolvimento rural dos países do núcleo orgânico, o chamado primeiro mundo. O eixo propositivo de um projeto de desenvolvimento rural deve estar voltado para a ampliação das oportunidades de geração de renda monetária pelas famílias rurais que ainda são predominantemente agrícolas, mas que, em grande número, se tornarão cada vez menos agrícolas no processo de desenvolvimento. (Veiga, 1998, p. 18).

O estudioso considera ainda que, nos países em que as políticas públicas já vêm reagindo à nova exigência social relacionada prioritariamente à agricultura familiar (o que parece estar acontecendo aos poucos no Brasil), ficam mais claras as “[...] imensas vantagens comparativas da agricultura familiar, pois sua principal característica é a diversificação.” (Veiga, 1996, p. 26). Assim, assume a preponderância das “vantagens”, sejam elas sociais, culturais ou ambientais, da agricultura familiar em contraponto à agricultura patronal, valorizando o perfil essencialmente distributivo e versátil da agricultura familiar.

Já Romeiro (2001), que assim como Veiga reconhece a tendência no que se refere à pluriatividade das famílias e ao crescimento das ARNAs, julga que devemos investir em um Brasil onde o desenvolvimento rural seja promovido predominantemente pela agricultura. Conforme este autor, o apoio e o fomento às ARNAs devem ser deixado em segundo plano por parte do Estado.

Romeiro (2001) faz uma análise de alguns aspectos fundamentais das transformações ocorridas nos últimos 30 anos, salientando que, nos anos 1970, o processo de modernização agrícola substituiu o crescimento extensivo (pela incorporação de terra e mão-de-obra). Na década de 1980, este processo de modernização aprofundara a integração da agricultura com os capitais industriais, comerciais e financeiros que a envolvem; já nos anos 1990, segundo o autor, os fatos novos são as informações nas PNAD sobre a redução relativa no crescimento do emprego rural estritamente agrícola em contraposição ao aumento do emprego rural não agrícola. Contudo, para Romeiro (2001, p.33) “[...] vistos à luz das

transformações ocorridas na agricultura brasileira nos últimos trinta anos – e comparadas com aquelas ocorridas nos países desenvolvidos -, estes dados da PNAD não autorizam este tipo de conclusão”. O autor se refere, neste momento, às conclusões tiradas por Graziano da Silva (1999), atribuindo ao Estado a capacidade de trocar a lógica de desenvolvimento, parando de “[...] insistir no desenvolvimento agrícola como estratégia para a solução do emprego e da pobreza rural”. (Graziano da Silva, 1999, p. 30 apud Romeiro, 2001, p. 33). Por fim, Romeiro (2001, p. 39) garante que:

...a conclusão lógica do exame dos dados da PNAD à luz do que se conhece da realidade brasileira, deveria ser a de que, mais do que nunca, é necessário o apoio fundiário e agrícola aos produtores familiares, de modo que suas famílias não sejam obrigadas a buscar formas alternativas precárias de sobrevivência; de modo que a pluriatividade pudesse, como nos EUA e na Europa, representar algo mais do que um meio precário de sobrevivência.

Ferreira (2002) demonstra que, segundo os dados da PNAD (1999), a maioria da população ocupada no meio rural está trabalhando na agricultura – 71% contra 29% em outras atividades, contrastando com as informações de Graziano da Silva e Campanhola (2000), os quais afirmam que a tendência é de um aumento da população rural não agrícola. Esta ressalva feita por Ferreira (2002) está baseada principalmente em alguns dados apresentados pelo pesquisador, em que, se tomarmos o total dessa população que trabalha na agricultura, somente 2,3% possuem uma atividade não agrícola.

Contudo, apesar de aparentemente não estarmos a caminho de um consenso sobre a estratégia de desenvolvimento rural mais adequada para o país, o que temos visualizado em termos de políticas públicas para o rural é uma tentativa de conciliação entre estas duas propostas levantadas. De um lado (tanto em nível federal quanto estadual), tenta-se fortalecer o agronegócio e, de outro (principalmente em programas focados na agricultura familiar), lançam-se diversos programas relacionados às mais diversas atividades desenvolvidas no meio rural, agrícolas e/ou não agrícolas. Nesta última vertente, verificamos uma gradual consolidação no que se refere ao fomento destas atividades. Em nível estadual, como já citamos, temos o Programa RS Rural e, em nível federal, o PRONAF¹³, que,

¹³ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

inclusive, lançou em 2002 linhas de crédito específicas para as ARNA, como o PRONAF Turismo, por exemplo.

Assim, diante da complexidade que permeia a discussão sobre o melhor 'modelo' de desenvolvimento e as novas conformações do rural, suas famílias e as formas de reprodução social, atualmente muitos estudos vêm se dirigindo para o sentido de explorar as novas características dos estabelecimentos familiares. Entretanto, grande parte está baseada em dados genéricos, que não possibilitam regionalizações. Apesar disso, as PNADs vêm adquirindo importância cada vez maior entre os pesquisadores, principalmente por se tratar de uma das poucas fontes de dados em nível nacional que têm se mantido razoavelmente atualizada.

Em um estudo preliminar com recorte em nível de Rio Grande do Sul, Brumer (1996) constatou que, em relação às demais regiões do RS, a microrregião Depressão Central é onde há maior proporção de membros das famílias dos agricultores que se ocupavam apenas em tempo parcial na propriedade ou que trabalhavam fora dela¹⁴ (segundo a autora, 20,5% dos homens e 28,9% das mulheres desta região trabalham fora do estabelecimento agrícola). Com base nos estudos de Schneider (1999-b), pode-se deduzir que não é a posse de um pequeno espaço de terra ou de uma área maior a única variável responsável pela existência ou não da pluriatividade (combinação de diferentes atividades agrícolas e não agrícolas por parte de uma mesma família). A alocação da força de trabalho dentro das propriedades pode ocorrer de maneira diversificada não apenas de uma região para outra, mas também de acordo com as demais variáveis internas da propriedade, como o tamanho da família, a distinção de gênero e a idade dos membros da família.

Portanto, nosso estudo, através dos dados obtidos junto ao programa RS RURAL, buscará sistematizá-los e ordená-los a fim de que propiciem informações para as seguintes indagações:

- A que / quem se destinaram os recursos do RS RURAL na região central do RS?
- Qual a distribuição de recursos financiados pelo programa para atividades rurais agrícolas e atividades rurais não agrícolas na referida região?

¹⁴ Para a autora, as ocupações de membros das famílias em atividades fora da propriedade parece constituir-se em indicador razoável da combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas.

- Que atividades rurais não agrícolas foram financiadas? Qual o montante de recursos e quais municípios obtiveram acesso a este financiamento?

- O que levou os beneficiários a solicitarem financiamentos para as ARNAs? Qual a situação e a perspectiva destes beneficiários?

O fato é que até o dado momento não foi realizado de maneira objetiva e metódica um levantamento geral com relação a essa estratégia adotada pelo poder público estadual, em que um único Programa fomenta atividades, sejam elas agrícolas ou não. Contudo, é importante salientar que o presente estudo não tem a ambição de abranger as atividades rurais não agrícolas praticadas fora do estabelecimento rural (como os assalariados permanentes ou temporários nas lavouras, fábricas, empregadas domésticas, professores (as)), dada especialmente a abrangência do tema e a escassez de recurso e tempo.

Pelo exposto, consideramos que as atividades rurais não agrícolas estão crescendo em termos de significância¹⁵. A verdade é que temos um rural em que os agricultores vêm criando estratégias de diversificação e reprodução dos seus estabelecimentos, “de pluriatividade, de associativismo, de agroindustrialização em pequena escala, enfim, estratégias de valorização das oportunidades que o espaço local e a região oferecem.” (Ferreira, 2000, p. 39). Entretanto, há necessidade de estudos mais localizados, que possibilitem análises mais focalizadas em recortes geográficos menores, vislumbrando o potencial regional, e as características intrínsecas da população residente.

1.2 O financiamento às atividades rurais no Brasil: breve histórico¹⁶

Se fossemos fazer um resgate histórico das políticas públicas destinadas ao meio rural brasileiro, com certeza nos depararíamos com algo pensado para solidificar a estrutura sócio política e econômica baseada na exploração, tanto dos recursos naturais, quanto do potencial humano existente. Esta constatação deve-se primeiramente pelo sistema de produção (exploração) implantado desde o Brasil colônia, que consolidou durante mais de três séculos o sistema de extração das

¹⁵ Principalmente relacionado à alternativa de renda e trabalho, para públicos como agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais e assentados, que estiveram à margem da maioria dos benefícios advindos da modernização da agricultura.

¹⁶ Este item do nosso estudo contou com a colaboração do Eng. Agrônomo Mestrando em Extensão Rural Carlos Maciel Allende.

riquezas deste imenso país, originando inclusive a atual e tão discutida concentração fundiária. Caio Prado Junior (1988) já fazia a avaliação de que o crédito público serviu como um instrumento de classe dos grandes proprietários rurais. O auge da cultura do café no século XIX e princípio do século XX também foi favorecido e ocasionado pelo direcionamento das políticas públicas. Este direcionamento perdurou até a crise dos anos 1930, quando as importantes mudanças ocorridas no cenário internacional e também em nível nacional conduziram à direção de que, atualmente, não mais a agricultura e o meio rural formariam a base econômica da nossa sociedade, mas seriam setores subordinados à expansão industrial.

É dentro desse contexto macroeconômico que surgem os primeiros instrumentos de financiamento à produção agrícola em nível nacional, denominados crédito. De modo que, desde o princípio, notamos que o investimento estatal voltado ao rural predominantemente esteve ligado ao viés agrícola, produtivista e setorial.

O Crédito rural sempre foi um dos principais instrumentos de política agrícola utilizado ao longo da história. Este instrumento de financiamento à produção sofreu diversas alterações em sua magnitude, em seus objetivos e em sua estrutura funcional ao longo dos anos. Até a década de 1930, era voltado para um produto (o de exportação). No final desta década, o Brasil adotaria um modelo de crédito 'comum', de origem bancária, sem destinação de verba federal para tal objetivo. Em 1937, aconteceu um importante fator consolidador do crédito no país, a criação da carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil. Esta abonaria três vantagens iniciais ao setor rural: garantia da existência de recursos financeiros, estabelecimento de prazos adequados à natureza e especificidades das operações, concessão de taxas de juros inferiores às cobradas de outros setores da economia.

Em 1952, a carteira agrícola sofreu amplas transformações, criando linhas de financiamento para a comercialização agrícola, de repasse de verbas para as cooperativas e para a construção de escolas em propriedades rurais, empréstimos para investimentos e condições especiais para os pequenos produtores, introduzindo empréstimos fundiários para formação de pequenas propriedades. Em 1953, com a política de controle do comércio exterior via ágio e bonificações, quando o Governo criou uma fonte de recursos que propiciava substanciais suprimentos para a cobertura das operações rurais, ocorreu uma rápida expansão dos créditos para a agricultura.

Estes volumosos recursos designados a partir da década de 1950 prestavam-se mais do que tudo à implantação a qualquer custo da modernização da agricultura brasileira, cuja base tecnológica estava calcada nos padrões internacionais estabelecidos no pós-guerra, buscando o aumento da produtividade, uso de insumos químicos, moto-mecanização e demais elementos oriundos dos avanços tecnológicos. O subsídio estatal se deu também através de impostos preferenciais para a importação, isenção de taxas, redução de custos dos fretes e valores de juros reduzidos. No início da década de 1960, o cenário se altera, muda a política cambial e vários benefícios concedidos acabam gerando uma deterioração no sistema de crédito a juros baixos oferecido pelo governo. Isto se agravaria com o Golpe Militar, que optou pela elevação das taxas de juros e pela redução da atuação do Banco do Brasil.

Em 1965, institucionalizou-se o crédito rural com a aprovação da lei que obrigava o depósito compulsório pelos bancos privados de 15% dos depósitos das contas correntes em uma conta especial no Banco do Brasil. Também em 1965, o governo instituiu o Fundo Nacional da Agricultura (FUNAGRI), com o objetivo de incentivar e financiar programas agroindustriais; a Coordenação Nacional de Crédito Rural (CNCR) e o Fundo de Democratização do Capital das Empresas (FUNDECE). O ano de 1965 é considerado uma baliza histórica em termos de crédito rural no país. Nesta época, instituiu-se o crédito supervisionado, destinado para um modelo no qual a propriedade era assistida como um todo, voltando-se ao pequeno e médio produtor agrícola, financiando as atividades agrícolas em geral. Entre os anos de 1964 e 1965, observou-se uma queda real de 27% no valor do crédito oficial para o setor agrícola. No ano de 1966, presenciou-se o maior desastre agrícola do pós-guerra, ocorrendo, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, uma queda de 14,6% na produção agropecuária. Isto trouxe não apenas implicações mais graves ao abastecimento interno, face às boas safras anteriores, como também se praticava uma política de arrocho salarial que reduzia o poder de compra de grande parte da população, conforme constatou Munhoz (1982).

Contudo, os dados da década de 1950 mostram que 70% do aumento da produção agrícola é explicado pela expansão da área cultivada e 30% devido ao aumento da produtividade da terra. No que se refere ao aumento explicado pela expansão da mão-de-obra, 60% foram devidos a acréscimos de unidades de

trabalho e 40% decorrentes do aumento da produtividade da mão-de-obra rural (através do uso de maquinaria, educação, assistência técnica).

Em 1968, o crédito passa de um modelo supervisionado para o chamado crédito rural orientado, caracterizando-se por ser um modelo que contemplava apenas uma determinada atividade produtiva mediante a elaboração de um projeto técnico. Ou seja, a partir deste ponto, o crédito rural apresenta claramente um caráter de modernização da agricultura, sendo um instrumento que viabilizava a transferência e a difusão de tecnologias, com o objetivo de ampliar mercado e reduzir déficits econômicos na balança comercial do país.

Com isso, pretendia-se transformar o produtor rural¹⁷ em um empresário rural. Através do crédito e da assistência técnica, buscava-se a modernização da agricultura brasileira. A assistência técnica, com o advento do crédito rural, passou a ser individualizada, deixando em segundo plano os aspectos sociais da propriedade rural. Na década de 1970 tínhamos o crédito mais uma vez voltado para a exportação de produtos agrícolas, em detrimento das culturas de grande consumo alimentar interno. Além disso, no Brasil, ao optar-se pela modernização conservadora, não foram medidos esforços no intuito de consolidar a estrutura agrária presente, e as políticas públicas, como o crédito rural, preços mínimos e extensão rural, prestaram-se aos objetivos pretendidos, beneficiando os grandes e médios agricultores que produziam prioritariamente para exportação.

Neste processo, a política de crédito rural subsidiado desempenhou papel fundamental. A legislação definida em 1965 destacava, como objetivos do programa de crédito rural, o incentivo à produção agrícola, a proteção aos pequenos produtores rurais e a modernização da agricultura. Após 1966, o Governo brasileiro passou a tratar, como prioritário, o fornecimento de crédito agrícola para o setor rural, procurando aumentar a participação dos bancos privados no setor.

A alta do petróleo na década de 1970 impulsionou os custos da produção, a inflação reascendeu com todas as conseqüências prejudiciais inerentes ao setor produtivo que esse processo acarreta, dentre as quais, uma sensível redução nos depósitos nas contas correntes e a conseqüente redução da disponibilidade de recursos para financiar os setores produtivos. Esses fatos fizeram com que houvesse uma diminuição do fluxo de capitais externos ao país, necessário para o

¹⁷ Na verdade toma-se o epíteto "rural" por agrícola.

financiamento de vários setores da economia, trazendo como consequência uma grande restrição ao crédito rural. A diminuição dos volumes de crédito rural concedido aos produtores afetou menos a pequena produção, pois esta pouco se utilizava deste incentivo para sua sustentação econômica.

A concessão de empréstimos passou a ser feita em função do tamanho da área do beneficiário, exigindo-se participação de recursos próprios maiores, no caso de empréstimos mais vultosos. Passou-se a observar, então, uma grande diversificação de taxas, favorecendo o pequeno produtor em relação ao grande, as regiões Norte e Nordeste em relação às demais, e o crédito de custeio em relação ao crédito de investimento. O objetivo era minimizar duas distorções mais freqüentemente apontadas no programa de crédito rural brasileiro: concentração de crédito entre os maiores produtores e nas regiões mais desenvolvidas. Os resultados dessas mudanças introduzidas no programa são, no entanto, difíceis de avaliar, já que as medidas se defrontaram com os problemas estruturais existentes no meio rural e não devidamente abordados pelas políticas agrícolas, como a concentração na posse da terra, nível cultural e de saúde dos agricultores familiares, condições de moradias.

A década de 1980 já iniciou com novas normas. Os recursos destinados à agricultura ainda eram abundantes, porém, as taxas de juros passaram a ser mais próximas das que eram praticadas no mercado. Mesmo assim, com a manutenção dos preços dos produtos agrícolas elevados, podemos considerar este um ótimo período para a poupança e para o agribusiness.

Os anos de 1980, os recursos destinados à agricultura ainda podem ser considerados abundantes tanto para o custeio como para a comercialização e para os investimentos. A partir de 1985, com a redução da disponibilidade de crédito, foram priorizados os empréstimos aos mini e pequenos produtores, criando o artifício de que os financiamentos para essas faixas de produtores eram concedidos com recursos em condições um pouco mais vantajosas que aos demais e, ainda, a remuneração da atividade agrícola, devido a preços favoráveis, permitiu que eles produzissem e permanecessem na atividade. Em 1986, ocorre o fracasso do Plano Cruzado e, como consequência, o governo determina um aumento dos volumes de crédito rural e a fixação de preços mínimos considerados favoráveis para os pequenos produtores de alimentos (feijão, milho, arroz), o que ocasionou uma resposta favorável por parte da produção nacional.

Entretanto, entre os anos de 1989 e 1990, os preços dos produtos agrícolas começaram a cair, reduzindo as margens de ganho das atividades agrícolas, havendo, portanto, uma redução da área plantada bem como uma redução na produtividade física. Isso foi conseqüência de uma política de desestruturação do crédito rural e da política de preços mínimos determinada pelo governo Collor. Sem suporte adequado de preço mínimo e os preços de mercado estando baixos, muitas vezes inferiores ao preço mínimo de garantia, os tomadores de empréstimos ficaram sem condição econômica para resgatar os compromissos assumidos junto aos demais agentes de mercado, cuja situação variou de ano a ano e de cultura para cultura. Sob esse processo de endividamento, muitos produtores, especialmente os pequenos e arrendatários, tiveram de vender suas terras e máquinas e migraram para os centros urbanos ou se incorporaram à classe dos sem-terra.

Com a exaustão das fontes de recursos não inflacionários, o Tesouro Federal reduziu a sua participação nos empréstimos rurais. Igualmente, o Proagro e a Política de Garantia de Preço Mínimo reduziram substancialmente a sua participação e, com isso, aumentou o risco bancário nos financiamentos agrícolas e se elevaram os encargos. Tal aspecto fez com que os financiamentos fossem concedidos com mais critério e com maiores exigências de garantias patrimoniais, compelindo muitos produtores a recorrer a empréstimos junto a terceiros, principalmente fornecedores de insumos e cooperativas.

Sérgio Pereira Leite (1999) faz uma análise sobre o perfil do crédito rural no país, e afirma:

É consenso entre a literatura especializada sobre o processo de modernização agropecuária nacional que a política de crédito rural, operacionalizada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) implantado em 1965, cumpriu o papel determinante na transformação de base técnica dos estabelecimentos agrícolas, no aumento da produtividade do setor, na consolidação dos complexos agroindustriais de cadeias agroalimentares e na integração dos capitais agrários à órbita de valorização do capital financeiro. Ao privilegiar produtores (sobretudo grandes), regiões (centro-sul do país) e produtos (exportáveis), este programa de financiamento à produção agrícola marcou significativamente, pelo volume de recursos alocados, a conjuntura setorial no final dos anos 60, toda década de 70 e parcialmente os anos 80. (Leite, 1999, p.1).

A partir deste breve resgate, torna-se explícito o que historicamente configura-se por política pública voltada para o “Rural”. Em outras palavras, durante a quase

totalidade da nossa história, políticas públicas voltadas para o rural foram sinônimas de políticas agrícolas. Isto baseou-se não apenas no fomento agrícola, mas pela falta de investimentos significativos em setores como educação, saúde, transporte, lazer, elementos até hoje considerados “privilégios” da vida urbana.

Embora no Brasil tenhamos 90% do total dos recursos do crédito rural concedidos para as culturas agrícolas, tanto o poder público estadual como federal vem abrindo os seus espectros de fomento. Exemplos claros disso são o Programa RS Rural (foco dos dados deste trabalho) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que financiam, além do setor primário – mais ligado à produção agrícola em si, - outras atividades, não mais estritamente agrícolas. De forma geral, ambos os programas visam promover a sustentabilidade da agricultura familiar, que gera 07 de cada 10 empregos criados no campo. Além desta tendência de financiar as atividades que fazem parte do chamado “novo rural”, como marcas deste período recente, temos restrições significativas para a categoria dos grandes produtores, principalmente a partir de 1995.

Pelas linhas de crédito disponibilizadas pelo PRONAF, podemos ver claramente que a visão estritamente agrícola do rural vem perdendo espaço também em nível político–institucional. Observamos algumas opções antes inimagináveis dentro do contexto do crédito do país como, por exemplo, o Pronaf Mulher, Pronaf Jovem Rural, Pronaf Pesca, Pronaf Florestal, Pronaf Pecuária Familiar, Pronaf Turismo Rural, Pronaf Agroindústria Familiar.

Em nível estadual, também estamos em adaptação em termos de promoção institucional para estas atividades tradicionalmente consideradas não agrícolas, contando basicamente com o Programa RS Rural, cujas linhas financiadas constam na descrição do Programa na seqüência do trabalho (anexo 01).

Por fim, visualizamos que o rural começa a ser visto, embora aos poucos, como um espaço de diversas funções, em que as pessoas que ali residem e trabalham muitas vezes exercem múltiplas atividades, sejam elas agrícolas ou não. E, seja esta nova ruralidade um incipiente “paradigma” condicionante do desenvolvimento no meio rural ou não, o que estamos presenciando na contemporaneidade é uma gradativa evolução do crédito rural no sentido de consolidar o crédito como um instrumento viabilizador da permanência dos agricultores familiares nos espaços rurais, fomentando as mais diversas formas de geração de trabalho e renda.

Pelo exposto, percebemos que, embora as novas conotações atribuídas ao rural, e mais especificamente a emergência das ARNAs sejam temas a que atualmente muitos autores vêm dedicando seus estudos para conhecer melhor os aspectos desta realidade, ainda carecemos de uma crônica falta de dados locais e regionais que facilitem e até mesmo possibilitem vislumbrar como estas transformações estão ocorrendo, de acordo com as singularidades específicas de cada região de um país com tantas diversidades. É neste sentido que estamos propondo este trabalho sobre os financiamentos concedidos pelo Programa RS Rural na região do COREDE Central do RS para as ARNAs, e que pode servir como uma modesta contribuição para eventuais (re)formulações das políticas públicas voltadas para as especificidades que cercam o rural na contemporaneidade.

1.3 – Objetivos da pesquisa

1.3.1 – Objetivo geral:

Descrever, analisar e caracterizar os financiamentos realizados pelo Programa RS RURAL para atividades rurais não-agrícolas na região do COREDE – Central do RS, de 1999 até março de 2004 buscando contribuir para a discussão sobre a multifuncionalidade dos espaços rurais.

1.3.2 – Objetivos específicos:

- ❖ Verificar o número de estabelecimentos beneficiados com o Programa RS Rural, bem como caracterizar o público demandante, na região central do RS;
- ❖ Identificar e caracterizar as principais atividades rurais não agrícolas financiadas pelo Programa RS Rural, traçando assim um perfil da tendência deste tipo de atividade na região do COREDE Central do RS;
- ❖ Descrever e analisar a distribuição por município dos recursos financiados em atividades rurais não agrícolas na região central do RS;
- ❖ Identificar a perspectiva atual dos agricultores familiares em relação às atividades rurais não agrícolas financiadas pelo Programa RS Rural na região central do RS.

II. METODOLOGIA

A metodologia descrita neste trabalho engloba a descrição da área geográfica onde foi realizada a pesquisa, as concepções teóricas de abordagem e as técnicas utilizadas para a construção dos dados e elementos utilizados para formar o núcleo de subsídios base para a discussão e conclusão.

2.1 – Área de estudo

Esta pesquisa teve abrangência regional, tendo por referência a área correspondente ao COREDE - Central¹⁸ do RS, que compreende 35 municípios: Agudo, Cacequi, Cachoeira do Sul, Capão do Cipó, Cerro Branco, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jaguari, Jarí, Júlio de Castilhos, Mata, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Novo Cabrais, Paraíso do Sul, Pinhal Grande, Quevedos, Restinga Seca, Santa Maria, Santiago, São Francisco de Assis, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Silveira Martins, Toropi, Tupanciretã, Unistalda, Vila Nova do Sul. A seguir apresentamos o mapa que localiza o COREDE Central dentro do estado do Rio Grande do Sul.

¹⁸ Segundo Froehlich (2002), os COREDEs foram criados no RS em 1990 pelo executivo estadual, na perspectiva de descentralização das definições das prioridades em nível regional, bem como no intuito de elevar a participação da sociedade civil no processo de efetivação de um planejamento regional. Estes órgãos tinham a princípio as seguintes funções: definir a vocação da região, os investimentos prioritários e a articulação política e técnica para estabelecer um plano de ação conjunta com o governo estadual (C.f COREDE – Noroeste Colonial, 1994). Contudo, os COREDEs possuem um caráter transitório no sentido de que suas atribuições são bastante influenciadas pelo executivo, na medida em que este é quem lhe atribui a maioria das demandas, estando sujeito a possíveis alterações conforme o perfil político e tipo de visão norteadora de desenvolvimento do governo vigente. Todavia, isto não afeta a legitimidade e autonomia dos conselhos. O Rio Grande do Sul está subdividido nos seguintes COREDEs: Central, Centro-Sul Fronteira Nordeste, Fronteira Oeste, Hortênsias, Litoral, Médio Alto Uruguai, Metropolitano Delta do Jacuí, Missões, Nordeste, Noroeste Colonial, Norte, Jacuí – centro.

Santa Maria e a Área de Segurança Nacional formada pela Base Aérea e várias unidades do Exército.

2.1.2 – Evolução e características da população rural

Assim como a população rural estadual, a população residente em áreas rurais na região do COREDE - Central também tem sofrido um decréscimo, conforme quadro abaixo.

ANO	1980			1996			2000		
	Total	Rural	%	Total	Rural	%	Total	Rural	%
População COREDE - Central	549.954	205.195	37,31	635.651	168.858	26,56	642.059	143.114	22,89
Pop. Rio Grande Do Sul	7.777.839	2.527.019	22,49	9.637.682	2.056.452	21,33	10.179.801	1.868.806	18,35

Quadro 01 - Evolução da população rural total e do percentual da população rural sobre a total no COREDE - central e no Estado do Rio Grande do Sul entre 1980-2000. Fonte: IBGE (1980; 1996; 2000).

Neumann (2004) contribui para a discussão sobre o processo de diferenciação econômica do espaço rural na região central, identificando os espaços agrários homogêneos e distinguindo microrregiões homogêneas, no território de abrangência do COREDE – Central, bem como caracterizando a diferenciação entre agricultores de cada Microrregião identificada. Neumann estabeleceu três zonas fisiográficas através da sobreposição de mapas temáticos (solo, relevo e vegetação), o que permitiu a distinção destas zonas de acordo com a paisagem agrícola correspondente.

Box 1

A zona do Planalto será chamada de *Zona I*. Nela há predomínio de médias e grandes propriedades, as quais desenvolvem uma agricultura modernizada, com destaque para a cultura da soja e do milho mesclada com a pecuária de corte.

A zona da Serra, logo abaixo da zona I, será denominada *Zona II*. É ocupada pela imigração italiana e alemã, e caracteriza-se pela agricultura familiar de pequeno porte. A agricultura é bastante diversificada, predominando os sistemas de produção com base no fumo, na batata inglesa, no feijão e no milho.

A zona plana, localizada na Depressão Central do Estado, será chamada de *Zona III*, é a tradicional região de campos. Nesta zona coexistem umas agriculturas modernizadas, com destaque para a cultura do arroz, e um número expressivo de latifúndios com pecuária extensiva.

Neumann (2004).

37,31% para 26,56%²⁰. Tal diminuição acentuou-se ainda mais em 2000, já que caiu para apenas 22,89%. Mas o autor salienta que parte disto pode ser explicado pelas emancipações ocorridas neste período, transformando áreas que antes eram rurais em urbanas.

Uma informação importante e muito pertinente a este estudo, destacada em Froehlich(2002), é relativa à quantidade de pessoas que declaram exercer atividades integrais fora da propriedade, pois o número relativo à Depressão Central²¹ é o maior em comparação com as demais regiões do estado do Rio Grande do Sul. Dados referentes à Santa Maria²² mostram que o somatório de todas as categorias rurais ligadas à produção agropecuária (familiar, patronal, aposentados e assalariados), alcança 46%, demonstrando que quase a metade da população rural tem outras atividades além das agropecuárias. Os dados apresentados abaixo evidenciam melhor esta característica.

Ocupação	% da população rural
Aposentados	10
Assalariados urbanos	11
Exclusivamente agropecuária (agropecuaristas e assalariados agrícolas)	25
Outras ocupações (profissionais liberais, agricultores pluriativos, assalariados rurais, comerciantes, estudantes, etc.)	47
Não Informaram	07

Quadro 02. Ocupação da população rural do município de Santa Maria – 1997. Fonte: Cadastro Rural Multifinalitário –DEAER/UFSM, citados em Froehlich (2002).

²⁰ Dados baseados no “Referencial Sócio-Econômico Básico da Região Central do RS”, Documento 01, Santa Maria: COREDE-Central/Secretaria de Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul, 1999.

²¹ Todos os municípios pertencentes ao COREDE - central fazem parte da chamada “Depressão Central”, regionalização utilizada pela EMATER RS.

²² Estes dados são pertencentes ao Cadastro Rural Multifinalitário, programa desenvolvido pelo Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural e pelo Departamento de Engenharia Rural da Universidade Federal de Santa Maria.

2.1.3 – Infra-Estrutura

A Região Central é relativamente bem servida quanto à malha rodoviária. Passam pela região algumas das principais rotas rodoviárias de ligação do Estado com os países do MERCOSUL e com as demais regiões do país, bem como com a capital do Estado e com o Porto de Rio Grande – BR 153, BR 158, BR 287, BR 290, BR 392, RS 149 e RS 348. A malha ferroviária é utilizada atualmente para o transporte de cargas, fazendo a ligação entre diversas cidades da região, a Porto Alegre e ao porto de Rio Grande. O sistema hidrográfico regional é formado por duas grandes bacias, a do rio Ibicuí e a do rio Jacuí. Também as deficiências operacionais e institucionais têm reduzido as potencialidades de utilização do transporte hidroviário na região.

2.1.4 – Qualidade de Vida

A região apresenta um Índice Social Municipal Ampliado - ISMA de 0,54, valor muito próximo à média do Estado que é de 0,55. Todos os indicadores do ISMA apresentam tendência ao crescimento. A situação do Domicílio e Saneamento é boa, pois a região está em 4º lugar no Estado. O indicador de Saúde, no entanto, é baixo, tendo atingido em 1998 o índice 0,43, ficando a região em 16º lugar no Estado, abaixo da média estadual que é de 0,47. O indicador Educação vem melhorando, porém situa a região em 15º lugar no Estado. O Indicador Renda apresenta recuperação no período estudado, tendo alcançado 0,43 em 1998, permanecendo, porém, abaixo da média estadual, o que colocou a região em 17º lugar no Estado. No período 1991 a 1998, do total de municípios da região, 91,17% apresentaram melhoria nos seus índices e 8,83% apresentaram decréscimo.

2.2 – Método da pesquisa

Esta pesquisa tem o propósito de realizar um estudo exploratório-descritivo-explicativo, através do levantamento quantitativo de dados (pesquisa documental),

buscando alcançar indicadores qualitativos que contribuam para a discussão sobre o Rural, suas características e conformações. Sobre este método, Richardson afirma:

Amplamente utilizado na condução da pesquisa, o método quantitativo representa, em princípio, a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, conseqüentemente, uma margem de segurança quanto às inferências. É freqüentemente aplicado nos estudos descritivos, naqueles que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis, bem como nos que investigam a relação de causalidade entre fenômenos. (Richardson, 1999, p.70).

Para uma melhor identificação da representação das ARNAs na região do COREDE-Central, de acordo com os projetos financiados, utilizou-se o método de quantificação dos dados obtidos, mesmo que o tratamento seja por meio de técnicas simples, como percentual e média; técnicas contudo, consideradas legítimas e eficientes para uma análise exploratória detalhada. O método quantitativo é muito utilizado em estudos de modo descritivo, em que se procura descobrir as características de um determinado ambiente, em que são considerados como objeto de estudo uma situação específica e / ou um grupo social, por exemplo.

Todavia, em se tratando de Ciências Sociais, não são poucas as críticas que este método enfrenta. É importante salientar que se tomou como princípio que o problema não está no método em si, mas na forma e o propósito com que ele é utilizado. Como pressuposto norteador desta pesquisa, optou-se por não utilizar isoladamente o método quantitativo, até mesmo por considerar que isto é praticamente inexequível quando se trata de indicadores de impacto sócio-econômico-cultural. E, ainda, como considera Richardson (1999, p.79), “O método qualitativo difere, em princípio, do quantitativo à medida que não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema”. No entanto, não se considerou como relevante esta dicotomia entre os métodos. Ao contrário, avaliou-se como implícito que, mesmo trabalhando com bases numéricas, faça-se uma análise de qualidade em cima das mesmas.

Tendo em vista, principalmente, que a pesquisa qualitativa, se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade, que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, e atitudes. (Souza,1994,p.26).

Para aceitar como apropriada esta relação entre “qualitativo - quantitativo”, partiu-se primeiramente do princípio de que os dados obtidos na verdade são

resultados de iniciativas humanas, baseadas em valores e tomadas de decisão impulsionadas por ações e relações humanas, e que não podem ser tabuladas em equações, médias, já que são a origem das iniciativas que geram os dados quantitativos. Assim, o conjunto qualitativo-quantitativo se complementa, pois a realidade abrangida por ele interage dinamicamente.

Em termos qualitativos, os principais métodos e técnicas de coleta de dados utilizados foram a pesquisa documental, as entrevistas semi-estruturadas e a observação não participante.

Quanto ao método de abordagem, considera-se que a abordagem dialética é a que melhor se adequou. Esta pensa a relação da quantidade como uma das qualidades dos fatos e fenômenos. Busca encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo; e a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos.

Desta forma, considera que o fenômeno ou processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos. Compreende uma relação intrínseca entre o mundo natural e social, entre o pensamento e a base material.(Souza, 1994, p.25).

2.3 – Identificação da amostra e coleta dos dados

Os dados de interesse foram obtidos a partir de um levantamento dos estabelecimentos beneficiados pelo Programa RS Rural²³. Como meio de se alcançar estes dados foi feita uma solicitação formal à Diretoria Executiva²⁴ do dito Programa, que foi entregue juntamente com a cópia do Projeto desta pesquisa, na Sede do Programa junto à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Nesta mesma ocasião, foram selecionadas as atividades (denominadas pelo Programa como “práticas”) que eram de importância para este estudo.

²³ O Programa RS Rural tem como meta principal o apoio para que segmentos excluídos possam exercer sua cidadania desenvolvendo nas comunidades rurais seus próprios processos de organização e de construção de alternativas para combater problemas sociais e ambientais. A principal estratégia é a integração das ações de manejo dos recursos naturais, geração de renda e infra-estrutura familiar e comunitária, que visa a sustentabilidade ambiental e socioeconômica das comunidades e das unidades de produção. (Manual Operativo, 1999, p.6).

²⁴ Sr. Jair Seidel.

Tabela 01. Práticas correspondentes às atividades consideradas não agrícolas financiadas e códigos correspondentes do manual Operativo do Programa RS Rural.

Código	Descrição
502	posto de resfriamento de leite
503	mini - usina de leite
506	abatedouro
507	fábrica de ração
508	agroindústria
509	curtume
510	produção microindustrial (vassouras, cobertores, arames, telas, móveis, cordas, lajotas, sabão)
511	tecelagem
512	padaria
513	confeitaria
514	unidade de beneficiamento de produtos pesqueiros
515	olaria
516	unidade de artesanato
517	reforma de embarcações
519	turismo rural
520	câmara frigorífica
550	segurança alimentar (produção de subsistência)
552	máquinas para agroindústria
553	equipamentos e utensílios para agroindústria
561	aquisição de equipamentos
563	espaços para comercialização de produtos da agricultura familiar
568	turismo ecológico em comunidades pesqueiras
569	unidade de artesanato de recursos pesqueiros
804	construção ou reforma de outros espaços de comercialização
806	promoção comercial
809	kits para pontos de venda
901	agroindústria de carnes e embutidos
902	agroindústria de vinhos
903	agroindústria de derivados do leite
904	agroindústria de conservas
905	agroindústria de óleos essenciais
906	agroindústria de cereais
907	agroindústria de plantas aromáticas e condimentares
908	agroindústria de pães e massas
Código	Descrição
909	agroindústria de erva-mate
910	agroindústria de derivados de cana
911	agroindústria de mel
912	agroindústria de amendoim
913	beneficiamento de hortaliças
916	outras agroindústrias de origem animal
917	outras agroindústrias de origem vegetal
920	construção de quiosques
922	participação em feiras e eventos

923	promoção comercial
925	material e/ou equipamentos para pontos de venda
927	agroindústria de doces e geléias
928	corte e costura

Fonte: Programa RS Rural, 2004. Tabela adaptada pela autora.

Como deparamo-nos com uma gama considerável de informações, foi necessário selecionar (tabela acima) algumas práticas consideradas mais significativas para explicar e representar as características deste processo na região central do Estado do RS. Estivemos diante de tarefa bastante difícil, pois a delimitação clara do que pode ser considerado agrícola e não agrícola no âmbito de pluriatividade e das ARNAs é temática polêmica e foco de discussão de muitos autores. Contudo, apoiamo-nos na definição de Graziano da Silva et alli (2001), que considera atividades não agrícolas àquelas atividades ligadas à moradia, ao lazer e às várias atividades industriais e de prestação de serviços. Assim, dentro da enorme diversidade de práticas financiadas pelo Programa, selecionamos todas aquelas que não estavam diretamente relacionadas com as atividades agrícolas (como melhoramento de solo, adubação, sementes, máquinas e equipamentos para plantio).

Os dados contidos nos arquivos do programa estão disponíveis de forma totalmente informatizada a partir de 1999. Assim, serão considerados como objeto de estudo os projetos financiados após esta data até março de 2004, período em que foi realizada esta consulta. Como base para estes arquivos, o programa teve os formulários preenchidos na Coordenadoria Regional da Agricultura.

Num primeiro momento foi realizada uma análise preliminar nos dados – fonte secundária - fornecidos pelo serviço de informática do Programa RS Rural. Estes dados abrangiam cerca de 170 páginas e estavam contidos em Programa Excel. A partir destes obteve-se características importantes como as atividades rurais não agrícolas demandadas, as cidades cobertas, os agricultores, as diferentes tipologias em que estes foram enquadrados, os valores oferecidos pelos executivos estaduais, municipais e a contrapartida oferecida pelos beneficiários, entre outras.

Tendo em vista que existiam muitos aspectos que não foi possível extrair de forma satisfatória apenas através de dados obtidos na pesquisa documental, a relação interpessoal proporcionada pela entrevista abarca informações extremamente importantes e peculiares, que poderiam passar despercebidas ou não

estarem contidas nos dados mencionados. Nessa, buscou-se dados relacionados às motivações e aspirações dos sujeitos entrevistados. Utilizamos como base para nossa entrevista, o Cadastro Sócio Econômico utilizado pelo Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, em uma adaptação da autora, através do qual buscamos, além das informações específicas sobre as ARNAs, um panorama geral dos estabelecimentos²⁵.

Desta forma, agregamos ao cadastro socioeconômico alguns questionamentos em modelo de entrevista semi-estruturada, preocupada basicamente em revelar por quê e como as coisas ocorrem. A escolha por este tipo de entrevista foi baseada na sua abrangência e magnitude, mas também devido ao número de entrevistas ser reduzido, essencialmente devido aos custos, tendo em vista o caráter regional da pesquisa.

A escolha dos entrevistados baseou-se em uma amostra dirigida, ou seja, em primeiro lugar, elegemos como alvo para as entrevistas especificamente a categoria agricultor familiar, mas também foram critérios analisados as atividades financiadas e o valor financiado. De forma que dez destes agricultores realizavam atividades ligadas à agroindústria, enquanto outros três estavam ligados ao artesanato, mais três à produção microindustrial e os últimos três entrevistados à promoção comercial. O modelo de entrevista semi-estruturada utilizado consta no anexo 01.

2.4 – Organização e análise dos dados

De posse destes dados, foi realizada uma sistematização e tabulação dos mesmos, juntamente com o aprofundamento teórico sobre as discussões contemporâneas sobre o assunto. É importante salientar que todo o processo, desde a elaboração do projeto, até a coleta e análise de dados, foi acompanhado por uma revisão bibliográfica, para que, deste modo, pudéssemos dispor de um variado conjunto de elementos que são decisivos na interpretação dos dados e elaboração das considerações finais.

²⁵ As informações obtidas através das entrevistas poderiam subsidiar uma análise de renda dos estabelecimentos visitados. Contudo, neste primeiro estudo, não consideramos o fator renda devido a sua complexidade. Consideramos importante salientar que trabalhos neste sentido são extremamente pertinentes quando desejamos estudar os impactos da prática deste tipo de atividades em estabelecimentos rurais.

A proposta para alcançar os objetivos pretendidos foi analisar as informações no intuito de desenhar o cenário almejado, privilegiando elementos que até o momento eram desconhecidos, como, por exemplo: o número de estabelecimentos beneficiados pelo Programa na região; caracterização do público demandante, os tipos de ARNAs financiadas, e a distribuição por municípios dos recursos financiados para ARNAs. Durante este trabalho, utilizamos os gráficos elaborados pelo programa Excel por entender que se tratavam de uma maneira eficiente e metódica de demonstrar os dados obtidos, bem como os quadros para enfatizar alguns valores de significância de acordo com os objetivos.

As informações coletadas nas entrevistas foram analisadas individualmente na tentativa de tornar mais evidente as aspirações e os motivos que levaram os agricultores (as) a buscar financiamentos para ARNAs na região do COREDE Central do RS.

III. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 – As ARNAs e as reflexões dos autores clássicos da sociologia rural²⁶

O recurso às atividades rurais não agrícolas por parte de segmentos da população rural não é um fenômeno referente somente às sociedades contemporâneas. Já em obras de autores clássicos da sociologia rural, pode-se verificar diversas passagens sobre esta questão. Nos trabalhos de Kautsky, Lênin e Chayanov encontramos algumas das primeiras referências às atividades rurais não agrícolas, entendidas sob diferentes óticas, mas de forma genérica como forma de obtenção de renda e inserção econômica de pequenos proprietários de terra e camponeses em geral.

Segundo Kautsky (1898/1972), o desenvolvimento do capitalismo na agricultura tende a seguir uma trajetória em que se dá uma lenta e gradual subordinação do setor à indústria. Este autor analisa a dinâmica do progresso tecnológico na agricultura, que acaba por transformar-se em um ramo da indústria, completando assim uma longa evolução que resulta na afirmação da superioridade técnica da grande propriedade sobre a pequena. Para Kautsky (1898/1972, p. 129): "Quanto mais o capitalismo se desenvolve na agricultura mais aumenta a diferença qualitativa entre a técnica da grande e da pequena exploração". Isto é baseado principalmente no fato de o autor acreditar e demonstrar dados que comprovassem que "[...] proporcionalmente, a pequena exploração gasta mais para obter o mesmo efeito útil e não pode tirar o mesmo lucro que a grande exploração, não pode elevar tanto como esta a produtividade dos utensílios". (Kautsky, 1898/1972, p. 134). Além disso, Kautsky ainda acrescenta as vantagens da grande exploração no que se refere ao domínio da produção como um todo, o domínio do crédito e do comércio,

²⁶ Consideramos importante salientar que o objetivo desta breve discussão acerca dos clássicos da sociologia rural a seguir apresentada não é realizar um aprofundado debate de idéias e confronto de opiniões divergentes. Nosso propósito é apenas levantar aspectos de relevância sobre o tema das ARNAs que, embora com outras terminologias e diferentes finalidades, já eram mencionados por estes autores décadas atrás.

visto que: “o camponês, isolado, só tendo para vender uma pequena quantidade de produtos, não chega ao grande mercado”. (Ibid., 1898/1972, p. 145).

Contudo, Kautsky (1898/1972) salienta que as grandes propriedades agrícolas não possuem sustentação se estiverem isoladas, ou seja, necessitam da mão-de-obra das pequenas explorações vizinhas. Assim, o estudioso argumenta que a grande exploração, embora seja tecnicamente superior à pequena propriedade, necessita da segunda para servir-se de força de trabalho. Desta forma, a permanência dos pequenos proprietários rurais estaria relacionada à própria natureza do processo de desenvolvimento capitalista na agricultura. Portanto, segundo Kautsky (1898/1972, p. 178):

...não devemos pensar que a pequena propriedade territorial esteja em vias de desaparecer na sociedade moderna, ou que possa ser inteiramente substituída pela grande propriedade. A grande propriedade, por mais que rechace os camponeses livres, sempre manterá uma parte deles a sua ilharga, uma parte que ressuscita como pequenos arrendatários.

Mas o autor ressalta que a possibilidade de permanência de pequenas propriedades camponesas só seria possível caso elas assumissem funções acessórias e complementares a estas grandes empresas agrícolas.

Com relação ao tipo de trabalho realizado pela pequena exploração, o autor faz críticas contundentes, relacionadas basicamente ao excesso de trabalho e à insuficiência de consumo, em que, segundo ele, o agricultor não se condena sozinho, mas a toda sua família. Desta forma:

O aumento de trabalho do pequeno camponês proprietário e da sua família – independente de qualquer consideração moral ou de outra ordem – não pode, nem mesmo do ponto de vista puramente econômico, passar por uma vantagem da pequena exploração. E também não pode passar por vantagens as módicas necessidades do pequeno camponês e o seu afinco pelo trabalho. (Kautsky, 1898/1972, p. 150).

Kautsky afirma ainda que em algumas situações a condição de pequeno camponês pode tornar-se inferior à dos operários assalariados, como podemos observar em algumas passagens: “um assalariado normal, sobretudo nas grandes explorações, diz para si mesmo: ‘Estará já na hora de deixar o trabalho?’ e o pequeno camponês, pelo menos quando o trabalho é premente: ‘Se ao menos o dia durasse ainda mais duas horas...’” (Kautsky, 1898/1972, p. 154). O autor salienta assim que, se o camponês tem um tempo limitado para a execução de um trabalho, sobretudo de um

trabalho vantajoso, ele consegue tempo levantando-se mais cedo, deitando mais tarde e, neste caso, trabalhando também mais depressa. Contudo, para o estudioso:

“[...]nem a alimentação infra-humana do pequeno camponês nem o trabalho sobre humano constituem qualquer vantagem da pequena exploração. Estes dois fatos mostram-nos que a pequena exploração é um fenômeno econômico do passado e ambos constituem obstáculos ao progresso econômico. (Kautsky, 1898/1972, p. 156).

Para Kautsky, é quando esta alimentação ínfima e condições de vida sacrificadas, oferecidas pela propriedade que o camponês dispõe, não sustentam nem ao menos um homem, é que este recorre a um trabalho acessório para subsistir. Assim, o autor garante que é neste momento que a pequena exploração se torna mais miserável. Mais ainda, afirma que é sabido que a combinação de trabalhos absolutamente diferentes tem uma ação paralisante. Se o pequeno comerciante ou o vendedor ambulante, por exemplo, perdem o gosto pelo trabalho agrícola contínuo e deixam de ter força para o realizar, por outro lado, garante que o camponês normalmente é um mau artesão e o artesão um mau camponês.

Assim, ao se referir às propriedades rurais em que os camponeses praticam atividades agrícolas e não agrícolas fora ou dentro dos estabelecimentos, como ‘híbridas’, relata que “o número destas miseráveis explorações híbridas é, portanto, enorme”. (Kautsky, 1898/1972, p. 158). Mas o autor ressalta que esta sobrevivência da pequena exploração, ainda que desenvolvam trabalhos acessórios que lhes permitam a reprodução social, não elimina os riscos de termos um campesinato ainda mais pobre e com excesso de trabalho.

[...] à medida que progride a evolução econômica e política, aumentam as necessidades pecuniárias do pequeno camponês. Quanto mais necessidade tem de ganhar dinheiro, mais deve se dedicar ao seu trabalho acessório em detrimento da sua agricultura. [...] Quanto menor são as propriedades, maior é o desejo de um trabalho acessório; quanto mais este trabalho passa para o primeiro plano, mais as propriedades podem diminuir e menos são elas capazes frente às necessidades da família. Tanto mais que, nessas propriedades minúsculas, a exploração é cada vez menos racional. O trabalho é quase irracional. (Ibid., 1898/1972, p. 6-10)

Com relação à incorporação de trabalhos acessórios ao cotidiano dos camponeses, Kautsky acredita que este fato poderia ser um caminho rumo à proletarianização dos camponeses. De forma que o processo de inclusão de trabalho acessório afetaria inclusive a própria organização familiar, “[...] ao retirar-lhe

sucessivamente todas as funções que lhe eram próprias e ao transformá-las em ramos de produção independentes”. (Kautsky, 1898/1972, p. 6, b).

Para o estudioso, o trabalho acessório que está mais ao alcance do camponês é o trabalho agrícola assalariado. Deste modo:

Forçado a ganhar dinheiro, ele descarta a sua propriedade, cuja exploração, de resto, já sem falar da reduzida superfície e da falta de meios, é extremamente irracional. É obrigado a deixar a exploração à mulher e aos filhos, quando estes já têm uma certa idade; ele só pode trabalhar aos domingos e feriados. (Ibid., 1898/1972, p.18, b).

Com relação ao outro tipo de atividade acessória, as indústrias a domicílio, o autor afirma que esta é uma opção para uma “[...] população despojada a ponto de estar demasiado fraca para um trabalho agrícola contínuo”. (Ibid., 1898/1972, p.20). Kautsky pondera ainda que o recurso a estas atividades por ele denominadas como acessórias adquirem seu lugar onde quer que a agricultura deixe de constituir uma fonte de rendimentos suficientes. Além disso, relata que:

A indústria camponesa a domicílio desenvolve-se principalmente nas regiões em que a terra é pobre e, simultaneamente, as condições técnicas indispensáveis para uma grande exploração são pouco favoráveis, mas acima de tudo, onde quer que haja (ou tenha havido) obstáculos políticos ao desenvolvimento da grande propriedade. (Ibid., 1898/1972, p.21).

Já para Lênin (trad. 1982), as atividades rurais não agrícolas praticadas na propriedade, como as indústrias domésticas²⁷, são vestígios da economia natural²⁸ e quase sempre existem onde há um pequeno campesinato. A citação a seguir elucida melhor esta questão:

²⁷ Indústria doméstica é considerada pelo autor como a transformação dos produtos primários no mesmo estabelecimento da família camponesa que os extrai. Faz referências a indústrias russas desse gênero, como elaboração doméstica de artigos de linho, de cânhamo, de madeira, para autoconsumo. Entretanto, Lênin afirma que apenas em alguns longínquos rincões observava-se uma ampla difusão da indústria doméstica. Sob essa forma, a indústria enquanto profissão ainda não existia, as pequenas indústrias e a agricultura ligavam-se inextricavelmente. Ou seja, notamos que, na visão do autor, a indústria doméstica é sinônimo de atraso, algo que será (ia) superado com o avanço do capitalismo. (Ibid, trad. 1982, p. 215).

²⁸ Economia natural é considerada uma fase da economia em que suas unidades bastam-se a si mesmas (autarquia), porque produzem todos os bens de consumo necessários, uma economia sem troca, sem dinheiro. Fonte: www.formosaonline.com.br/geonline/textos/economia. Pesquisado em 12/01/2005.

Os pesquisadores locais, assim, apontam a relação entre a desintegração do campesinato e o desenvolvimento das pequenas indústrias camponesas. Isto é perfeitamente compreensível. Dados demonstram que a desintegração do campesinato deve ser necessariamente completada pelos estabelecimentos artesanais camponeses[...] (Lênin, trad. 1982,p. 222).

Desta maneira, Lênin (trad. 1982) reflete sobre o conjunto de contradições que existe dentro do capitalismo, o que de certo modo vai ao encontro da preocupação anteriormente destacada na obra de Kaustsky de que à medida que outras funções vão sendo assumidas pelos camponeses poderíamos, então, estar à frente de uma nova categoria, sem os traços específicos e tradicionalmente delimitados na categoria campesinato. Em seus textos, Lênin utilizou o termo descamponização, que seria a destruição ou substituição total do antigo campesinato patriarcal por novos tipos de população rural.

É claro que o surgimento de desigualdades entre patrimônios é o ponto de partida de todo o processo, que em hipótese alguma se esgota nessa 'diferenciação'. O campesinato antigo não se diferencia apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constitui a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Esses novos tipos são a burguesia rural (sobretudo a pequena burguesia) e o proletariado rural – a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados. (Ibid., trad. 1982, p. 114)

Após esta diferenciação, criando grupos extremos, teríamos como denominador comum apenas o caráter mercantil, monetário da economia, ou seja, a economia natural seria deixada para trás e estes grupos assumiriam como pressuposto básico das suas atividades a obtenção de retorno econômico. O primeiro tipo é a burguesia rural ou o campesinato rico que englobaria os cultivadores independentes, os proprietários de estabelecimentos industriais-comerciais, empresas comerciais etc. Esse campesinato rico associaria à agricultura comercial empresas industriais e comerciais, e essa 'combinação da agricultura com as 'oficinas' constituiria o seu traço específico. O proletariado rural constituiria a classe dos operários assalariados agrícolas ou não. Esse tipo envolveria o campesinato pobre, incluindo aí os que não possuem nenhuma terra.

Eis os traços característicos do proletariado rural: possui estabelecimentos de extensão ínfima, cobrindo pedacinhos de terra, e ademais, em total decadência (cujo testemunho patente é a colocação da terra em arrendamento); não pode sobreviver sem vender sua força de trabalho (= ofícios do camponês sem posses); seu nível de vida é extremamente baixo (provavelmente inferior ao operário sem terra).”(Ibid.,trad. 1982, p.116)

Lênin (trad. 1982 p. 206) considerava que “sob o capitalismo, a agricultura torna-se um ramo industrial particular, desvinculado dos outros. Entretanto, ela só ocupa cinco ou seis meses por ano”. Ressaltando suas particularidades, o autor entendia como algo que não poderia seguir as mesmas regras dos demais ramos industriais, enfatizando o caráter sazonal da produção agrícola. A isso podemos agregar a característica do longo tempo necessário à produção (relacionado com os produtos de uma indústria, por exemplo), e a dificuldade de controle sobre os fatores ambientais. Portanto, a capitalização da agricultura conduz ‘ao desemprego na temporada de inverno’, com o tempo de trabalho da classe agrícola reduzido a uma parte do ano: “[...] essa é a causa essencial da deterioração da situação econômica das classes agrícolas, o estreitamento do mercado interno e do esbanjamento das forças produtivas da sociedade”.(Ibid., trad. 1982,p. 206).

Com relação à transformação dos produtos a domicílio é bastante significativa a distinção que Lênin faz entre a indústria doméstica e a indústria enquanto profissão, trazendo mais um elemento para esta discussão, neste caso, no viés da “inovação” destas atividades quando presentes em estabelecimentos rurais. Ou seja, pode-se supor que, conforme a maneira com que ela é conduzida (uma agroindústria, por exemplo), ou os seus objetivos, podemos considerar que o estabelecimento possui ainda vestígios de uma economia natural ou, então, de algo capaz de ser o detonador da “desintegração” do campesinato.

Para Lênin (trad. 1982), a primeira forma de indústria que se separaria da agricultura patriarcal seria o artesanato, ou seja, a produção de artigos por encomenda do consumidor. Neste caso, a matéria-prima pode pertencer quer ao consumidor quer ao artesão, e o pagamento pode ser feito em moeda ou em espécie (alojamento e manutenção do artesão, entrega a ele de parte do produto obtido – por exemplo, a farinha).

Quanto à comercialização, Lênin (trad. 1982) ressalta que o processo de inclusão no mercado com relação a estes produtos seria de forma lenta e gradual. Após um primeiro contato, ele passa a produzir pouco a pouco para o mercado, transformando-se em produtor de mercadorias. “Essa transformação é gradual e, inicialmente, tem um caráter de experiência: os produtos que o artesão oferece no mercado são os que casualmente lhe restam ou que prepara no seu tempo livre”.(Ibid., trad. 1982, 217). Ou seja, num momento inicial, esta atividade não

assumiria caráter prioritário dentro do estabelecimento. Contudo, ela poderia evoluir até se tornar capaz de substituir as demais atividades desenvolvidas, alterando o funcionamento e a dinâmica daquele estabelecimento rural, atingindo a estrutura e a organização familiar, como acreditava Kautsky (1898/1972).

Deste modo, Lênin (trad. 1982) adverte sobre o aspecto de que o desenvolvimento de atividades tradicionalmente consideradas como industriais seriam os primeiros passos para a efetiva inserção do capitalismo no meio rural. O artesão, por exemplo - antigo agricultor puro, transformar-se-ia em um operário, trabalhando a domicílio para um capitalista, porque dificilmente conseguirá evoluir a tal ponto de obter uma renda satisfatória para garantir sua independência dos demais setores. E provavelmente desenvolveria esta atividade rural não agrícola subjugada ao interesse do capital acumulado de algum investidor:

Caracterizaremos a dominação do capital comercial na fase mais alta do seu desenvolvimento, quando ele (sendo um apêndice da manufatura) organiza em larga escala o trabalho capitalista a domicílio. Agora, temos de nos limitar à indicação das suas formas principais nas pequenas indústrias. A primeira e a mais simples é a compra dos produtos aos pequenos produtores mercantis pelos comerciantes (ou pelos donos de grandes oficinas). Quando o açambarcamento é pouco desenvolvido ou há grande concorrência entre os açambarcadores, é possível que a venda de produtos a um comerciante seja igual às outras vendas; no entanto, na maioria dos casos, o atacadista local é a única pessoa a quem o camponês pode distribuir regularmente a sua produção, e então o atacadista se vale de sua posição monopolista para reduzir exageradamente o preço que paga ao produtor. A segunda forma é a combinação do capital comercial com o usuário: o camponês, sempre necessitado de dinheiro, toma empréstimos aos atacadistas e deve pagá-los em produtos. Nesse sistema (muito generalizado), o preço da mercadoria é sempre artificialmente reduzido e é comum que a soma em poder do artesão, após a venda, seja inferior àquela que poderia ser obtida por um operário assalariado. Ademais, das relações entre credor e devedor resultam, inevitavelmente, a dependência pessoal e a sujeição do último, que se encontra a mercê dos usuários quando as suas necessidades de dinheiro são particularmente agudas". (Ibid., trad. 1982, p. 236-237).

Cabe mencionar ainda em relação aos clássicos a significativa contribuição de Alexander V. Chayanov (trad. 1974), autor que podemos considerar fora do círculo marxista no que diz respeito ao debate acerca das atividades rurais não agrícolas. Neste âmbito, talvez a sua principal contribuição seja a identificação dos elementos próprios do comportamento da família, que é quem regula e operacionaliza a unidade de produção agrícola. Este autor ressalta que, em situações em que a família não dispõe de terra em quantidade suficiente para suas necessidades, ou mesmo não proporcional ao seu tamanho, ela tende a buscar nas

‘atividades artesanais comerciais e outras atividades não agrícolas’ uma forma de ocupar a força de trabalho e garantir o equilíbrio entre trabalho e consumo.

Assim, Chayanov (trad. 1974) demonstra que o recurso às atividades rurais não agrícolas é variável e determinado; primeiramente, pela variação do ciclo demográfico familiar, apesar de este não ser o único critério que orienta a divisão familiar de trabalho entre atividades agrícolas e não agrícolas. Elementos técnicos, segundo o autor, são também relevantes.

O estudioso afirma que o desenvolvimento de atividades artesanais e comerciais, ou seja, não agrícolas, resulta em grande medida do fato de que o tempo de trabalho agrícola é muito irregular, podendo haver inclusive inatividade total em certas épocas do ano. Portanto, na sua concepção, evidencia-se claramente que a busca por atividades rurais não agrícolas, ou atividades ‘extras’, pode não se dar com o único intuito de aumentar a renda, mas também como forma de melhor aproveitar a força de trabalho disponível dentro do núcleo familiar. Estas atividades não agrícolas seriam, então, um fator agregador porque geram renda, e consolidador da base familiar que ali reside e trabalha, como uma forma de manutenção da estrutura familiar, e não um elemento desagregador ou transformador da unidade de produção familiar.

Chayanov (trad 1974) considerava as unidades de explorações campestres²⁹ como mercantis, já que, sob sua ótica, elas estavam inseridas em um sistema econômico que coexistia em um ambiente com influência do crédito e da circulação de mercadorias. Contudo, percebia que estas unidades de exploração familiares agiam com algumas particularidades dentro deste sistema capitalista.

Se temos contraposto com particular insistencia, e seguimos fazendo-a, a unidade de exploração familiar à capitalista, o fazemos em nível da organização e da produção: a exploração doméstica em contraste com a exploração baseada no trabalho assalariado. Neste sentido, há duas engrenagens economicas completamente distintas que reagem de modo diferente ante os mesmos fatores. (Chayanov, trad.1974, p. 266). Tradução da autora.

Na sua obra, notamos que o autor relaciona a opção familiar por atividades rurais não agrícolas ao tamanho da área de que se dispõe para o sustento da

²⁹ Para Chayanov (1924, p. 44), a unidade de exploração campestre podia ser definida desta forma: “...una familia que no contrata fuerza de trabalho exterior, que tiene una cierta extensión de tierra disponible, sus propios medios de producción y que a veces se ve obligada a emplear parte de su fuerza em oficios no agrícolas.”

família. Ou seja, ela ocorre quando a terra é insuficiente e acaba tornando-se fator limitante para a reprodução familiar e, com isto, o volume de atividades agrícolas fica aquém da força de trabalho disponível.

Mas a mão-de-obra da família que explora a unidade, ao não encontrar emprego na exploração, volta-se, como veremos mais adiante, a atividades artesanais comerciais e a outras atividades não agrícolas para alcançar o equilíbrio econômico das necessidades da família que não são cobertas pelos ganhos provenientes das atividades artesanais e comerciais.(Chayanov, trad. 1974, p.101). Tradução da autora.

Para Chayanov (trad. 1974), o recurso às atividades não agrícolas constituía-se claramente em uma estratégia de alocação de força de trabalho familiar face aos condicionantes da unidade produtiva agrícola. Estes condicionantes podem, por exemplo, ser uma área demasiada pequena, renda insuficiente, tempo ocioso ou então atividades condicionadas por fatores de mercado que as favoreçam.

Uma das principais diferenças entre os enfoques citados reside no fato de que há um conjunto de autores que são identificados com o aporte clássico da economia política marxista, como o caso de Lênin e Kautsky. Para estes, a compreensão das transformações sociais, econômicas e espaciais da agricultura e do espaço rural devem ser atribuídas à dinâmica do capitalismo, que se evidenciaria pela homogeneização dos mercados de trabalho rural e urbano e pela ampliação da hegemonia do capital financeiro. Em contrapartida a essa abordagem, há a vertente que sugere que o entendimento da agricultura familiar e do recurso às atividades rurais não agrícolas refletem a percepção da interação das estratégias que as famílias rurais adotam face ao processo de reestruturação da agricultura e do espaço rural diante de dinâmicas socioeconômicas mais amplas.

Se tomarmos como base as contradições existentes dentro da ruralidade brasileira e suas conformações atuais, notaremos que as reflexões feitas pelos autores clássicos vinculam-se a uma preocupação crescente na contemporaneidade. Esta vinculação relaciona-se basicamente ao fato de que ou os agricultores que buscam atividades acessórias, atividades rurais não agrícolas, estariam deixando de ser agricultores, como acreditavam Kautsky (1898/1972) e Lênin (trad. 1982), ou então, estas seriam apenas estratégias utilizadas pelas famílias para garantir a ocupação de seus membros e renda suficiente para sua manutenção, como descrevia Chayanov (trad. 1974). Para Kautsky, estas atividades poderiam assumir tamanha importância econômica e em termos de demanda de tempo a ponto de

relegar a um segundo plano as atividades agrícolas anteriormente desenvolvidas no estabelecimento. E mais, estas atividades rurais não agrícolas poderiam afetar uma das principais características da produção camponesa que é a produção para a subsistência. E, a partir daí, o agricultor iria perdendo a sua relativa autonomia frente às oscilações do mercado, concomitantemente, perdendo seus resquícios de economia natural. Com isto, a reprodução familiar cada vez mais estaria atrelada a fatores exógenos ao estabelecimento e menos auto-suficiente.

Lênin chega a refletir acerca da mão-de-obra disponível e até mesmo ociosa em alguns períodos do ano ou então de algumas pessoas que compõem o núcleo familiar. Contudo, acredita que, conforme avança este processo, inexoravelmente se dará a destruição da categoria camponato. Sob outro ângulo, se analisarmos o recurso às atividades não agrícolas como alternativa de geração de trabalho e renda, podemos apontar não para um processo de desintegração de uma categoria, mas um meio de otimização dos recursos disponíveis. E dependendo da medida em que esta for utilizada, isto é, se não se tornar a principal atividade do estabelecimento, as ARNAs podem se tornar um fator de agregação e consolidação da agricultura familiar (em uma interpretação conforme Chayanov), que poderá manter as suas atividades de subsistência e renda relacionadas à produção agrícola.

Mas, na visão leninista, este tipo de comercialização, nesta escala e sem uma cadeia organizada, é considerado como resquício de uma economia primitiva³⁰. Poderíamos, então, estar na direção da formação de um exército de operários trabalhando a domicílio, mal remunerados, com baixa qualificação profissional e com alguns fatores agravantes como, por exemplo, a falta de seguridade social, previdência e outros tantos direitos adquiridos.

Schneider (1999), analisando a influência destes autores clássicos da sociologia rural, buscou uma junção analítica conceitual entre o marxismo

³⁰ De tal modo, se considerássemos a grande maioria das experiências (inclusive muito incentivadas por alguns Governos Estaduais e ultimamente pelo Governo Federal e algumas organizações populares), que fomentam a organização de pequenas agroindústrias de caráter artesanal, por exemplo, que na sua maioria produzem em pequena escala e tem a comercialização reduzida, podem ser analisadas como algo ultrapassado dentro do sistema capitalista. E estas iniciativas seriam anacrônicas perante o processo de evolução do capitalismo, que conforme Lênin, substituiria estas formas 'antigas' pelos novos tipos anteriormente mencionados. Neste sentido, poderíamos citar como exemplo as chamadas "integrações agroindustriais" que são muito freqüentes no Norte Rio-grandense, Centro-Oeste Catarinense e Paranaense. Nestes casos, os agricultores criadores apenas são responsáveis por uma etapa do processo, tornando-se totalmente subjugados à grande indústria.

(principalmente Kautsky) e as formulações de Chayanov, em bases metodológicas / epistemológicas para fundamentar a emergência crescente da pluriatividade e das ARNAs da atualidade. Assim:

Uma vez que não haja incompatibilidade epistemológica entre a teoria social crítica (especialmente do ponto de vista do método dialético) e os elementos conceituais do modelo chayanoviano, acredita-se na possibilidade de extrair dessa combinação um arcabouço analítico suficientemente coerente para explicar a pluriatividade e a dinâmica das unidades familiares situadas no meio rural da região sul do Brasil, cuja característica principal é a combinação da atividade agrícola com atividades não agrícolas, permitindo a diversificação das fontes de renda dos indivíduos que compõem o núcleo familiar. (Schneider, 1999, p. 121).

Contudo, estas observações não conduzem a um consenso e nem apontam um significado de um paradigma que delibere qual das linhas seguidas pelos autores é mais apropriada para definir a situação atual e suas perspectivas. Como ressalva Neves (1997, p. 20) “a multiplicidade de situações e a diferenciação interna do campesinato sempre constituíram em questão sem resposta final, sempre se instituíram em debate difícil de ser resolvido com definições restritas”.

Embora não possam ser consideradas extremamente dicotômicas, estas abordagens apresentam algumas linhas que são divergentes. Essa complexidade nas formas de interpretação deste fenômeno também se expressa de forma evidente na literatura contemporânea. A discussão se dá principalmente acerca do embate da melhor forma de ‘manter’ a viabilidade da agricultura familiar dentro do atual sistema- para os que sustentam a importância da agricultura familiar na sociedade atual-, sem deixar de levar em consideração as especificidades de país em desenvolvimento, tendo como panorama a existência de 2,7 milhões de unidades produtivas que, segundo o PRONAF, enquadram-se dentro da categoria *agricultor familiar* e que, por vezes, não geram renda suficiente para assegurar circunstâncias dignas de vida.

Anjos (2003) apresenta considerações muito relevantes em torno de temas pertinentes a este estudo, relacionando posições da escola marxista e também de Chayanov. Anjos resume em dois argumentos centrais a posição de Kautsky (1899) em relação à execução de “atividades acessórias”:

- a) O exercício de uma atividade acessória ou complementar por parte dos camponeses não permite modificar ou impedir o destino final desta forma de produção que é o de sua própria desaparecimento. Em suma, a dupla atividade poderá consideravelmente retardar, mas não evitar, o iniludível

processo de transformação que terá como resultado a conversão dos camponeses em proletários.

- b) Outro dos mecanismos apontados por Kautsky como justificantes para, presumivelmente retardar a evolução econômica, reside na indústria a domicílio. Tal recurso, como enfaticamente demonstrou, não é novo, senão que remonta à situação do camponês feudal de antanho que teve que abandonar múltiplos ofícios e atividades para dedicar-se quase que exclusivamente à agricultura. A indústria à domicílio aparece sobretudo nas regiões agriculturalmente reprimidas e totalmente subordinadas ao interesse do capital comercial e/ou industrial. De modo análogo aos outros tantos recursos e estratagemas, como a aludida dupla atividade (industrial e agrícola), as migrações aos estrangeiros ou mesmo o trabalho no interior de granjas capitalistas, Kautsky igualmente sustenta sua posição cética e reticente com respeito às possibilidades de que efetivamente possa interromper-se a trajetória decadente do camponês no curso da história. (Anjos, p. 18-19, 2003).

Assim, verificamos o caráter complementar visto por Kautsky da pequena exploração em relação à “exploração capitalista”, em que as que resistirem ao longo do processo de evolução capitalista serão apenas para suprir a demanda de força de trabalho a ser consumida nos processos produtivos da grande exploração. Contudo, Anjos (2003) retoma também a contribuição de Chayanov no que diz respeito ao ‘destino’ da pequena exploração e dos camponeses. Afirma que a principal divergência de Chayanov em relação aos pressupostos centrais do marxismo agrário reside no rechaço em relação aos que argumentam em favor da necessária, legítima e oportuna ‘saída de cena’ dos camponeses da história por entender que representam uma forma social anacrônica e superada, tecnicamente ineficaz para atender aos anseios da sociedade. Ou seja, Anjos deixa explícito que definitivamente Chayanov não compartilha da mesma visão sobre a decomposição destas formas ‘campesinas’ de produção, negando sua possível proletarização.

3.2 – O rural, breve histórico e configurações contemporâneas.

No período subsequente à Segunda Guerra Mundial, principalmente após a década de 1950, emergiu nos países capitalistas ocidentais um novo modelo de desenvolvimento, com ímpeto modernizante tanto do campo como das cidades. Mais do que avanços tecnológicos emergiu uma série de conceitos relacionados com os hábitos, costumes e valores urbanos, que passaram em grande parte predominar sobre os demais. Contudo, as inovações tecnológicas, sem dúvida, contribuíram e foram decisivas para consolidar esta fase denominada de modernização da

agricultura. A partir dela, acreditava-se que o aumento ou manutenção da qualidade de vida seria uma consequência, resultado intrínseco do processo, como salienta Navarro (2001, p. 2): “Em tal contexto, a transformação social e econômica e a melhoria do bem estar das populações rurais mais pobres foi entendida como resultado ‘natural’ do processo de mudança produtiva na agricultura”. Porém, no Brasil e demais países em desenvolvimento, a enxurrada de inovações tecnológicas, advindas da modernização, afetaria não apenas o modo de produzir na agricultura, mas a própria composição e estrutura social rural, visto que, na época, parcela majoritária da população habitava em espaços rurais.

Entretanto, a modernização no campo brasileiro teve como particularidade o seu caráter conservador, já que não alterou a estrutura fundiária³¹, como ocorreu na maioria dos países desenvolvidos, que optaram pela Reforma Agrária, dentro do contexto capitalista. Como atributo principal desta modernização, temos a agricultura subjugada à indústria e ao capital internacional, afetando por vezes a soberania nacional e deixando a nação à mercê das oscilações externas. Como pondera Müller (1989 p. 39):

Estes graus de interdependência têm implicações cruciais na determinação do lugar da agricultura no desenvolvimento do país, porquanto os interesses sociais nucleados no capital comercial e assentados na propriedade territorial e na generosidade da natureza foram deslocados pelos interesses nucleados no capital industrial e financeiro e na agricultura moderna.

Como implicação prática desta modernização, aumentamos a produtividade agrícola e a do trabalho, diminuimos a população residente e ocupada no meio rural e tornamos significativamente maior a eficiência nos processos produtivos em geral. Em contrapartida, além dos desequilíbrios ambientais, tivemos um custo social e financeiro crescente para manter este “padrão” tecnológico, aspectos amplamente questionados principalmente a partir da década de 1980. A discussão passava pela intensa redução dos postos de trabalho, resultado da alta mecanização e da falta de novas oportunidades para a força de trabalho agora ociosa.

³¹ Isto em uma primeira análise, visto que no médio e longo prazo suas consequências afetaram principalmente os estabelecimentos menores que não conseguiram ser ‘favorecidos’ pelas benesses da modernização, e milhares de pessoas migraram para a cidade por falta de oportunidade frente à pobreza e a falta de perspectivas, diferente do que aconteceu em muitos países do capitalismo central em que as pessoas migraram por iniciativas outras que não a falta de opção.

Na maioria das propostas de desenvolvimento rural para o país, a intervenção estatal sempre esteve ligada ao crédito, e mais especificamente ao crédito agrícola. Nestas propostas, o rural, notadamente nos anos 70 e 80, era visto de forma setORIZADA, como agrícola puramente. Na perspectiva atual sobre projetos de desenvolvimento rural, é interessante a observação de Veiga(1998) sobre a noção de desenvolvimento e as suas correlações com as políticas públicas, em que: “[...]o desenvolvimento é um processo sistêmico, no qual inexiste uma clara separação entre o espaço rural e espaço urbano, economia rural e economia urbana, sociedade rural e sociedade urbana.” (Veiga, 1998, p. 10). O autor analisa ainda que, no que se refere às políticas públicas voltadas especificamente para o rural, não existe qualquer autonomia relacionada a uma separação urbana-rural. Afirma também que torna-se evidente o quanto as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural estão entranhadas em inúmeros conflitos de interesse dos quais podem resultar situações altamente discriminatórias. Contudo, Veiga afirma que o desenvolvimento rural pode:

...ser um instrumento crucial dessa luta contra o ‘viés urbano’ das políticas públicas. Um instrumento que ajude a sociedade precocemente urbanizada a perceber o quanto seu desprezo pelo meio rural gera desperdício. Um instrumento que impulse essa sociedade a revalorizar a vida rural. Um instrumento que evidencie o quanto as oportunidades de cidadania rural podem reduzir a degradação das cidades. (Veiga, 1998, p. 10-11).

Assim, supomos que a própria noção de desenvolvimento rural, se bem debatida e aprofundada, pode ser um instrumento que contribuiria para a diminuição da visão do rural como estritamente agrícola, local de produção de alimentos unicamente.

Dentro deste contexto relacionado ao modelo de desenvolvimento adotado pelo país, é importante analisarmos o transcurso histórico da gênese da sociedade brasileira, que, segundo Prado Junior (1942), desde a formação do Brasil Colônia, sempre esteve em uma caminhada rumo à exploração capitalista.

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos. (Prado Junior, 1942,1987, p. 31, grifo do autor).

Já na caracterização feita por Gilberto Freire (1933), observam-se três elementos que foram centrais para uma análise da formação social brasileira: a monocultura, a escravidão e o patriarcalismo. Seria reducionismo discutir a problemática atual sobre as características estruturais do campo e suas conformações sem antes levar em consideração os valores nos quais nossa sociedade foi alicerçada. O autor salienta ainda que se fôssemos hierarquizar estes elementos, caberia à monocultura latifundiária a primazia, já que a escravidão foi apenas uma alternativa viabilizadora da mão-de-obra necessária. A posterior “importação” de mão-de-obra europeia (colonos, como foram popularmente denominados a segunda ‘leva’ de imigrantes europeus), pode também ser vista como suporte à organização social até hoje verificada no meio rural. Ou seja, o caráter mercantil sempre esteve presente, como nota Prado Junior (1942, 1987, p. 31) “... será a empresa do colono branco, que reúne à natureza, pródiga de recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre as raças[...].”

Hoje temos, concomitantemente com o latifúndio³², no Brasil, segundo IBGE (1995/96), 39,8% dos estabelecimentos com área total até cinco hectares e 30% com área de cinco até vinte hectares, que englobam 2,84 milhões de trabalhadores, somando 85% da ocupação em áreas rurais com uma área média ocupada por trabalhador de oito hectares. Na Região Sul, a agricultura familiar representa 91% do total de pessoas ocupadas no campo e 44% da área. Mesmo em área pequena e por vezes insuficiente, e outras tantas adversidades enfrentadas, contrastam os dados sobre o papel positivo desempenhado pela agricultura familiar, quando se compara o índice de desenvolvimento humano dos municípios do Sul do país, tendo em vista esta distribuição de terra menos concentrada.

³² É importante destacar neste momento que as noções de latifúndio e agricultura patronal não são sinônimos. Contudo, podemos encontrar afinidades da noção latifúndio com noção pertinente a este trabalho, a agricultura patronal ou empresarial, que é caracterizada como ressaltou Abramovay, pela ocupação de grandes extensões de terras e trabalho assalariado. Publicado no O Estado de São Paulo, 21 de dezembro de 2003. Pesquisado em http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/resenhas/Entrevista_Estado.doc.

Dados apontados por Dillon & Hardaker (1994) estimam que a metade da população mundial depende de alguma forma desta categoria, do tipo de agricultura praticada nestes moldes. Cerca de 40% da área cultivada está nas mãos dos agricultores familiares, e perto de 60% de todos agricultores do mundo estão alocados em pequenas áreas.

Do ponto de vista econômico, por exemplo, a característica mais importante destes agricultores é a escassez de recursos que dispõem para trabalhar. Em geral contam com uma pequena superfície de terra e, muitas vezes, naturalmente pobre. Quanto ao acesso à educação e à saúde, estão em patamares abaixo dos desejados, muitos padecem de um endividamento crônico e da falta de acesso ao crédito institucional. Estas características são particularmente evidenciadas nos países mais pobres.

Quando falamos em agricultura familiar, é de extrema importância considerar que as atividades desenvolvidas no meio rural são por vezes consideradas além de uma atividade econômica mas, também como um modo de vida. Tal aspecto baseia-se essencialmente em algumas particularidades da agricultura familiar dentro do sistema capitalista, como, por exemplo: não existe separação entre os proprietários e os meios de produção; a unidade de produção constitui um patrimônio e um local de trabalho; estes agricultores são ao mesmo tempo patrões e empregados; não existe a clássica especialização e divisão hierárquica entre trabalho administrativo e executivo.

Questionando a superioridade técnica dos grandes estabelecimentos (muito exaltada na nossa modernização da agricultura, em contrapartida aos de caráter familiar), Veiga (1991, p. 115) pondera: “A agricultura familiar parece ter sido a forma mais adequada para o fornecimento de alimentos a preços constantes ou decrescentes porque não criava nenhuma dificuldade à intensificação da produção[...]”. Desta forma, se assim como afirma Veiga, assumirmos como pressuposto básico que, para o capitalismo, a agricultura familiar é mais eficiente, já que combina uma atividade de alto risco e de longo período de produção, é um contra-senso encontrarmos muitos países em desenvolvimento, em especial na América Latina, que optaram pelo modo de produção baseado na grande propriedade.

Ainda segundo Veiga, sob o ângulo do capitalismo, o modo de produção familiar é mais interessante já que esta forma não remunera necessariamente a

força de trabalho utilizada e, por ser o “agricultor familiar ao mesmo tempo trabalhador, gerente e proprietário da maior parte dos recursos utilizados na produção, ele poderia aceitar retornos relativamente inferiores aos exigidos por um patrão que paga salários”.(Ibid, 1991, p. 118). Contudo, o autor ressalta que são os preços, e não as dificuldades estruturais ou administrativas, que limitam as possibilidades de expansão da agricultura patronal, e afirma ainda que a agricultura familiar é mais capaz de se adaptar aos preços baixos e que: “Em outras palavras, parece ter sido mesmo a necessidade de conciliar a regulação dos preços alimentares e a remuneração dos agricultores que levou à promoção e defesa da agricultura familiar”. (Ibid, 1991, p. 115).

3.3 O rural sob a ótica da multifuncionalidade

A partir de meados da década de 1990 encontramos o tema da agricultura familiar no centro das discussões acadêmicas e políticas. O debate central não está apenas em torno das “novas” formas de trabalho e geração de renda, como, por exemplo, as ARNAs, mas passa também pela possível revalorização ampla dos espaços rurais. Assim, mais do que um local de produção de alimentos, ao rural passa a ser atribuído também outras funções.

Temos, na França, uma referência sobre o tema da multifuncionalidade. Principalmente por esta noção ter-se tornado base para a adoção de políticas públicas em larga escala, que mais tarde iriam influenciar outros países. A origem deste tema naquele país, e na Europa como um todo, permitiu reavaliar a agricultura em termos do desenvolvimento sustentável, inclusive balizando os investimentos estatais e sugerindo novos valores a serem incorporados nas considerações sobre o rural, como a preservação da natureza, o resgate cultural, a melhoria da qualidade de vida mediante fatores como moradia, lazer, esportes, exaltação das belezas naturais. A noção de multifuncionalidade parece estar ligada a uma resposta aos resultados negativos da implantação da modernização da agricultura, como a homogeneização ambiental (favorecida pelas monoculturas), a padronização sócio-cultural, além da dimensão econômica.

Para Carneiro e Maluf (2003, p. 17), o enfoque da multifuncionalidade da agricultura requer “[...] que sejam contemplados três níveis de análise

correspondendo, respectivamente, às famílias rurais, ao território e à sociedade”. Para os autores, a noção de multifuncionalidade rompe com a visão setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura, que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Esta visão é diferenciada por estimar as particularidades do agrícola e do rural, vendo o rural como algo amplo, complexo e repleto de especificidades, muito além do funcionalismo produtivista. “Enfim, a noção de multifuncionalidade favorece a passagem do “agrícola”, para o familiar e o rural, olhados desde a ótica territorializada”. (Carneiro e Maluf, 2003, p. 20).

Quatro dimensões centrais foram abrangidas no enfoque da multifuncionalidade por Carneiro & Maluf (2003,p.22): (1) a dinâmica de reprodução das famílias e comunidades rurais; (2) características técnico-produtivas e sustentabilidade da atividade agrícola; (3) questões de identidade, integração social e legitimidade relativa às famílias rurais; (4) e as relações com o território e com a natureza.

Graziano da Silva (2000) salienta que existem alguns *velhos mitos* relacionados ao rural como, por exemplo: o rural como sinônimo de atraso; o rural predominantemente agrícola; que o êxodo rural é inexorável; que o desenvolvimento agrícola leva ao desenvolvimento rural; e, por último, que a gestão das pequenas e médias propriedades é familiar. Todavia, estas premissas não podem ser consideradas como superadas, ao contrário, tanto no meio acadêmico como nos ambientes político e institucional ainda as encontramos estas como “paradigmas” norteadores. Por outro lado, o autor salienta que é possível estarmos perante a formação de *novos mitos*, muitos deles relacionados com o objeto de estudo deste trabalho, tais como: as ocupações rurais não agrícolas são opções ao desemprego; as ocupações rurais não agrícolas são motor do desenvolvimento rural, a reforma agrária não é mais viável; o novo rural é melhor do que o velho; e o novo rural não precisa de regulação pública.

Dentro da complexidade que cerca os temas da multifuncionalidade dos espaços rurais e a pluriatividade das famílias, o que temos de certo é que estas noções não podem definitivamente serem consideradas sinônimas. É possível que a crescente atribuição das múltiplas funções aos espaços rurais desencadeie alternativas, situações que favoreçam os residentes rurais para que exerçam mais de uma atividade, seja ela agrícola ou não.

Para Beskow³³, a ótica da multifuncionalidade da agricultura familiar provém do reconhecimento do papel da agricultura e suas relações com os diversos setores da sociedade. O conceito de multifuncionalidade consiste em reconhecer que o seu papel não se restringe à produção de matéria-prima e alimentos, à liberação de mão-de-obra para atividades urbanas, à geração de divisas e à transferência de capital a outros setores da economia, mas também destacar suas outras funcionalidades, tais como a social, a ambiental, a patrimonial, a estética e a recreativa/ pedagógica.

Todavia, antes de finalizarmos a discussão sobre as múltiplas funções do meio rural na atualidade, é apropriado fazermos algumas ressalvas sobre o debate da agricultura familiar, como salienta Wanderley (2003 p.09):

Boa parte dos estudos brasileiros sobre o campesinato e a agricultura familiar, inspirada nos seus clássicos, se fundamenta em dois pressupostos complementares. Por um lado, a convicção de que a condição de produtor de produtos agrícolas é apenas uma dimensão – central, sem dúvida – da unidade familiar, não esgotando, portanto o seu caráter multifacetário. Por outro lado, a convicção de que o exercício da atividade produtiva, nestes casos, corresponde a um modo de funcionamento – produção e reprodução ditada por interesses presentes e futuros da família camponesa.

Assim, mais do que a atividade agrícola, Wanderley salienta que o que devemos analisar são as complexas relações que existem dentro deste ambiente “familiar”, que na verdade moldam as particularidades encontradas na vida social rural. Todavia, é necessário ter claro que simplesmente por considerar a multifuncionalidade do espaço rural não implica excluir da análise e das considerações a sua característica atual mais marcante, a produção de alimentos. Não tratamos aqui de duas formas antagônicas, a produção agrícola e as demais funções do rural. Estamos diante de um processo complementar. Wanderley (2003) alerta também para que não incorramos no equívoco de levar em conta neste debate a questão meramente econômica, como se os bens e serviços produzidos e atitudes tomadas pelos agricultores só se explicassem se medidos a partir de valores mercantis.

³³ Beskow, P. R. A agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura e políticas de desenvolvimento agrícola para o Brasil. Fonte: <http://www.cca.ufscar.br>. Pesquisado em 14/01/2005.

3.4. A pluriatividade e as atividades rurais não agrícolas

As ARNAs ocorrem no meio rural em distintas realidades e por isso as generalizações não são adequadas e inclusive podem ser bastante preocupantes, como salientam vários autores. Graziano da Silva (2002) retoma esta discussão ressaltando que a pluriatividade e as atividades rurais não agrícolas são os elementos centrais do “Novo Rural” brasileiro. Este seria constituído de muitas atividades que são seculares no país, mas que não tinham, até recentemente, importância econômica. Segundo o autor, eram atividades de fundo de quintal, *hobbies* pessoais ou pequenos negócios agropecuários intensivos, que foram transformados em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural nos anos mais recentes. Muitas destas atividades, antes pouco valorizadas, passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo na maioria dos casos não apenas transformações agroindustriais, mas também serviços pessoais e produtivos relativamente complexos e sofisticados nos ramos da distribuição, comunicação e embalagens. (Graziano da Silva, 2002, p. 40).

Graziano da Silva (2002) afirma que uma forma importante de observar a nova ruralidade brasileira é pela ocupação das pessoas que residem em áreas rurais. Se, por um lado, o progresso técnico na produção levou a uma simplificação das atividades, exigindo menor contingente de pessoas para o trabalho, por outro, surgem não só novas atividades agrícolas no meio rural, mas principalmente atividades não-agrícolas, que acabam absorvendo a mão-de-obra excedente da agricultura modernizada. Hoje, o meio rural também tem se tornado espaço de moradia, lazer e turismo.

Em resumo, o que manteve as pessoas no campo brasileiro não foram as atividades agropecuárias, mas sim tanto as ocupações não-agrícolas – pois cerca de 1,5 milhão de pessoas residentes em áreas rurais encontraram novos postos de trabalho em ocupações não-agrícolas entre 1981 e 1999 – como a ampliação da cobertura da previdência social para as áreas rurais. A expansão destas atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro não é uma exclusividade de uma região específica, mas está disseminada por todo o país. (Ibid., 2002, p. 45)

Em nível nacional, o autor revela que é muito importante o desmembramento da população ocupada em atividades não agrícolas em segmentos de atividades,

pois fornece mais elementos para a análise do que realmente há de novo no rural brasileiro. Neste sentido, o ramo de Prestação de serviço é o que se sobressai, ocupando 1,3 milhão de pessoas em todo país, seguindo por ordem de importância a Indústria de transformação, que ocupava 800 mil pessoas, a Indústria da construção civil, com pouco mais 600 mil pessoas, e o Comércio de mercadorias e serviços sociais, com cerca de 500 mil cada³⁴. Schneider (1999-b, p.93), com um recorte em nível estadual, afirma que:

A dinâmica do emprego e da ocupação na agricultura gaúcha, nas duas últimas décadas, parece indicar que o que está gerando novos postos de trabalho no meio rural não é a agricultura, mas um conjunto de atividades que até pouco tempo eram identificadas somente com as cidades e os espaços urbanos, e que agora se estendem ao campo.

O autor lembra que devemos considerar o contexto social e o ambiente econômico para entender por que, em determinadas regiões, os membros de famílias de agricultores tomam a decisão de trabalhar fora ou permanecer ocupados dentro da propriedade com atividades não agrícolas. E comenta ainda:

É claro que o setor agrícola não está deixando de ter importância no espaço rural gaúcho. O que se pretende demonstrar, com base nos dados disponíveis, é que estão surgindo outras atividades e formas de ocupação no espaço rural que poderão, inclusive, ampliar as oportunidades de emprego e constituir-se em novas perspectivas de trabalho para quem lhe habita e que por opção ou mesmo contingência não trabalha na agricultura. O crescimento das atividades não-agrícolas não é um fenômeno efêmero, pois vem evoluindo gradativamente a partir da década de 1980 e revela estar presente em todas as micro regiões do estado, mesmo aquelas onde a agricultura ainda continua a ser a principal ocupação da população rural. (Schneider, 1999, p. 93).

Já Romeiro (2001) faz um balanço das particularidades dos países europeus e suas trajetórias com a experiência em relação às ARNAs, enfatizando a importância da agricultura enquanto atividade geradora do maior número de ocupações no campo, e especificamente a agricultura familiar como maneira de utilizar mais eficazmente os recursos escassos (terra, trabalho e capital) e como forma de irradiar desenvolvimento local. A discussão envolve basicamente a seguinte questão: qual seria a melhor estratégia de desenvolvimento rural no país no contexto atual?

³⁴ Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (1992-1999); Projeto Urbano (2001).

Para Veiga (1998), a questão do desenvolvimento passa basicamente pela geração de oportunidades que propiciem renda. Assim,

A sociedade brasileira pode estar se dando conta, com muito atraso, de que o crescimento econômico das cidades, por mais forte que pudesse ser, seria incapaz de reduzir ou estabilizar o desemprego urbano. Então é impossível que venha a se dar conta, também, que qualquer anseio de desenvolvimento será mero sonho se não puder ampliar as oportunidades de geração de renda no meio rural. (Veiga, 1998, p.15)

O alerta de Romeiro (2001) encontra-se, no que tange ao Brasil, na busca de estratégias urbanas de desenvolvimento rural, baseando-se numa falsa analogia do que ocorreu em países capitalistas centrais, uma vez que não são levadas em conta as diferenças radicais nas condições em que estes fenômenos ocorreram, o que, segundo o mesmo resultaria:

[...] em um desastre social de grandes proporções, tanto o mais chocante por causa da enorme disponibilidade de terras ociosas, as quais poderiam ter sido apropriadas pelos pequenos produtores familiares sem ameaçar as áreas ocupadas produtivamente pelos agricultores não-familiares.(Ibid., 2001p. 17).

Romeiro (2001) também faz uma reflexão sobre a questão mencionada pelos autores clássicos no que tange a particularidades do capitalismo na agricultura, em que "... os fertilizantes podem ter substituído a matéria orgânica; as ferramentas e equipamentos substituíram o cavalo, mas cuja boa utilização depende da arte e habilidade do agricultor e que, portanto, dificultam um trabalho de supervisão capitalista caso o agricultor seja um assalariado".(Ibid., 2001, p. 20). Deste modo, pode-se supor que, no momento em que estes 'agricultores' deixassem de praticar a agricultura e aos poucos fossem se deixando levar para algumas atividades "menos penosas", como o artesanato ou o processamento de alimentos, ele estaria em vias de tornar-se mais apto a um possível controle por parte de um capitalista. Por fim, Romeiro (2001) contrapõe-se claramente às conclusões dos responsáveis pelo Projeto "Rurbano", que demonstram que a expansão das ocupações rurais não agrícolas indicariam uma tendência estrutural e que, por esta razão, não seria mais tão necessário enfatizar e apoiar os empregos agrícolas por meios de políticas fundiárias e agrícolas de apoio à agricultura familiar, o que apontaria como estratégia de desenvolvimento a implementação de políticas voltadas para estimular a expansão das ARNAs.

Schneider (1999), dentro do contexto dos países desenvolvidos, considera que cinco fatores contribuíram para a emergência e explicação das ARNAs, que sucintamente foram: (1) a sobra de mão-de-obra devido à modernização; (2) a queda de rentabilidade nos produtos agrícolas; (3) o apoio das políticas públicas; (4) a característica do modo de produção familiar; (5) e também a descentralização industrial. Para Klein (1992 citado em Schneider 1999), existem três hipóteses para explicar a evolução das atividades rurais não agrícolas na América Latina: a primeira, sustenta o autor, está relacionada à distribuição geográfica e demográfica da população em um território, que pode variar de um país para outro. A segunda hipótese é de que o processo de modernização tecnológica da agricultura acabou forjando o crescimento dos serviços auxiliares às atividades agrícolas, o que tem criado um novo mercado de trabalho no espaço rural diferente do agrícola, embora a ele vinculado. Por último, Klein acredita que, em consequência deste processo de ampliação do mercado de trabalho agrícola e não agrícola, surgem novas atividades no meio rural, geralmente ligada à prestação de serviços, como as comunicações e o serviço público em geral. E mais, ressalta que existem duas outras consequências desta transformação das ocupações rurais.

A primeira refere-se ao crescimento das unidades produtivas ocupadas em tempo parcial na agricultura, muitas vezes executando mais de uma atividade produtiva em setores diferentes. Esse fenômeno relaciona-se tanto à capacidade de absorção do progresso técnico nas propriedades como ao aumento da ociosidade de parte da força de trabalho dos membros da família, fazendo com que os trabalhos temporários ou acessórios exteriores à propriedade constituam-se em novas fontes de rendimento. A segunda consequência está relacionada às transformações estruturais da economia capitalista contemporânea, especificamente no que tange aos processos de descentralização da produção. (Klein, 1992, p.10-11, apud Schneider, 1999, p. 13).

Quanto a este aspecto, também Graziano da Silva et alii, (1996) considera três fatores essenciais na emergência das ARNAs no Brasil: (1) a urbanização do campo, através da expansão de atividade pouco ligadas à agricultura, como os pesque-pague, os sítios de fim-de-semana, as moradias secundárias da classe média urbana; o crescimento das áreas de preservação destinadas ao ecoturismo (parques e estações ecológicas, sobretudo) e novas formas de emprego como os jardineiros, pedreiros, motoristas, especialmente atividades ligadas à prestação de serviços; (2) a crise do setor agrícola, relacionado à baixa rentabilidade do setor

agrícola; (3) descentralização e interiorização de diversas indústrias, em busca de mão de obra mais barata, impostos mais baixos.

Em síntese, podemos encontrar vários elementos em comum nos diversos fatores apresentados acima. Tais elementos remetem à idéia de que pode estar ocorrendo uma reação à conjuntura das últimas décadas, oriunda principalmente de fatores macroeconômicos, crises ambientais, sociais e identitárias, condicionadas ao próprio sistema econômico vigente, em que as formas familiares de produção estão em um rearranjo operacional, criando e/ou reformulando suas formas de reprodução social.

IV. O PROGRAMA RS RURAL E O FINANCIAMENTO DE ATIVIDADES RURAIS NÃO AGRÍCOLAS NA REGIÃO CENTRAL DO RS.

4.1.O Programa RS Rural

Dentre os diversos programas existentes no Rio Grande do Sul, podemos dizer que o RS RURAL é um dos que mais se destaca, principalmente por seu caráter inovador no momento da sua implantação e suas características inéditas. Oito anos após o acordo firmado com o BIRD³⁵, o programa passou por duas administrações políticas com bases ideológicas completamente distintas e aplicou 53,8% dos valores acordados no contrato³⁶.

Tanto a proposta inicial quanto a atual são muito semelhantes. A proposta é de fazer do RS RURAL um instrumento promotor do desenvolvimento rural sustentável, direcionado aos agricultores e pecuaristas familiares, agricultores assentados, pescadores profissionais artesanais, povos indígenas e comunidades remanescentes de quilombos. Assim, já no público alvo percebemos o caráter inovador, tendo em vista que historicamente estas comunidades estiveram à margem do alcance das políticas públicas. A maioria das suas ações está concentrada na conservação e manejo dos recursos naturais, na melhoria da infraestrutura social básica e renda familiar, buscando diminuir os níveis de pobreza.

O RS RURAL entende que a agricultura familiar e os demais públicos especiais antes citados não terão sua reprodução garantida sem que os recursos naturais sejam preservados e conservados. Para isso, utiliza a Bacia Hidrográfica da

³⁵ O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) foi criado em 1945 e conta hoje com 180 países membros. Juntamente com a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), instituída em 1960 e destinada a prover assistência concessional aos países de menor desenvolvimento relativo, o BIRD constitui o Banco Mundial, organização que tem como principal objetivo a promoção do progresso econômico e social dos países membros, mediante o financiamento de projetos com vistas à melhoria da produtividade e das condições de vida desses países. O BIRD utiliza recursos obtidos principalmente no mercado internacional de capitais, mas também possui recursos próprios. Fonte: <http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/relex/mre/orgfin/bird/>

³⁶ Todas as informações a respeito do Programa RS Rural doravante citadas estão baseadas no Manual Operativo, Vol. II, elaborado em 2003 pela equipe da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Referência: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura. RS RURAL. **Manual Operativo**. Porto Alegre, 2003. 6 v.

região como base para a elaboração e/ou aprovação dos projetos. O Programa estimula a produção primária, sua transformação através dos processos agroindustriais e a comercialização, sem desconsiderar a produção de subsistência e a segurança alimentar. E, segundo a equipe que elaborou o manual(2004),

Em regra, o público do **RS RURAL** está localizado em áreas marginais e frágeis que, quando degradadas, são de difícil recuperação, gerando assim um ciclo recalcitrante de pobreza e degradação cada vez mais difícil de romper. Por isso, são estimulados sistemas de produção alternativos com renda obtida, em parte, de atividades não-agrícolas e agroindustriais. Exemplos de atividades que podem ser implementadas nas microbacias são os sistemas agroflorestais e silvipastoris.(RS RURAL, 2004).

O objetivo geral do RS RURAL é combater a pobreza, a degradação dos recursos naturais e criar condições para a diminuição do êxodo da população rural do Estado do Rio Grande do Sul. Para isso busca a promoção de ações integradas de infra-estrutura social básica e comunitária, geração de renda e de manejo e conservação dos recursos naturais, visando melhorar a qualidade de vida dos beneficiários, através do aumento da capacidade produtiva. E, entre os objetivos específicos, seis são particularmente interessantes para este estudo, principalmente por serem escassas as iniciativas públicas neste sentido:

- Aumentar a capacidade produtiva e o valor agregado aos produtos primários visando o aumento da renda nas unidades de produção familiar;
- Estimular e financiar projetos de geração de renda para grupos de agricultores, mulheres e jovens;
- Estimular a organização e promoção social das comunidades rurais, pesqueiras, indígenas e remanescentes de quilombos;
- Estimular a participação dos beneficiários e suas organizações (associações, sindicatos, ONGs e cooperativas) no programa, assegurando uma maior eficiência na utilização dos recursos;
- Capacitar e profissionalizar o público beneficiário;
- Investir em pesquisas voltadas ao desenvolvimento de sistemas de produção e de tecnologia adequada às condições sócio-econômicas dos beneficiários.

Uma das bases do programa está fundada na participação. Para isso, foram criadas instâncias de gestão do Programa, que são o Conselho Superior do RS

RURAL, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, através da Secretaria Executiva do Programa (SEP), o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, o Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI), o Conselho Estadual da Reforma Agrária (CEDRA) e o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (CODENE). Para a execução outros parceiros foram solicitados, como, por exemplo: a Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA), através de seus Departamentos de Produção Animal (DPA) e de Produção Vegetal (DPV), a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS); o Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo (GRAC); a Secretaria da Coordenação e Planejamento (SCP); a Fundação de Economia e Estatística (FEE); a Secretaria da Administração e Recursos Humanos (SARH); através da Fundação para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos (FDRH); o BANRISUL.

Como os recursos disponíveis para o programa são escassos frente à demanda e à conjuntura atual de enorme pobreza no meio rural, foram eleitas regiões prioritárias para os agricultores familiares, de acordo com os seguintes critérios³⁷:

- Percentual da população rural sobre a população total do município – Censo Demográfico 2000;
- As classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio, situação rural, apresentada em salários mínimos – Censo Demográfico 2000;
- O abastecimento de água nos domicílios particulares permanentes situados no meio rural, partindo-se do pressuposto que a canalização já se constitui indicativo de adoção de medidas para melhoria da qualidade - Censo Demográfico 2000;
- O tipo de esgotamento sanitário nos domicílios particulares permanentes no meio rural - Censo Demográfico 2000;

³⁷ Foram selecionados 350 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. A eleição desses municípios teve como base o trabalho Crítica Metodológica e Tipologia dos Municípios Gaúchos com Base em Indicadores Sócio-Econômicos, de autoria dos professores SCHNEIDER & WAQUIL (UFRGS/IFCH/FCE/PGDR), mantendo os 191 municípios considerados prioritários e também 90 designados como subprioritários. Entretanto, considerando as recentes emancipações e o conjunto de variáveis do mencionado trabalho serem do Censo Agropecuário 1995/96 (427 municípios), da Contagem Populacional de 1996 (427 municípios) e do Censo Demográfico 1991 (333 municípios), fez-se necessária uma reavaliação com dados primários mais atualizados. Por isso, ressaltando a manutenção dos critérios propostos por SCHNEIDER & WAQUIL, mais 69 municípios passaram a ser prioridade na aplicação dos recursos do RS RURAL.

- A participação da agropecuária na estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB) do município, que, no Rio Grande do Sul, em 1999, foi de 13,29% – FEE 1999;
- O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), originalmente criado para aferir o nível de desenvolvimento humano dos países, levando em conta indicadores de educação, longevidade e renda. O IDH-M varia de 0 (zero) até 1, considerado desenvolvimento humano total. Países com IDH de até 0,499 são considerados de nível baixo de desenvolvimento humano; índices entre 0,500 e 0,799 significam médio desenvolvimento humano; maior que 0,800 indica alto desenvolvimento humano. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), através da publicação Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, divulga o nível de desenvolvimento humano dos municípios, avaliando as mesmas dimensões empregadas para os países (educação, longevidade e renda), adequando-os para aferir condições de núcleos sociais menores como os municípios. No Rio Grande do Sul o IDH – M é 0,809, o que coloca os gaúchos em terceiro lugar na classificação nacional. Entre os 467 municípios avaliados, o IDH – M varia de 0,666 até 0,874.

Assim, 70,42% dos 496 municípios do Estado foram considerados prioritários, sendo que 28 estão na região do COREDE Central³⁸.

Após a primeira classificação, foram identificados três grupos com distintas necessidades de recursos. Para tanto, ainda foram analisados os seguintes aspectos:

- Número de propriedades rurais no município;
- Participação da produção primária no Valor Adicionado Fiscal;
- Percentual de domicílios rurais, cujo responsável possui renda nominal mensal de até ½ salário mínimo (linha de pobreza);
- Índice de retorno do ICMS aos municípios em 2003.

Contudo, além de todos estes requisitos citados, o município que desejasse ter convênio específico, deveria ainda atender às seguintes condições:

- Possuir Secretaria da Agricultura ou equivalente;

³⁸ Segundo informações obtidas junto à Unidade de Monitoramento do Programa e Avaliação, até fevereiro de 2005, mas os municípios considerados como prioritários podem variar ao longo dos anos.

- Possuir Conselho Municipal do RS RURAL e, preferencialmente, Plano Municipal de Desenvolvimento Rural;
- Possuir Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, formalmente criado, administrado por um conselho de administração com função normativa e deliberativa. Este fundo tem por finalidade transferir os recursos da contrapartida municipal, quando esta se tratar de espécie, para serem aplicados nas ações constantes dos projetos do Programa;
- Prestação de Contas aprovada pela SEP e Laudo de Conclusão emitido pela assistência técnica para os projetos de anos anteriores.

As possibilidades de investimentos que buscam a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários são as seguintes:

- Atividades geradoras de renda, que aumentem a eficiência daquelas já desenvolvidas e estimulem o desenvolvimento de novas práticas produtivas, como a instalação de agroindústrias, aquisição de implementos agrícolas, produção animal, equipamentos para comercialização, produção artesanal, culturas perenes, dentre outras;
- Infra-estrutura social básica e comunitária, como melhorias ou construção de habitações e centros comunitários, abastecimento de água, ações para saneamento básico, eletrificação, dentre outras demandadas pelos beneficiários.

Para o manejo e conservação dos recursos naturais, são passíveis de incentivo os seguintes itens:

- Conservação de solo e água;
- Adequação do solo à capacidade de uso - visa recuperar encostas submetidas, inadequadamente, ao cultivo anual intensivo através da introdução de práticas como sistemas agroflorestais, fruticultura e demais cultivos perenes;
- Biodiversidade – visa recuperar a vegetação nativa (matas, banhados e outras), exclusivamente em áreas de preservação permanente, legalmente definida, através do isolamento e do estímulo à regeneração natural.

4.1.1. Projeto Integrado

Para o Programa, Projeto Integrado é aquele elaborado a partir de um diagnóstico social, econômico, cultural e ambiental da realidade. O requisito da participação é fundamental, pois o projeto deve ser o retrato dos interesses e necessidades do grupo. A participação também é uma forma dos beneficiários assumirem e se comprometerem com a execução e acompanhamento de seu projeto.

Os Projetos Integrados devem atender às seguintes normas³⁹:

- Contemplar práticas de:
 - manejo e conservação dos recursos naturais;
 - biodiversidade (devem ser desenvolvidas em área própria);
 - geração de renda;
 - infra-estrutura (caso seja necessário);
- Todos os beneficiários devem desenvolver, nas suas unidades de produção, práticas de manejo e conservação dos recursos naturais e geração de renda;
 - a) O valor financiado pelo Programa (Estado) deve, em média, atingir R\$ 3.000,00 por família em cada projeto;
 - b) O valor financiado pelo Programa para infra-estrutura pode atingir um valor máximo de 30% do valor total de cada projeto;
 - c) Os beneficiários devem estar organizados em grupos formais ou não-formais de, no mínimo, cinco famílias (o Programa considera como grupo a organização de pessoas da mesma microbacia ou comunidade);
 - d) No caso dos Projetos Integrados contemplarem a aquisição de bovinos e suínos, devem ser verificadas as normas do RS SANIDADE ANIMAL no Manual Operativo dos Projetos Especiais.

4.1.1.1 Critérios Gerais de Elegibilidade

Os agricultores familiares para serem beneficiários do Programa devem atender às seguintes especificações:

³⁹ Cada beneficiário poderá participar de apenas um projeto do RS RURAL num mesmo ano.

- a) Residirem na unidade de produção ou em aglomerado próximo;
- b) 70% dos componentes familiares devem ter na agropecuária sua principal atividade;
- c) Possuírem, arrendarem ou trabalharem em uma área cultivável de até dois módulos fiscais ou até quatro módulos fiscais para os Campos de Cima da Serra e Metade Sul;
- d) A renda bruta anual, obtida na unidade de produção, deve ser compatível com os valores definidos pelo Banco Central para o PRONAF C, sendo admitido até 20% dos beneficiários com renda dentro dos limites financeiros do PRONAF D;
- e) A unidade de produção não deve possuir bens de luxo;
- f) Utilizarem mão-de-obra familiar ou contratada temporariamente para atividades como plantio, tratos culturais ou colheita⁴⁰.

Cada beneficiário somente poderá obter acesso ao Programa num mesmo tipo de público (agricultores familiares, agricultores assentados, povos indígenas, pecuaristas familiares, pescadores artesanais profissionais ou quilombolas).

4.1.2 Limite Financeiro por Família

O valor que cada família pode receber durante todo o período de vigência do Programa RS RURAL é de R\$ 6.000,00. Este limite se refere a todos os projetos financiados pelo Programa, incluindo os projetos do PRÓ-RURAL 2000, Projetos Integrados, Projetos Especiais e a Assistência Técnica.

4.1.3 Participação e contrapartida

O Programa financia até 80% do valor total do Projeto Integrado. A contrapartida dos beneficiários é de 10% e das Prefeituras deve ser de, no mínimo, 10%. Todos os beneficiários devem participar da contrapartida do projeto. As práticas

⁴⁰ Admite-se que 20% dos beneficiários possam ter um empregado permanente.

recomendadas pelo programa e requisitos técnicos podem ser consultadas no anexo 02.

4.2 As ARNAs e os financiamentos do Programa RS Rural na região central do RS

Considerando como tema de estudo as ARNAs praticadas dentro das propriedades rurais da região do COREDE Central e financiadas pelo Programa RS Rural, não encontramos uma sistematização dos dados relativos ao RS Rural na temática em questão, embora estes estivessem disponíveis de forma informatizada e com acesso relativamente fácil nos órgãos responsáveis.

Desta maneira, ao analisarmos as informações contidas nos arquivos do Programa, deparamo-nos com um cenário no mínimo inusitado do ponto de vista do crédito institucional e de política estatal, de acordo com as discussões antes apresentadas. E acreditamos que a análise dos dados aqui apresentados pode trazer alguns elementos capazes de contribuir para a discussão sobre o rural e suas características contemporâneas, bem como identificar e avaliar tendências implicadas no âmbito das políticas públicas.

4.2.1 Distribuição dos Financiamentos

Após uma análise do Manual Operativo do Programa, constatamos que os financiamentos concedidos pelo RS Rural buscam não apenas a geração de renda das famílias envolvidas. A idéia é melhorar o desempenho dos atuais sistemas de produção através de um plano integrado de manejo e conservação dos recursos naturais. E, como podemos observar, a maior parte dos R\$ 2.822.283,69 reservados à região do COREDE Central no período de 1999 à março de 2004 destinou-se a ações de preservação e conservação dos recursos naturais e investimentos em infra-estrutura.

Atividade Financiada	Valores Financiados (R\$)
Manejo e Cons. Recursos Naturais.	1.358.789,93
Infra-estrutura	1.203.502,45
Geração de renda	259.991,34
Total:	2.822.283,69

Quadro 03- Valores Financiados pelo RS Rural em Reais e em percentagem na região do COREDE Central de 1999 a 2004.

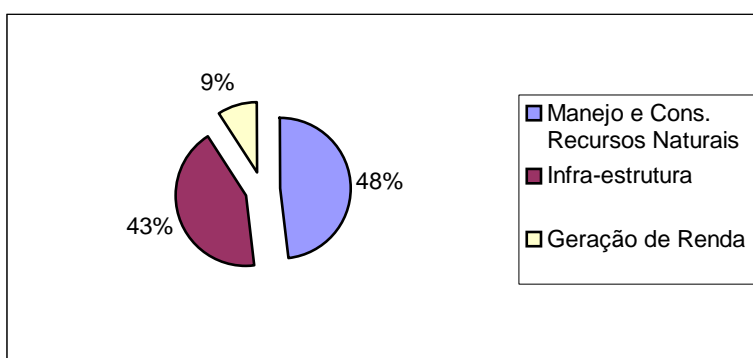


Gráfico 01- Distribuição geral em percentagem dos recursos financiados pelo RS Rural por atividade na região do COREDE Central de 1999 a 2004.

A distribuição dos recursos gerais do Programa RS Rural é muito interessante. Por isso, embora não seja este o foco específico do estudo em questão, consideramos apropriado alguns comentários ainda que de forma preliminar destes dados, que trazem para primeiro plano uma realidade que talvez Leite (1999), em seu estudo sobre as Políticas Públicas e Padrões de Financiamento no Brasil entre a década de 1980 e meados de 1990, não constatou. Se tomarmos como base os financiamentos concedidos pelo RS Rural, e considerarmos que a decisão dos agricultores e demais categorias abrangidas pelo Programa são tomadas por ordem de prioridade, notamos que, no meio rural da região do COREDE Central, o foco de necessidades não está mais voltado para o financiamento da produção

agrícola e sim para as melhorias em infra-estrutura e manejo e conservação dos recursos naturais⁴¹.

Contudo, talvez antes de fazermos mais considerações, seria necessário levar em conta a dinâmica própria do RS Rural, que, neste período, elegia seus projetos prioritários de acordo com as demandas e significância da ação para a região como um todo. Tal aspecto pode ter influenciado em grande parte esta notória preponderância de financiamentos voltados para a conservação dos recursos naturais e infra-estrutura em geral. Feita esta ressalva, podemos questionar algumas teorias sobre o desaparecimento do rural, as quais, como aponta Ferreira (2002), apresentam-se especialmente nos últimos 30 ou 40 anos, quando os processos de modernização da agricultura tinham atingido seu auge. Estas teorias baseavam-se no esvaziamento demográfico dos espaços rurais e na diminuição da participação da agricultura no produto interno bruto, entre outras premissas relacionadas ao modo de produção e ao modo de vida dos agricultores. Ferreira (2002) afirma que na contemporaneidade temos duas posições sobre o rural e a ruralidade. Uma aposta na homogeneização do rural como uma realidade social em declínio, com papéis delimitados pelo mundo urbano em expansão. A outra posição, da qual compartilhamos, investe na reconstrução e ressignificação do rural enquanto espaço de vida e trabalho, uma paisagem ecológica e cultural e representações específicas de pertencimento, de desejo e projetos de vida. A relação que Ferreira (2002, p. 31) propõe entre o rural e o urbano, passa principalmente pelo respeito às especificidades e pela capacidade de interagir sem subordinação, desta forma: “Não se trata de sociedades rurais de caráter totalizante; não se trata de autonomia do rural em relação ao urbano: o modelo analítico propõe a interdependência, a comunicação, a complementaridade”.

A proposta do governo do estado, via RS Rural, e atualmente em nível federal, via PRONAF, podem não contemplar toda a expressão abrangida na proposição de Ferreira (2002), e nem outras posições de outros tantos autores neste sentido, mas sinalizam algumas mudanças no caráter das políticas públicas voltadas para o espaço rural. Investimentos em infra-estrutura e em conservação dos

⁴¹ Neste ponto, um estudo interessante e pertinente que pode ser sugerido diz respeito à possível relação entre o nível de renda dos beneficiários e o tipo de financiamento feito. É possível que algumas destas famílias estivessem em um nível tão precário de vida que antes de financiar qualquer projeto gerador de renda fosse necessário melhorar a infra-estrutura básica e diminuir a deterioração ambiental causada por uma exploração irracional.

recursos naturais, nesta magnitude, podem ser considerados no mínimo como boas novidades.

No entanto, no estudo em questão, é relevante o montante relacionado à geração de renda, pois é nesta subdivisão do Programa que encontramos os financiamentos destinados a estabelecimentos rurais que praticam ARNAs. Deste modo, localizamos os R\$ 259.991,34 assim distribuídos:

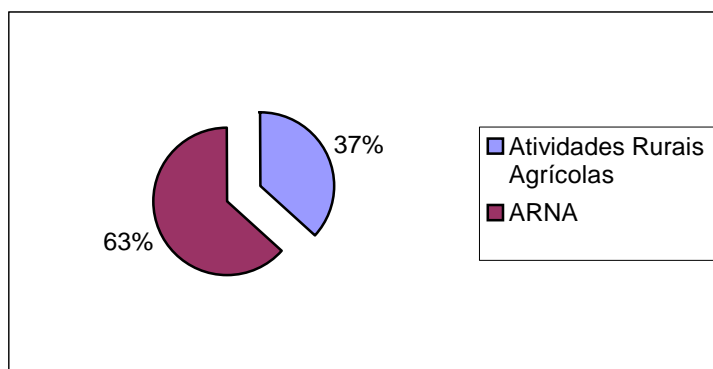


Gráfico 02 – Distribuição dos recursos destinados pelo RS Rural à Geração de Renda, 1999 a 2004.

Atividade geração de renda financiada	Valores Financiados (R\$)	Valores Financiados (%)
Atividade Rural Agrícola	95.103,34	36,58
Atividade Rural não Agrícola	164.888,00	63,42
Total:	259.991,34	100

Quadro 04- Valores Financiados pelo RS Rural em Reais e em percentagem para Geração de Renda, na região do COREDE Central de 1999 a 2004.

Dentro das atividades consideradas como de geração de renda, encontramos no escopo do programa de forma integrada as atividades rurais agrícolas e as atividades rurais não agrícolas. Contudo, para visualizarmos melhor os investimentos nas atividades não agrícolas na região central do Estado do RS, tornou-se necessário uma subdivisão, que consta no grafico 2, na qual encontramos apenas 37% dos recursos destinados para atividades convencionalmente agrícolas, enquanto as ARNAs somaram 67% dos financiamentos concedidos. Neste primeiro

panorama, podemos identificar claramente que, talvez por ser um dos únicos instrumentos específicos de financiamento para as ARNAs na região, o montante de recursos foi surpreendentemente superior se comparado com as atividades rurais agrícolas convencionais.

Ferreira (2002), em uma análise do rural nos países de capitalismo avançado, evidenciou algumas características e tendências geralmente reconhecidas, entre elas: um rural com revitalização demográfica; um rural dissociado do agrícola, em que os dois já não são sinônimos; um rural que também é residência para trabalhadores urbanos e aposentados em ocupações urbanas; um rural que é agrícola e que abriga famílias de agricultores crescentemente pluriativas; um rural que é paisagem a ser cuidada e manejada; um rural ligado a desequilíbrios ambientais impulsionados pela crise da agricultura moderna; um rural que começa ser pensado como territórios do futuro⁴², como resposta possível à crise do emprego e da qualidade de vida gerada pela civilização urbano-industrial, que tem se traduzido em algumas regiões em um crescimento do emprego não agrícola qualificado e especialmente do emprego não qualificado.

Os dados demonstrados acima, em que a maioria dos financiamentos retirados na região do COREDE Central do RS destinaram-se às ARNAs, legitimam alguns desses pressupostos. Entre eles, pode-se destacar o de que o rural é uma paisagem a ser cuidada e manejada, onde as famílias começam a desenvolver outras atividades além das agrícolas com o objetivo de gerar renda, um rural onde há clara demanda de investimentos em infra-estrutura (como estradas, energia elétrica, telefonia) para possibilitar conforto e bem-estar às pessoas que ali residem e/ou trabalham.

4.2.2 Público Beneficiário

No que diz respeito ao público beneficiado pelo programa em todas as linhas de financiamento, na região do COREDE central do RS, encontramos um total de 6.223 pessoas beneficiadas, seja para a conservação dos recursos naturais, infra-

⁴² Jean 1997 apud Ferreira, 2002.

estrutura ou geração de renda. Destes, cerca de 303 pessoas obtiveram financiamentos para ARNAs.

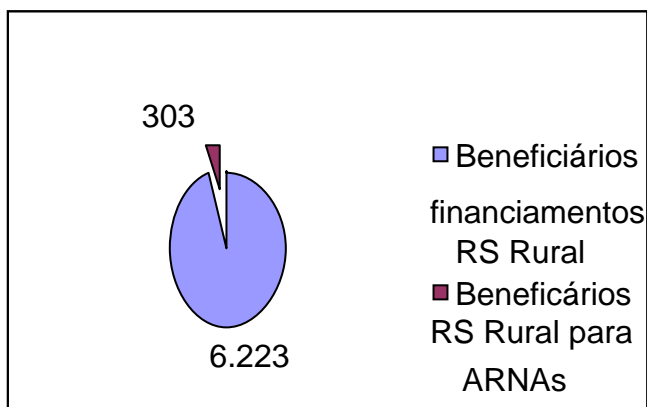


Gráfico 03 – Número de pessoas beneficiadas por financiamentos do Programa RS Rural na região do COREDE – Central, de 1999 a 2004.

Dentro das ARNAs encontramos um cenário muito expressivo para a agricultura familiar, que ocupa a primeira posição em número de beneficiários considerando a divisão por categoria utilizada pelo Programa RS Rural. A segunda posição em número de beneficiados foi a categoria quilombolas, em terceiro lugar encontramos os pescadores e por último os assentados. Em termos numéricos, verificamos 230 agricultores familiares que obtiveram financiamento para ARNAs, 31 quilombolas, 29 pescadores e 13 assentados.

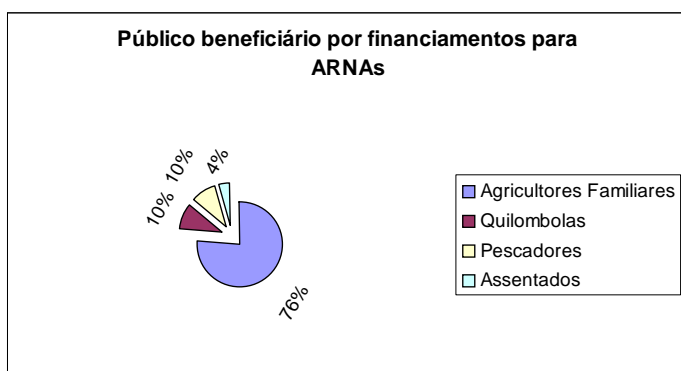


Gráfico 04 - Público beneficiário por financiamentos do RS Rural para ARNAs na região do COREDE –Central, de 1999 a 2004.

Comparando com o quadro geral do público beneficiado para ARNAs pelo programa, segundo o montante de recursos financiados, a categoria mais favorecida também foi a agricultura familiar, somando R\$ 142.127,06. O panorama só se altera

a respeito da categoria assentados e pescadores, pois em relação aos valores financiados para ARNAs, os assentados somaram um total de recursos maior por beneficiário do que os pescadores. Os quilombolas mantiveram a segunda posição.

Categoria	Valores Financiados(R\$)
Agricultores Familiares	142.1270,06
Quilombolas	9.688,00
Assentados	7.333,50
Pescadores	3.700,00

Quadro 05. Valores financiados para ARNAs segundo a categoria do público beneficiário em Reais, de 1999 a 2004.

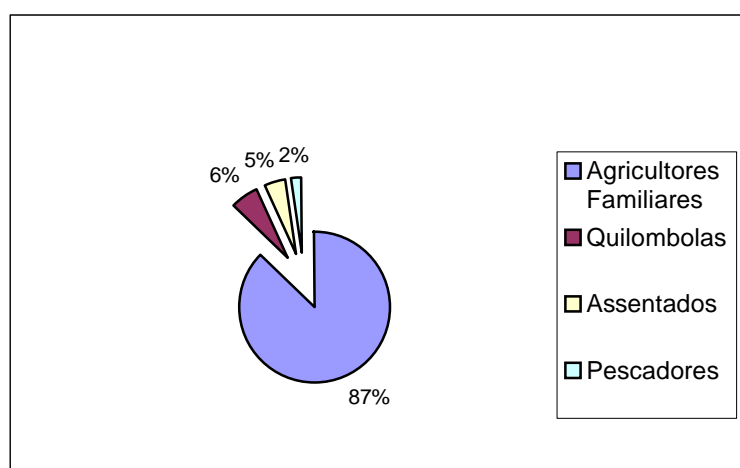


Gráfico 05 – Distribuição dos financiamentos para ARNAs na região do COREDE - Central de acordo com a categoria do público beneficiário em percentagem, de 1999 a 2004.

Desta maneira, notamos que a presença da agricultura familiar é mais significativa tanto no total de financiamentos realizados pelo programa, quanto nos financiamentos específicos para as ARNAs, seja levando em consideração o número de beneficiados ou o montante de valores financiados.

Programas como o RS Rural, em que categorias historicamente excluídas de créditos rurais fazem parte do processo, normalmente possuem objetivos audaciosos, relacionados principalmente ao combate à pobreza rural. Contudo, a questão do crédito sob a ótica do desenvolvimento é complexa e permeada de

intervenções políticas que podem afetar intensamente a linha norteadora de um Programa. Diesel et alli (2004), em um estudo sobre microcrédito e o desenvolvimento rural conclui que é errônea a posição de quem acredita nas políticas públicas com âmbito de desenvolvimento rural como se estas fossem capazes de desencadear uma evolução favorável e irreversível da unidade produtiva, da economia local e da sociedade, e que, desta forma, atingiriam patamares crescentes de bem-estar.

Assim, podemos presumir que um Programa por si só pode não alcançar todos os objetivos almejados, ou então pode não alterar significativamente e permanentemente a estrutura da unidade de produção familiar, ou seja, não pode ser considerado um caminho de apenas uma via em direção ao desenvolvimento, sem possibilidade de retorno a condições precárias de vida e produção.

Dentre os demais objetivos citados pelo RS Rural, encontramos também a intenção de estimular e financiar projetos de geração de renda para mulheres e jovens⁴³. Neste cenário relacionado à questão de gênero, encontramos 60% dos financiamentos obtidos pelo sexo masculino, o que numericamente representa o universo de 182 homens, ao passo que o número de mulheres não ultrapassou 121 beneficiadas. Este panorama é semelhante quando tomamos como referência o quadro geral dos financiamentos.

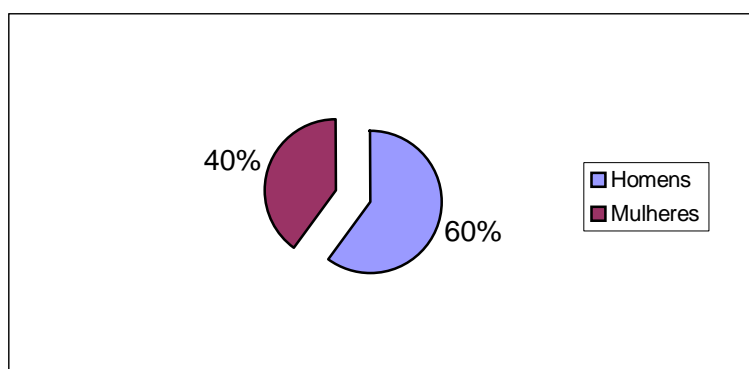


Gráfico 06 – Público beneficiado para ARNAs na região do COREDE Central do RS de acordo com o gênero, no período de 1999 a 2004.

Se separarmos as atividades de acordo com o gênero, encontraremos o seguinte painel: dentre as mulheres, que, como já constatamos, são a minoria,

⁴³ Consideramos de suma importância uma análise de faixa etária dos beneficiários do Programa; contudo, no que se refere à idade dos beneficiários, não encontramos nas informações disponibilizadas elementos suficientes para uma análise. A seguir, demonstraremos alguns dados relativos aos jovens e sua relação com o rural na atualidade no trabalho de Pimenta (2001). Na seção seguinte, relacionada às entrevistas, buscamos maiores informações a respeito deste item.

dentre as atividades financiadas a agroindústria obteve a maior representatividade seguida do artesanato. Uma discussão emergente, muito pertinente quando estudamos a questão de gênero no meio rural, está relacionada à penosidade dos trabalhos agrícolas. Se tomarmos como base o número de pessoas do sexo feminino que exercem atividades não agrícolas fora das propriedades, como empregadas domésticas, professoras, operárias; sem dúvida poderemos encontrar a resposta para esta procura por empregos não agrícolas relacionada além da questão referente ao incremento de renda. Seria como uma “fuga” dos sacrifícios proporcionados pelas atividades agrícolas convencionais, como a exposição ao sol, o esforço físico, contato com agrotóxicos.

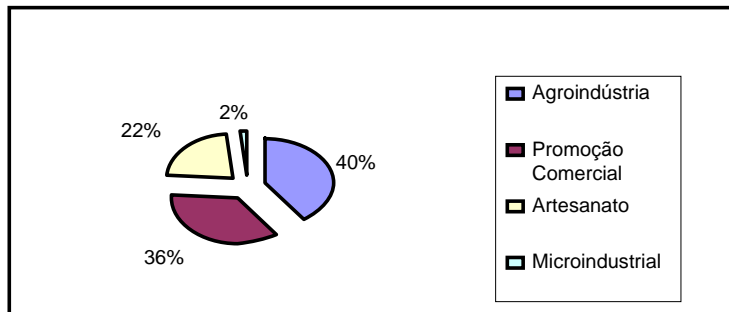


Gráfico 07 – Modalidades de ARNAs financiadas pelo RS Rural a mulheres na região do COREDE Central do RS, de 1999 a 2004.

No âmbito masculino, a gama de modalidades se amplia, e assim temos diversas atividades não agrícolas financiadas. Nesta questão, notamos uma procura bem menor em relação a atividade artesanal em comparação as mulheres.

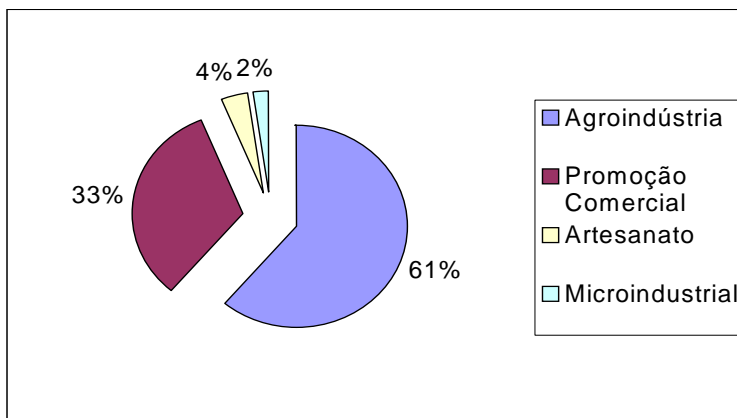


Gráfico 08 – Modalidades de ARNAs financiadas pelo RS Rural a homens na região do COREDE Central do RS, de 1999 a 2004.

A Fundação IBGE⁴⁴ publicou dados que indicam que as atividades rurais não agrícolas contribuem para o crescimento da ocupação entre as mulheres residentes rurais. Entre 1995 e 1999, no Estado de São Paulo, os ocupados em atividades agrícolas da PEA rural passaram de 537.000 para 471.000 pessoas, enquanto a ocupação não agrícola aumentou, de 507.000 para 621.000 pessoas. Esse crescimento compensou a redução dos postos de trabalho agrícolas, de tal modo que a PEA ocupada rural passou de 1.044.000 para 1.092.000 pessoas no período.

A PEA rural ocupada não agrícola vem mantendo o contingente de trabalhadores rurais, pois, enquanto os ocupados na agricultura apresentaram decréscimo (66.000 ocupações) entre 1995 e 1999, a PEA rural ocupada não agrícola aumentou em quase 114.000 postos de trabalho. Este movimento se repete quando considerada a situação de mulheres e homens, mas com intensidade diferenciada. Entre os homens, o saldo líquido no período 1995-99 foi praticamente nulo, devendo a manutenção do nível ocupacional ser creditada ao crescimento das atividades não agrícolas (78.000 postos). Já entre as mulheres residentes rurais, observou-se expansão do nível ocupacional, com a geração de 49.000 postos, sendo que as atividades não agrícolas foram responsáveis por mais de 73,0% deste aumento, com a criação de 36.000 ocupações no período.

Como se nota, os dados apontam que na região do COREDE Central do RS, as ocupações femininas em ARNAs não vem tendo a mesma intensidade de crescimento se comparada à realidade masculina em outras regiões do país.

⁴⁴ Fonte: Fundação IBGE, Tabulações Especiais da PNAD de 1995-1999; Fundação SEADE. http://www.seade.gov.br/mulher/boletim_06/parte02.htm, Pesquisado em 26/11/2004.

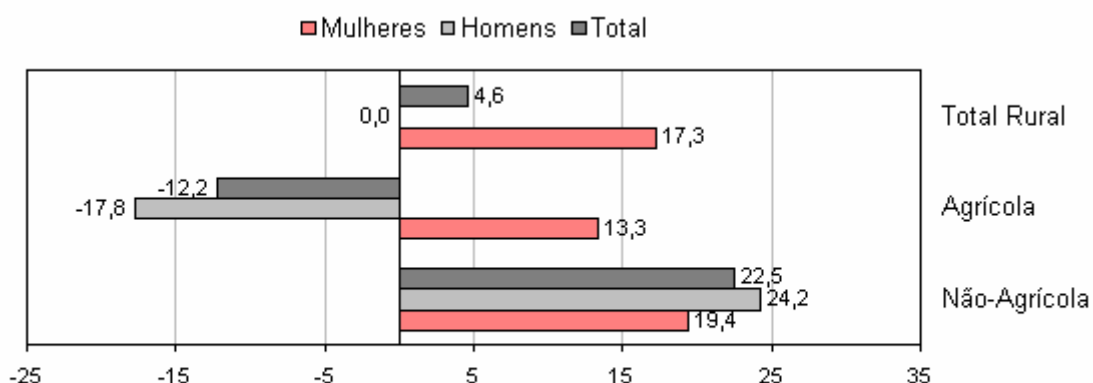


Gráfico 09 - Taxas de Crescimento dos Ocupados Residentes Rurais, por Sexo, segundo Setores de Atividade, Estado de São Paulo, 1995. **Fonte:** Fundação IBGE. Tabulações Especiais da PNAD de 1995-1999; Fundação Seade⁴⁵.

Balsadi (1999)⁴⁶, em seu estudo sobre a realidade paulista, reflete acerca de algumas características referentes ao trabalho do homem e da mulher no meio rural. Ele afirma que, para os homens empregados residentes no meio rural, as ocupações agrícolas tiveram pior qualidade de trabalho do que as não agrícolas, com exceção dos operadores agrícolas. A inserção dos homens em empregos rurais não agrícolas significou a obtenção de melhores condições de trabalho em comparação aos empregos agrícolas, mesmo que a atividade fosse na construção civil ou nos serviços domésticos, como caseiros. Já para as mulheres residentes no meio rural não metropolitano, observa Balsadi, o ingresso nas atividades rurais não agrícolas só não significou a obtenção de melhores condições de trabalho quando o emprego era nos serviços domésticos, justamente o grupo de ocupações mais significativo para elas, responsável por quase 50% dos empregos não agrícolas das mulheres rurais. Por outro lado, pondera ele, a inserção na indústria de transformação, nos ensinos público e privado, no comércio não-especializado e nos serviços não-domésticos ofereceu condições bem mais favoráveis do que o trabalho na agricultura.

⁴⁵Incluem-se as pessoas com 10 anos e mais de idade. Excluem-se as pessoas não-remuneradas ocupadas durante menos de 15 horas na semana, bem como aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo e autoconstrução.

⁴⁶ Fonte: **Jornal da Unicamp**. Texto: **Largando a enxada**. Elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas – SP, 2001. **Homepage** <http://www.unicamp.br/imprensa>

Já Pimenta (2001)⁴⁷, em um estudo relacionado à educação rural, aponta que a agricultura familiar atualmente está muito mais integrada ao mercado. Para o autor, ela produz 38% do valor da produção, ocupa 77% das pessoas que trabalham no campo e que possuem 30% das áreas dos imóveis rurais. Mas afirma ainda que, hoje, sua renda não é mais exclusivamente agrícola. Estima que cerca de 35% da renda familiar dessa população vem de atividades não-agrícolas desenvolvidas na zona rural ou nas sedes dos municípios.

Pimenta destaca que cada vez mais há uma independência entre as atividades econômicas e o local das residências. Observa que tanto encontramos pessoas da zona rural com atividades não agrícolas como gente nas cidades vivendo de atividades agrícolas e rurais. Ou seja, cada vez aumenta mais a integração e a divisão do trabalho entre o campo e os núcleos urbanos.

Na verdade existem municípios rurais em que a economia gira ao redor de atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas nas áreas rurais e urbanas. O pesquisador José Eli da Veiga, da USP, analisando os dados do Censo de 2000, estimou que no país existem 4.490 municípios rurais, onde vivem 52 milhões de brasileiros. É para essa população & território que pensamos um projeto de educação rural. (Pimenta, 2001, p. 5)

Pimenta afirma que estudos feitos com jovens rurais do sul do país mostram que 70% dos rapazes desejam ficar no campo como produtores rurais - agrícolas. Mas, para isso, apontam as seguintes dificuldades: 81% falta de recursos para investimento; 40% falta de alternativas de geração de renda e 30% falta de terra (só 21% acham que herdarão terras em quantidade e qualidade necessárias). Para o autor, essas constatações sugerem três pontos para discussão da agenda: 1 - as políticas de crédito rural para investimento deveriam priorizar jovens da agricultura familiar com formação profissional que apresentassem projetos viáveis; 2 - os currículos da educação básica e profissional deveriam desde cedo desenvolver a formação e capacitação empreendedora de nossos jovens rurais, já que as possibilidades de emprego são remotas nos pequenos municípios brasileiros. O empreendedorismo também precisaria ser desenvolvido para atividades não agrícolas e em novas vocações e oportunidades oferecidas pelo meio rural. 3 - O

⁴⁷ Representante do MEC no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Texto Publicado na Revista Classes Multiseriais, no site www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2001, em 2001. Pesquisa feita em 26/11/2004.

acesso à terra deveria tornar-se uma política universal a todo jovem rural que desejasse ficar no campo e que se tivesse profissionalizado para tal. Dessa forma, a reforma agrária e o crédito fundiário seriam priorizados para esses jovens.

Pimenta (2001) afirma ainda que pelo mesmo estudo, cerca de 50% das moças pretendem continuar no meio rural como proprietárias, ou trabalhando em tempo parcial ou trabalhando em atividades não agrícolas. Pensam que não terão condições de optar: as mais pobres acham que ficarão no campo por necessidade ou que terão que procurar emprego nas cidades, embora nesse caso preferissem ficar no meio rural. Assim teríamos: 4 - para jovens do gênero feminino (além dos três pontos anteriores), precisaríamos de uma educação e formação mais voltadas à capacitação para o desenvolvimento profissional de tempo parcial, pois haveriam trabalhos desenvolvidos no campo e na cidade e os trabalhos rurais poderiam ser diferentes daqueles realizados pelos rapazes.

O Programa RS Rural, desta forma (pelo menos na teoria), estaria contribuindo para a permanência e geração de oportunidades para jovens e mulheres rurais. Se dispuséssemos de dados comparativos e já sistematizados para sabermos a percentagem de mulheres que acessam outros financiamentos de caráter semelhante (como o PRONAF, por exemplo), com certeza conseguiríamos aprofundar mais esta discussão. No que se refere à inclusão ou favorecimento dos jovens no programa, as informações não estavam disponíveis no Programa RS Rural, embora este fosse um de seus objetivos.

4.2.3 Características dos financiamentos do Programa RS Rural para ARNAs de acordo com os municípios da região do COREDE Central, de 1999 a 2004.

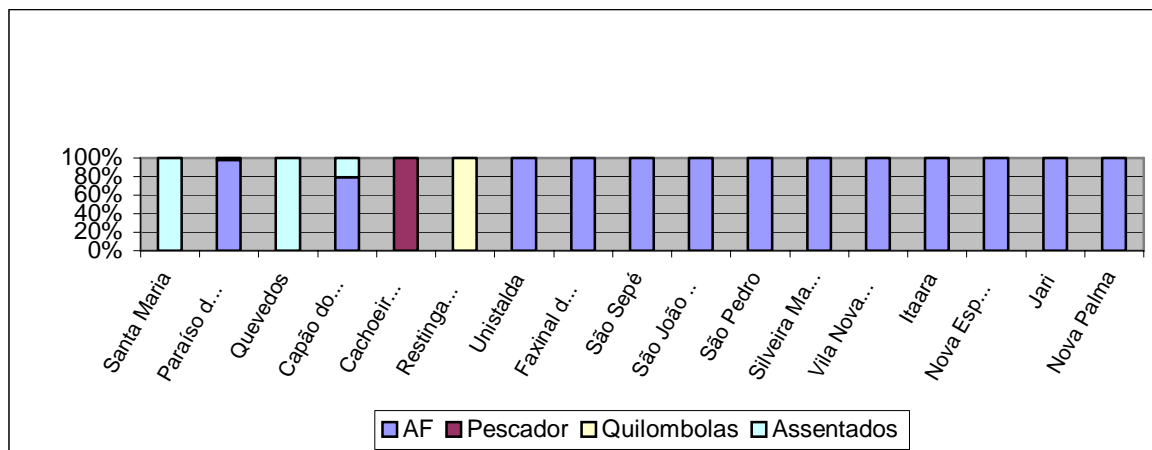


Gráfico 10 – Categorias beneficiadas pelo RS Rural para ARNAs por município no COREDE Central do RS, de 1999 a 2004.

Com relação aos municípios em que foram acessadas linhas de financiamento para ARNAs, o público favorecido também foi expressivamente maior na categoria agricultor familiar. Um fato interessante é o de que, dos dezessete municípios contemplados, em dois o acesso foi exclusivo por parte dos assentados, embora nesses tenhamos uma expressiva representação da agricultura familiar. Acreditamos que esta 'supremacia' por parte dos assentados em detrimento das demais categorias nestas duas cidades (Santa Maria e Quevedos) esteja relacionada com o forte potencial organizacional normalmente encontrado nos movimentos sociais. Outra exceção ocorreu no município de Restinga Seca, que, por fatores históricos, relacionados com a formação étnica da região central, concentra ainda hoje muitos remanescentes de quilombos. Nos demais municípios, a totalidade ou então a maioria do público que obteve linhas de financiamento para ARNAs estão enquadrados na agricultura familiar. Os pescadores estão geograficamente localizados no município de Cachoeira do Sul devido à proximidade com o rio Jacuí.

Ainda a respeito do gráfico acima, é interessante salientar o pequeno número de municípios que acessaram o Programa RS Rural para ARNAs. Dos 35 municípios que estão dentro do COREDE central, apenas dezessete aparecem como beneficiados.

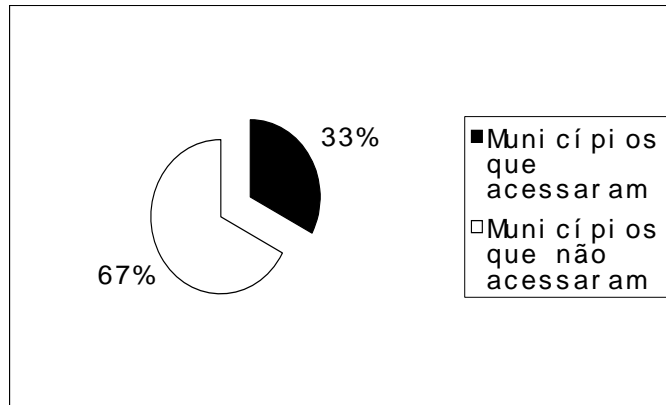


Gráfico 11 – Percentagem de municípios que acessaram o RS Rural para ARNAs na região central do RS, de 1999 a 2004.

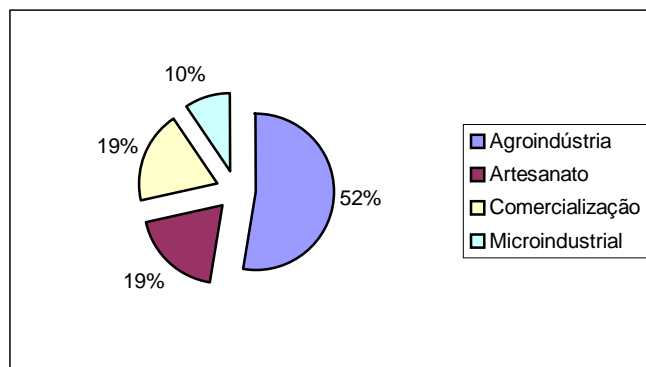


Gráfico 12 - Modalidades de ARNAs Financiadas pelo Programa RS Rural na região do COREDE Central, em percentagem.

Se compararmos os empreendimentos financiados com o número de pessoas beneficiadas, encontraremos também evidenciada a importância da atividade agroindustrial em relação às demais ARNAs. Na ordem subsequente de importância, encontraremos a promoção comercial, logo após, o artesanato e, por último, a produção microindustrial.

Atividade	Pessoas beneficiadas
Agroindústria	159
Promoção Comercial	104
Artesanato	34
Microindustrial	06
Total	303

Quadro 06. Atividades financiadas de acordo com o número de pessoas beneficiadas.

Encontramos apenas quatro ramos de financiamento acessados pela região do COREDE Central. E, dentro deste âmbito, o ramo mais significativo, como podemos observar claramente, é o ramo agroindustrial.

Dentre as diversas ARNAs financiadas enquadradas na agroindústria⁴⁸, estão:

- Reforma de unidade de beneficiamento de peixe;
- Máquinas, equipamentos e reforma de estrutura para armazenamento, secagem e beneficiamento de grãos;
- Máquinas para beneficiamento de mel e construção de entreposto;
- Equipamentos para processamento da cana-de-açúcar;
- Roca de pedal, carda manual;
- Forno para assar pães, cilindro elétrico, forno elétrico, geladeira.

Com relação às demais atividades financiadas, como, por exemplo, a promoção comercial, encontramos o financiamento de caixas plásticas, caixas de isopor, gôndolas, balanças, etiquetas, sacolas plásticas, adesivos, placas. No que tange ao artesanato, as atividades estão relacionadas com a produção de vassouras, corte e costura e o processamento de lã ovina. Para isto, diversos itens foram financiados, como, por exemplo, barbante, linha, arames, agulhas, lã de ovino merino, pente, carda rolo elétrica, batedor de madeira, tear, urdideira de parede, botões, moletons, móveis para corte e costura, fraldas. Os itens financiados para a produção microindustrial não foram especificados.

No Programa RS Rural, não encontramos uma definição do que é considerado agroindústria. Para o PRONAF (2004)⁴⁹, agroindústria possui o seguinte conceito: “Beneficiamento e/ou transformação de produtos agrosilvopastoris, aquícolas e extrativistas, abrangendo desde processos mais

⁴⁸ Estas atividades estão enquadradas no item agroindústria segundo classificação do próprio Programa RS Rural.

⁴⁹ Fonte: <http://www.pronaf.gov.br>. Pesquisado em: 26/11/2004.

simples até os mais complexos, incluindo o artesanato no meio rural”. E dentro dos objetivos do mesmo consta: “Apoiar a agroindustrialização da produção dos agricultores familiares e a sua comercialização de modo a agregar valor, gerar renda e oportunidades de trabalho no meio rural, com conseqüente melhoria de vida dos agricultores” PRONAF (2004).

As transformações e processamento dos alimentos e matérias-primas em geral são o que concebemos como Agroindústria. Contudo, como afirma Graziano (2002), muitas das atividades constituintes do “Novo Rural Brasileiro” e que tornam a propriedade pluriativa, na verdade, são seculares no país, mas que não tinham até recentemente importância econômica. Como explica o estudioso:

Eram atividades de fundo de quintal, hobbies pessoais ou pequenos negócios, que foram transformados em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural, nos anos mais recentes. Muitas dessas atividades, antes pouco valorizadas passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo na maioria dos casos, não apenas as transformações agroindustriais, mas também serviços pessoais e produtivos relativamente complexos e sofisticados nos ramos da distribuição, comunicação e embalagens. (Graziano da Silva, 2002, p. 40).

Desta forma, se considerássemos as agroindústrias como atividades agrícolas, estaríamos frente a um panorama completamente distinto. Já na distribuição dos financiamentos para geração de renda, as atividades rurais agrícolas passariam de 37% do valor financiado para 84,4% dos valores financiados. Esta abordagem analítica pode ser de grande relevância quando discutimos projetos de desenvolvimento rural para o Brasil.

Se observarmos as opiniões de autores clássicos da sociologia rural, como os citados neste trabalho, ou seja, Kautsky, Lênin e Chayanov, vamos encontrar uma semelhança em termos da distinção relacionada à concepção de agroindústria como uma atividade não agrícola. Todos consideravam que, de alguma forma, o desenvolvimento de agroindústrias nos estabelecimentos rurais iria trazer implicações significativas para os mesmos. Poderia transformar os agricultores em operários como acreditavam Kautsky e Lênin, ou então, como acreditava Chayanov, seria apenas mais uma forma de alocação de tempo ocioso e geração de renda desenvolvidos pelas famílias para garantir sua sobrevivência. Mas, de qualquer maneira, o desenvolvimento de práticas agroindustriais não iria passar despercebida na unidade familiar de produção, seus impactos seriam notados.

Acreditamos que, para Kaustsky, estaríamos presenciando aqui um processo (fomentado pelo Estado) rumo ao excesso de trabalho e condições de piora na qualidade de vida, que resultariam por fim na proletarização destes 43 estabelecimentos beneficiados pelo Programa RS Rural para atividades de geração de renda ligadas às ARNAs. Para Chayanov, 43 unidades familiares estariam agora com sua força de trabalho melhor alocadas e possivelmente com uma qualidade de vida melhor, já que a renda da família teria sofrido um incremento.

A questão relativa à agroindústria é especialmente ‘problemática’ nos dias atuais, pois, mais do que divergências teóricas e conceituais relativas à posição de quem as pratica, agricultor ou não agricultor, há também questões importantes que afetam o cotidiano, ainda bastante indefinidas. Trata-se, por exemplo, da questão previdenciária e também relacionada à comercialização dos produtos. Temos vivenciado muitas discussões relativas a estes aspectos, através de iniciativas institucionais, (prefeituras, poder público estadual e federal), mas este tema normalmente emerge da própria categoria organizada, que vive no dia-a-dia as dificuldades no momento da comercialização, em que não sabe se pode ser realizada com o talão de produtor (normalmente utilizado para comércio de produtos agrícolas) ou então com o CNPJ da unidade agroindustrial. Esta questão é complexa no que tange principalmente a garantia de seguro especial da previdência, em que a aposentadoria tem características peculiares para os agricultores. A verdade é que, primeiro, o poder público lançou programas que incentivavam agricultores familiares a atividades que não eram totalmente ‘regulamentadas’ para o meio rural, sem antes aprofundar todos os aspectos implícitos nestas ‘novas’ atividades. Só após os problemas instalados é que se começou a pensar em alternativas para viabilizar a agroindústria enquanto atividade praticada no rural sem comprometer a condição de agricultor familiar em relação aos direitos adquiridos. Com certeza, para este tema, são pertinentes estudos mais detalhados, pois o consenso ainda parece distante.

Questões coloquiais à parte, encontramos atualmente dois “paradigmas” antagônicos. Embora os autores reconheçam algumas tendências inegáveis, como a pluriatividade relacionada à reprodução da agricultura familiar e as várias formas de inserção econômica exercidas pelos moradores do meio rural brasileiro, existem abordagens que se diferenciam basicamente no que se refere ao estímulo por parte do Estado.

Para Romeiro (2001), a opção mais segura, pensando-se em desenvolvimento como um todo, é o aporte institucional na produção agrícola para a massa de produtores familiares. Assim:

Na situação atual do Brasil, apesar de todas as mudanças ocorridas e das oportunidades perdidas, uma grande massa de produtores familiares depende de atividades agrícolas e derivadas para sobreviver. As oportunidades de empregos rurais não-agrícolas, que não são induzidas pela exploração agropecuária, que devem certamente ser estimuladas, estão limitadas pela elevada concentração de renda e riqueza que caracteriza o país. Portanto, para eliminação da pobreza no campo e redução da pressão migratória sobre as cidades, faz-se necessário um projeto de desenvolvimento rural na produção familiar. Produção familiar que se encontra hoje em grande medida descapitalizada ou pouco capitalizada [...]. (Romeiro, 2001, p. 42)

Porém, o que presenciamos na região do COREDE Central do RS no que se refere ao Programa RS Rural é uma busca majoritária pelas ARNAs em relação às atividades agrícolas. Os recursos nos municípios da região distribuem-se da seguinte maneira:

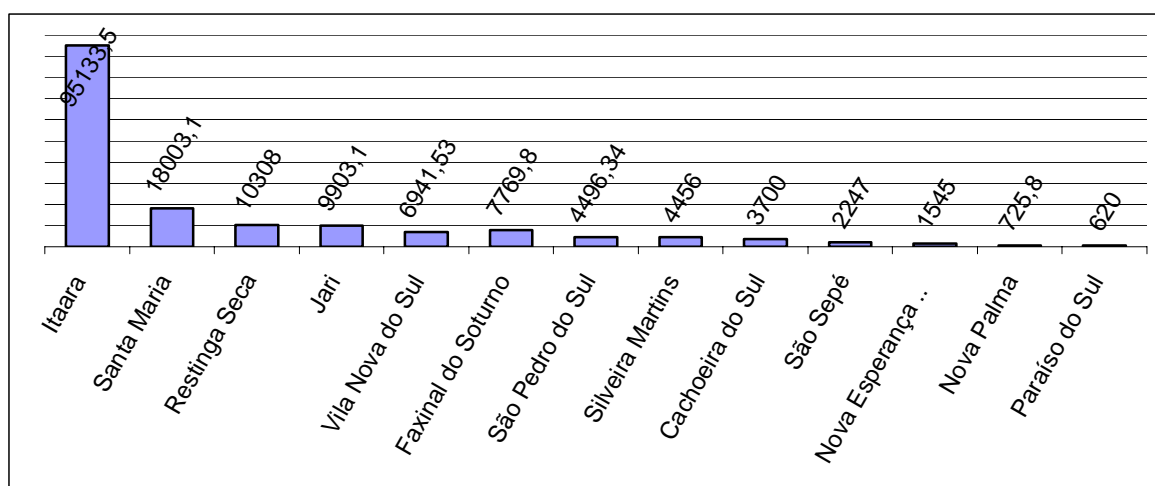


Gráfico 13 – Valores em Reais (R\$) financiados para ARNAs segundo os municípios na região do COREDE Central do RS, de 1999 a 2004.

Apenas um financiamento concedido à Itaara, cidade muito próxima a Santa Maria, recebeu 57,7% dos recursos que foram alocados para toda a região do COREDE Central. Este investimento teve como objetivo financiar a ampliação de uma agroindústria de beneficiamento de grãos. Pelo constatado na pesquisa, é por isso que se justifica o aprofundamento da questão relacionada às agroindústrias

como ARNAs. Os 42,3% restantes estão divididos como consta na figura acima. Em termos absolutos, não identificamos nenhum tipo de interferência do município considerado pólo regional de bens, serviços e comercialização. Com relação às diferentes atividades financiadas, como se pode observar no quadro 07, o município de Restinga Seca, que teve como público os quilombolas, foi o município que obteve financiamento para a maior gama de atividades.

Cidade / Atividade	Agroindústria	Artesanato	Comercialização	Microindustrial
Cachoeira do Sul	X			
Faxinal do Soturno	X			
Itaara	X			
Jarí	X			
Nova Esperança do Sul				X
Nova Palma	X			
Paraíso do Sul				X
Restinga Seca	X	X	X	
Santa Maria			X	
São Pedro do Sul		X		
São Sepé	X			
Silveira Martins	X		X	
Vila Nova do Sul	X	X		

Quadro 07 – Atividades financiadas de acordo com os municípios da região do COREDE – Central do RS, de 1999 a 2004.

Em conclusão, gostaríamos de retomar a questão dos valores destinados aos financiamentos do Programa RS Rural para as três subdivisões delimitadas pelo próprio Programa: - R\$ 1.358.789,93 para o manejo e conservação dos recursos naturais; - R\$ 1.203.502,45 para melhorias em infra-estrutura; - e, por último, R\$

259.991,34 para a geração de renda. Diante de todo cenário que se configurou ao longo desta análise de dados e considerando as múltiplas funções do espaço rural, rearranjamos os dados levando em conta que boa parte dos projetos em infraestrutura e conservação dos recursos naturais não são para viabilizar diretamente atividades agrícolas convencionais, mas representam a importância e a demanda por outras funções / papéis do rural além da agricultura. Desta forma, encontramos o montante relativo às ARNAs considerando como tal além das atividades geradoras de renda, o manejo dos recursos naturais e as ações em infra-estrutura. Obtivemos, assim, um valor aproximado de R\$ 1.647.180,38 financiados para ações que não estão ligadas diretamente à produção agrícola.

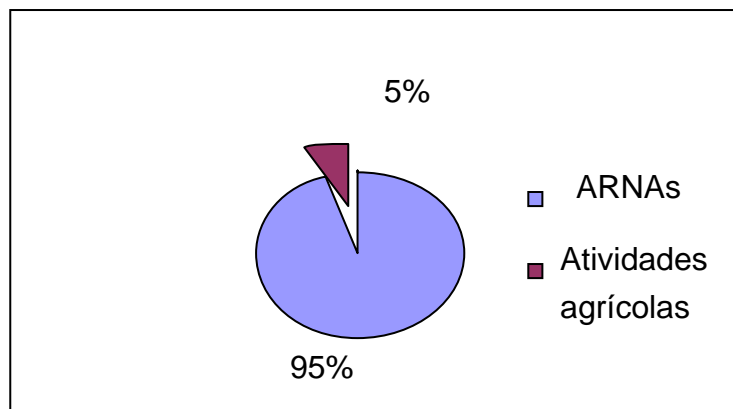


Gráfico 14 - Financiamientos para ARNAs "ampliado", considerando atividades de geração de renda, ações de manejo e conservação dos recursos naturais e infra-estrutura do Programa RS Rural, de 1999 a março de 2004.

Neste contexto, consideramos apropriado enquadrar o Programa RS Rural como um instrumento público que está corroborando para a consolidação da noção do rural enquanto um espaço multifuncional. Embora, de forma bastante aquém do esperado e necessário. Graziano da Silva et alli (2001) delimitou o foco das novas políticas de desenvolvimento rural, da seguinte forma:

Velhas políticas de Desenvolvimento Rural	Novas Políticas de Desenvolvimento Rural
Espaço rural como exclusivamente agrícola	Espaço rural é multifuncional
Centralidade agrícola nas políticas públicas;	Produção agrícola agroindustrial;
Cuidado com o meio ambiente, mas ainda ligado à produção agrícola;	Habitação;
Centralização política.	Infra-estrutura;
	Geração de rendas: agrícolas e não agrícolas;
	Preservação do meio ambiente e cultura local;
	Descentralização: foco no local.

Quadro 08 – O foco das velhas e novas políticas de desenvolvimento rural. Fonte: Graziano da Silva (2001 p. 112). Quadro formatado pela autora.

Para finalizar, consideramos necessário ressaltar que tomamos como princípio que toda política pública, principalmente relacionada a crédito, não deve se dar de forma isolada, mas sim vir acompanhada de um processo educativo amplo, pois, se mal empregados, estes recursos podem tornar-se um problema para os estabelecimentos e não uma alternativa de trabalho e renda.

Desta maneira, como afirma Graziano da Silva (2001, p. 111):

Para todas essas atividades, a educação, qualificação e treinamento das pessoas são fundamentais. A passagem de atividades agrícolas para não agrícolas não é automática e exige grande esforço de aprendizado pelas pessoas. Enfim, é preciso remover o viés urbano e agrícola das atuais políticas públicas, sem o quê o desenvolvimento do novo rural brasileiro estará comprometido.

V. AS ATIVIDADES RURAIS NÃO AGRICOLAS E A REALIDADE OBSERVADA

5.1 As ARNAs e suas perspectivas segundo os beneficiários

5.1.1. Público entrevistado

Como forma de aprofundar aspectos qualitativos de relevância para o estudo fomos a campo em diferentes municípios que foram contemplados por financiamentos para ARNAs do Programa RS Rural, todos localizados na região do COREDE Central. Tomamos como base a seguinte conjuntura:

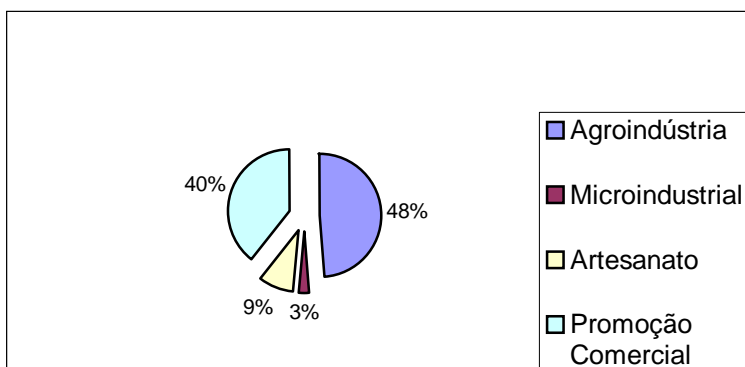


Gráfico 15 - Financiamientos concedidos pelo Programa RS Rural para ARNAs referente à categoria Agricultor Familiar, de 1999 a março de 2004, na região do COREDE Central do RS.

Diante de aproximadamente 230 beneficiários enquadrados na categoria agricultor familiar e da escassez de recursos e de tempo para o estudo da totalidade dos beneficiários, elegemos alguns representantes das quatro modalidades financiadas tomando como base o município de Santa Maria, tendo em vista que este é considerado um pólo regional. Os municípios escolhidos tiveram como critério de seleção a atividade financiada, o montante em recursos obtido e a sua localização geográfica em relação à referência. O público entrevistado somou 19 pessoas, representando 7 % do total do público beneficiário.

Foi tomada como base apenas a categoria 'agricultor familiar': Abaixo temos um quadro que detalha melhor o público entrevistado:

Municípios	Número de pessoas entrevistadas	Gênero		ARNAs financiada
		Homens	Mulheres	
Itaara	05	04	01	Agroindústria
Vila Nova do Sul	05	02	03	Agroindústria
Vila Nova do Sul	03	01	02	Artesanato
Nova Esperança do Sul	03	00	03	Microindustrial
Santa Maria	03	01	02	Promoção Comercial

Quadro 09. Municípios visitados, público entrevistado e respectivas ARNAs financiadas pelo Programa RS Rural na região central do RS.

5.1.2. Características gerais dos estabelecimentos visitados

A agricultura familiar sempre apresentou como um de seus traços principais a diversidade produtiva. Quando fomos a campo conhecer melhor a realidade e as aspirações dos envolvidos em ARNAs que obtiveram financiamentos do Programa RS Rural, pudemos confirmar esta característica. Mesmo em uma só região delimitada dentro de um estado, estivemos frente a uma gama consideravelmente grande de diferenças. Estas diferenciações, além de geográficas e ecológicas, estão relacionadas principalmente à formação étnica e à atual conjuntura econômica dos municípios pertencentes ao COREDE Central.

As informações obtidas nas visitas e nas entrevistas realizadas possibilitam uma descrição razoável do perfil das famílias que retiraram financiamentos junto ao Programa RS Rural para ARNAs. Notamos que a maioria das famílias possui em seu núcleo de três a cinco pessoas, conforme demonstra a figura 16.

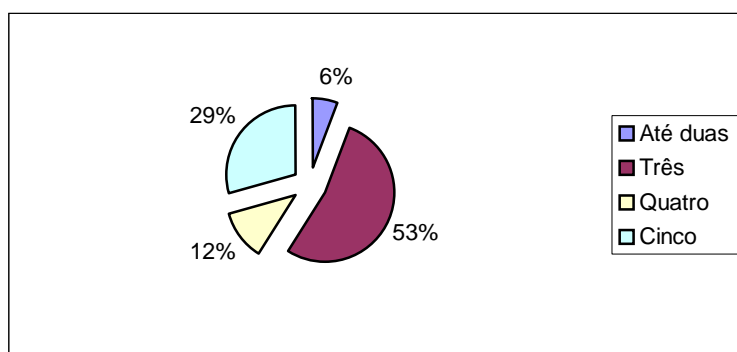


Gráfico 16 - Número de pessoas que compõe o núcleo familiar nos estabelecimentos visitados.

Outra questão bastante importante se refere à preponderância masculina em relação à questão de gênero verificada nas famílias que foram entrevistadas. O número de homens chega a aproximadamente 60% dos indivíduos que habitam as residências visitadas.

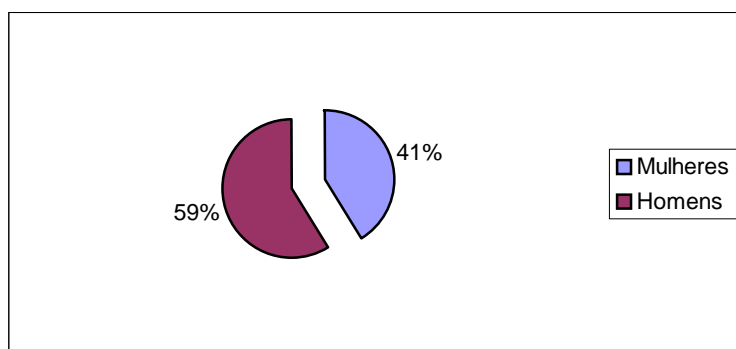


Gráfico 17 - Percentagem em relação ao gênero nas famílias entrevistadas.

No que se refere à distribuição das tarefas dentro do estabelecimento rural, verificamos que a produção agrícola esteve à frente na lista das prioridades masculinas. Segundo as informações prestadas pelos entrevistados, constatamos que a ARNA exercida dentro do estabelecimento não é vista como prioridade por parte dos homens em nenhum estabelecimento. Apenas em alguns casos, a atividade agrícola está em segundo plano quando este possui algum trabalho assalariado fora do estabelecimento, seja ele agrícola ou não. Mais do que uma simples questão quantitativa, o que observamos é que provavelmente estejamos diante de uma expressiva preferência por parte das mulheres às ARNAs em detrimento das atividades agrícolas.

A ARNA para as mulheres está associada principalmente à redução da exposição ao sol e à penosidade dos trabalhos agrícolas. Assim, para uma das

agricultoras entrevistadas: “O trabalho na lavoura é difícil, o sol é muito forte, dói às costas, é bem sacrificante”.

Para as mulheres pertencentes a estas famílias, notamos três atividades principais: os afazeres domésticos, a atividade agrícola (em momento de maior demanda de trabalho) e a atividade rural não agrícola, em ordem de importância, respectivamente.

Com relação à produção agrícola destes estabelecimentos visitados, notamos a forte relação com a produção de subsistência. Observamos isto quando analisamos alguns dos principais produtos agrícolas produzidos nos estabelecimentos entrevistados como o milho, olerícolas, aipim, feijão, bovinocultura de leite.

Em todas as famílias que tivemos a oportunidade de entrevistar a pessoa que se dedica a uma ARNA, notamos que a maior parte dos pertencentes ao núcleo familiar está na faixa dos 30 até os 50 anos, inclusive o próprio beneficiário. Desta forma, notamos que a percentagem de jovens (considerados entre 19-30 anos) residentes nestas comunidades é muito menor que as demais faixas estabelecidas, como ilustra a Figura 19. Isto remete, além do envelhecimento da população rural, ao êxodo seletivo que pode estar ocorrendo nas comunidades visitadas. Assim, mesmo que pesquisas já mencionadas como a de Pimenta(2001) apontem que 70 % dos rapazes desejam ficar no campo, notamos uma rarefação dessa faixa etária nos estabelecimentos visitados.

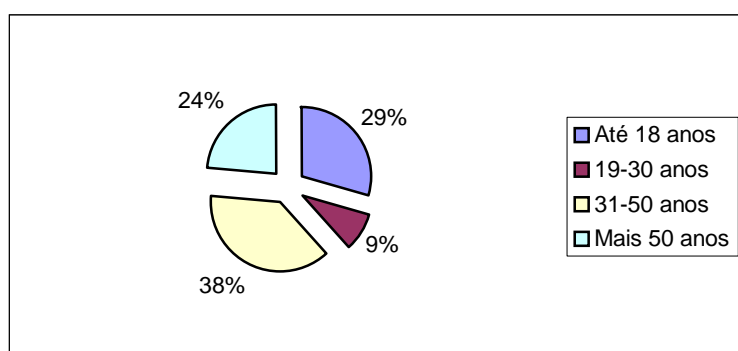


Gráfico 18 - Faixas etárias nas famílias beneficiárias de financiamentos para ARNA na região do COREDE Central do RS, em percentagem.

Quanto a questão referente à aposentadoria, apenas em uma comunidade (localizada em Vila Nova do Sul) a representatividade foi significativa, demonstrando

que o desenvolvimento de ARNAs também pode ser uma alternativa de trabalho e incremento de renda para os idosos no meio rural⁵⁰.

Com relação à escolaridade das pessoas pertencentes ao núcleo familiar, notamos uma expressiva maioria que possui baixo grau de escolaridade, conforme demonstra o Gráfico 19. Várias questões poderiam ser argumentadas neste sentido, porém, o que observamos é que a maioria das pessoas está incluída na faixa mais baixa porque na verdade era até este ponto que o Estado possibilitava que as pessoas estudassem nas escolas localizadas no meio rural.

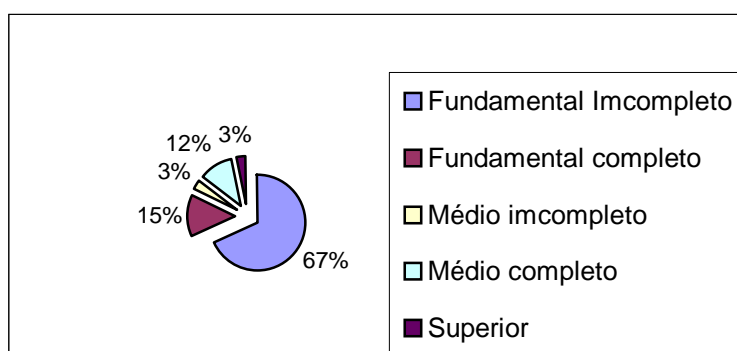


Gráfico 19 - Grau de escolaridade das pessoas que compõem o núcleo familiar dos estabelecimentos visitados.

Quanto à eletrificação rural, a totalidade das residências visitadas possuía eletrificação oriunda de rede pública. Em nenhum caso verificamos a ausência de energia elétrica, mesmo em locais distantes do centro urbano. Quanto à água disponível nos estabelecimentos, tanto para a produção agrícola quanto para consumo, verificamos que a maioria dos estabelecimentos em que os beneficiários foram entrevistados possui água oriunda de poço artesiano, seguida do poço comum e, por último, de vertente. Notamos pelos depoimentos que a água (tratada e encanada) é um fator de mais difícil acesso do que a energia elétrica. No Gráfico 20 visualizamos melhor esta realidade

⁵⁰ Nesta, a atividade desenvolvida era o artesanato.

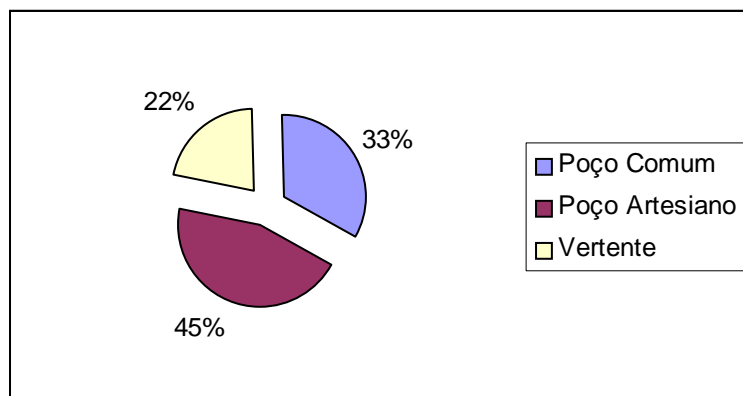


Gráfico 20 – Fontes de água disponível nos estabelecimentos visitados.

Na maioria dos estabelecimentos visitados encontramos à disposição dos residentes no meio rural o acesso à telefonia. Entretanto, em oitenta por cento dos casos, sejam apenas telefones móveis, tendo em vista provavelmente a facilidade de aquisição e instalação desses em relação à telefonia fixa.

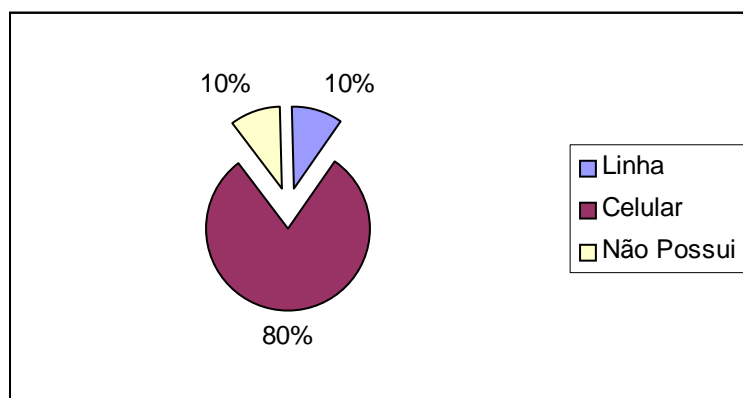


Gráfico 21 - Acesso à telefonia nos estabelecimentos visitados.

Dentre os entrevistados, a maior parte alega que possui assistência técnica advinda da EMATER, enquanto que para 10%, ela fica a cargo das prefeituras municipais, outros 10% de empresas particulares, e por último, 10% dos entrevistados declaram que não possuem nenhum tipo de assistência.

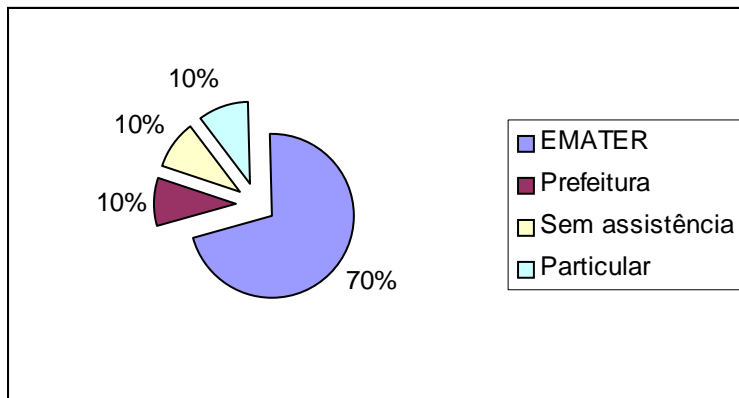


Gráfico 22 - Assistência técnica nos estabelecimentos visitados.

Com relação aos financiamentos disponíveis para a categoria entrevistada, até o momento, a maioria conta apenas com o próprio Programa RS Rural. A gama abrangida também pelo PRONAF não ultrapassa os vinte por cento.

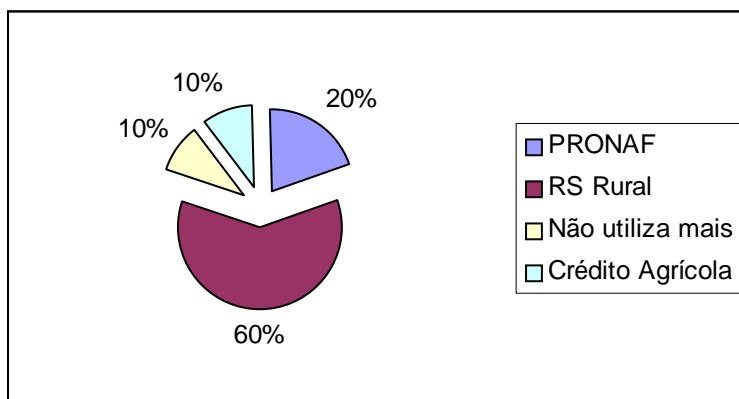


Gráfico 23 - Acesso a financiamentos rurais relativos aos estabelecimentos visitados.

Quanto à propriedade destes imóveis, a maioria dos estabelecimentos trabalha em área própria ou em parceria familiar, como demonstra o Gráfico 24.

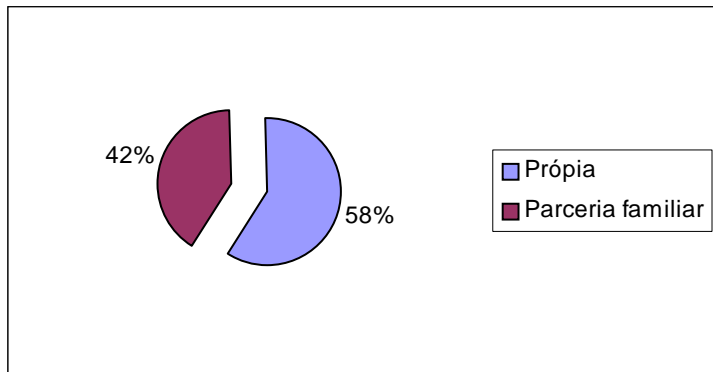


Gráfico 24 - Tipo de estabelecimento.

Por fim, o tamanho do estabelecimento é o fator que determina em grande parte o modo de exploração, a organização do trabalho da família dentro do estabelecimento e até mesmo a busca por alternativas de trabalho e renda agrícolas ou não, como afirmaram alguns beneficiários entrevistados. Desta forma, encontramos 80% do total de estabelecimentos visitados localizados abaixo dos 20 hectares.

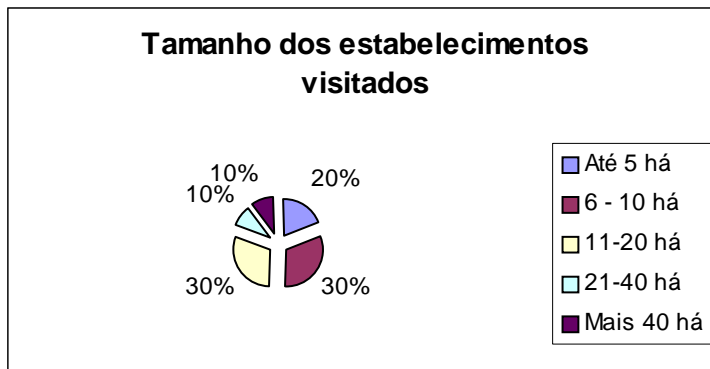


Gráfico 25 - Tamanho dos imóveis dos beneficiários de financiamentos do RS Rural para ARNAs entrevistados na região do COREDE Central.

5.1.3. As ARNAs, seus objetivos e suas projeções

Antes de iniciarmos algumas considerações sobre as entrevistas realizadas, consideramos importante salientar que o órgão responsável pela organização dos produtores e encaminhamento dos projetos em todas unidades entrevistadas foi a EMATER RS, assumindo papel essencial na viabilização das atividades.

Foram entrevistadas duas agroindústrias. A primeira está relacionada ao beneficiamento de grãos, em que serão realizadas a secagem e ensacamento de feijão, é localizada no município de Itaara e obteve o maior valor financiado, chegando a soma de R\$ 81.484,00. Foram beneficiadas com este financiamento 27 pessoas, sendo 23 homens e 04 mulheres. Nesta agroindústria, foram entrevistadas cinco pessoas⁵¹. O empreendimento até o momento não entrou em funcionamento, contudo, notamos uma expectativa muito positiva de todos entrevistados em relação ao seu futuro. Para seu funcionamento, segundo os entrevistados, basta apenas uma reunião para definir alguns aspectos normativos e definição do funcionário. Desta forma, já observamos que nenhum dos entrevistados pretende trabalhar diretamente na atividade financiada, pois será contratada mão-de-obra externa para a execução das atividades. Como é uma atividade beneficiadora do produto, todos os entrevistados têm clara noção da importância de continuar produzindo a maior parte da matéria-prima, sendo que o maior objetivo é a agregação de valor ao produto (20%) e diminuição do número de atravessadores até o consumidor.

Todos parecem muito satisfeitos com o empreendimento, todavia, nenhum tem como ambição deixar a atividade agrícola, e os que desejam isto para seus filhos alegam que é apenas por uma questão estrutural, pois possuem uma área que consideram pequena, a qual não seria capaz de garantir o sustento familiar. Entre os motivos que sustentam a preferência dos que querem que os filhos permaneçam na agricultura estão: o fato de preservar o que os 'antigos' faziam, valorizando a

⁵¹ Consideramos pertinente mencionar uma dificuldade encontrada e que tem relação direta com o modo com que foi conduzido o processo de participação dos beneficiários. Ao abordarmos algumas pessoas cujos nomes constavam nas listas de beneficiários, notamos que não estavam a par dos financiamentos realizados. Desta forma, foi necessário reconhecer dentro da listagem recebida as pessoas que realmente haviam retirado o financiamento e estavam gozando da atividade, e não apenas tinham "emprestado" o nome. Estamos cientes que esta constatação pode afetar as análises realizadas, em termos numéricos absolutos, mas, de qualquer forma, não poderíamos deixar de fazer esta ressalva. Este aspecto, com certeza, é merecedor de estudos mais aprofundados e relacionados ao modelo extensionista utilizado pelos órgãos fomentadores.

questão histórico-cultural, por ser uma profissão 'bonita', ligada à natureza e que dela depende toda a sociedade, pois 'produz o alimento'.

Uma observação muito importante a ser feita diz respeito ao fato de três das cinco pessoas entrevistadas na referida agroindústria trabalharem em outras atividades não agrícolas fora dos estabelecimentos rurais, como armazéns, olaria e loja de produtos veterinários. Ao perguntarmos o motivo da busca por estas atividades, alegaram que a sua renda agrícola era insuficiente para a manutenção da família, não apenas pela área, mas pela falta de incentivo por parte do governo, baixos preços dos produtos agrícolas e falta de estrutura (maquinário) e que, 'se pudessem', só trabalhariam para si, em suas plantações.

A segunda atividade agroindustrial que tivemos a oportunidade de entrevistar está localizada em Vila Nova do Sul, município que possui características étnicas distintas da anterior, já que as pessoas possuem, na maioria, origem ibérica. A própria atividade financiada já demonstra essas diferenças. Neste caso, o financiamento foi realizado para processar lã ovina, o que o Programa RS Rural chamou de Agroindústria de Lã. Nesta comunidade, notamos algumas peculiaridades, como, por exemplo: a agroindústria financiada tinha por propósito o suporte a uma atividade artesanal que seria praticada pela maioria dos beneficiários desta. A grande maioria das pessoas envolvidas com estas atividades são mulheres, que quase não trabalhavam na agricultura, ocupavam seu tempo apenas em atividades domésticas, e que não possuíam nenhuma fonte de renda, com exceção das aposentadas. Nesta comunidade, o financiamento veio acompanhado de um processo formativo, tendo em vista que esta atividade não era praticada anteriormente por nenhuma das envolvidas. Atualmente o trabalho é realizado em geral sob encomenda, a matéria prima é oriunda dos próprios estabelecimentos financiados, e o lucro dividido em partes iguais. Não existe nenhum tipo de controle que possibilite a nossa estimativa em relação ao valor que agrega aos estabelecimentos estas atividades desenvolvidas (a agroindústria e o artesanato). Os equipamentos estão localizados na residência de uma das participantes, que é aposentada e exerce certa liderança sobre as demais.

Este aspecto inclusive foi notado em todas as comunidades entrevistadas. Em geral, existe uma pessoa que lidera, os equipamentos ficam no estabelecimento desta e em quase todos os casos esta pessoa é a que possui maior grau de escolaridade.

Neste caso, verificamos que a prioridade entre a mulheres, depois das atividades domésticas, é a agroindústria e o artesanato. Como a maioria das mulheres envolvidas já possui idade avançada, afirmam que não querem mais trabalhar na agricultura devido à sua idade, e preferem o trabalho com a lã por ser mais leve, protegido do sol e porque as atividades que são mais trabalhosas – na agroindústria – e que exigem maior esforço são divididas entre as pessoas, ressaltando a importância de se trabalhar em grupo. Entre as mulheres, a maioria afirma que, apesar de adorar a agricultura e considerar esta atividade muito importante, não ‘vêem futuro’ para seus filhos nesta, devido principalmente à pequena área de terra disponível.

Uma das atividades considerada pelo Programa RS RURAL como Microindustrial está localizada em um terreno declivoso e de difícil localização no município de Nova Esperança do Sul, que, além das diferenças geográficas e de ecossistema, também apresenta características étnicas e culturais distintas das demais áreas visitadas, pois a maior parte da comunidade visitada ainda possui traços da colonização italiana e alemã. Ali encontramos uma máquina de costura industrial e algumas máquinas comuns, financiadas para a confecção de edredons, cobertores e similares. Notamos que, embora os financiamentos fossem feitos em nome de três homens e duas mulheres, na verdade quem usufrui os equipamentos são apenas mulheres⁵², as esposas, no caso. A comercialização das peças fabricadas é feita nos próprios estabelecimentos, sob encomenda apenas. E, como nos demais casos, não apresenta nenhum tipo de controle financeiro.

A faixa etária das mulheres envolvidas nesta atividade microindustrial está ao redor dos 40 anos. Todas realizam afazeres domésticos, auxiliam seus maridos na época de maior ‘serviço’ na lavoura (como elas se referem) e trabalham à noite na confecção das peças. Todas as entrevistadas afirmaram que buscaram esta atividade porque a renda agrícola não era suficiente, e foi citado o fato de esta renda agrícola ‘não ser delas’. Das três entrevistadas, duas gostariam que seus filhos permanecessem no ‘campo’, na agricultura, mas acreditam ser complicado devido à pequena área disponível; apenas uma não gostaria que os filhos permanecessem

⁵² Desta particularidade se depreende a hipótese, passível de estudos futuros, sobre a possibilidade de estarmos diante de um cenário relacionado à questão de gênero muito mais favorável às mulheres do que consta nos nossos dados.

em atividades agrícolas, a costura para esta é um ‘sonho’, porque a lavoura é ‘um trabalho difícil e cansativo, tem o sol quente’.

Um aspecto bastante interessante que foi mencionado por uma das entrevistadas é o fato de que, em alguns momentos do ano, a atividade microindustrial poder subsidiar a produção agropecuária. Na opinião da agricultora: “às vezes até sobra um dinheirinho e a gente compra uma bolsa de farelo...”. Assim, podemos perceber que, em alguns momentos, este lucro obtido com a ARNA pode se tornar capital de giro dentro do estabelecimento, auxiliando na atividade rural produtiva ou de subsistência.

Já as pessoas entrevistadas que obtiveram financiamento para a promoção comercial no município de Santa Maria, possuem de fato uma estreita relação com os consumidores. Visitamos a Feira Agroecológica localizada na Praça Saturnino de Brito, que é apoiada pelo poder público municipal, que, de certa forma, também fomenta a comercialização e a própria estrutura das feiras. Os itens financiados foram caixas plásticas para transporte e acondicionamento de produtos e sacolas plásticas. Os produtos comercializados variam desde produtos agrícolas como hortaliças até cachaças, conservas, pães, doces. O fato de Santa Maria ser um pólo regional em termos de comercialização e serviços justifica a pretensão destes agricultores na busca por financiamentos de equipamentos que possibilitem a atividade que, para eles, estreita os laços com os consumidores e agrega valor à sua produção agrícola e agroindustrial, visto que são eliminados os intermediários. Contudo, a relação entre o consumidor e o feirante vai muito além da relação de compra. O que presenciamos é um processo de criação de fidelidade por parte do ‘cliente’ a determinadas bancas, no qual as relações estabelecidas aos poucos se torna uma amizade, o que rendeu em alguns casos visitas aos estabelecimentos rurais por parte dos consumidores. Quanto à questão de gênero neste tipo de atividade não agrícola, observamos nitidamente a preferência das mulheres por esta atividade em detrimento à produção agrícola. Na opinião de uma delas: “a feira é quase um divertimento, a gente conversa, ri, vê o movimento, não cansa como na lavoura”.

Estes agricultores (assim como a maioria dos demais entrevistados) demonstram uma afetividade muito expressiva com relação ao meio rural, e embora tenham um contato semanal com a cidade, afirmam que não possuem a ambição de

‘vir prá cidade’. Na maioria, gostariam que seus filhos permanecessem ‘no campo’, porque a cidade tem ‘muito movimento e violência’.

Contudo, ao entrevistarmos uma das beneficiárias do RS Rural, tanto para promoção comercial quanto para a agroindústria, notamos mais uma vez um sinal de excesso de trabalho. Segundo seu relato:

Ontem, levantei bem cedo e fui colher pepino, daí entrei para a agroindústria às dez horas da manhã e saí às oito horas da noite. Nem tive tempo pra almoçar. Tinha que preparar tudo para a feira de hoje, a noite não agüentava a dor nas pernas, tenho trombose e todo serviço da agroindústria tem que ser em pé, só tenho a sogra pra me ajudar, o Luiz tem que ficar na lavoura. Pobre da minha casa, está uma bagunça.

Diante das observações realizadas, e do contato direto com os entrevistados, ressaltamos alguns aspectos importantes levantados:

- A EMATER teve um papel muito importante na operacionalização dos projetos. No entanto, observamos uma dependência por parte dos beneficiários a este órgão, demonstrando pouca capacidade de mobilização e iniciativa para resolver alguns problemas do cotidiano das atividades;
- Nem todas as pessoas cujos nomes constavam nas listas do Programa RS Rural como beneficiários estão de fato cientes do processo em que estão inseridas, nem sabem sobre os financiamentos em seus nomes ou beneficiam-se verdadeiramente dos itens financiados.
- Algumas pessoas cujos nomes não constam na listas do Programa acabaram ao longo do período se inserindo nas atividades;
- De todas as comunidades visitadas, nenhuma apresentava condições de vida subumana, com sinais explícitos de miséria;
- Os financiamentos não contemplaram, na maioria das vezes, ações educativas capazes de propiciar uma capacitação nas atividades ora desenvolvidas; faltaram também ações que viabilizassem estrutura física para possibilitar um local adequado de trabalho para o número de pessoas envolvidas e ações que ligassem a produção da matéria-prima, a agroindustrialização e/ou fabricação e por fim a comercialização, organizando toda a cadeia produtiva;

- Grande parte dos entrevistados vê na atividade rural não agrícola apenas um complemento da renda que já possui, renda esta oriunda da produção agrícola, aposentadoria ou então de outra renda não agrícola;
- Em alguns casos, a ARNA pode custear em determinados momentos a produção agrícola;
- Com exceção da atividade microindustrial, em todas os estabelecimentos em que houve solicitação de financiamentos para atividades não agrícolas, tal solicitação visou o complemento da atividade agrícola, como algo que agregasse valor aos produtos oriundos da produção primária;
- As atividades, microindustrial e artesanato, estão muito ligadas à ocupação das mulheres dentro da dinâmica de trabalho da propriedade e do ciclo demográfico familiar;
- Não existe, em nenhum caso, controle de custos e lucros. A divisão dos lucros é feita na maioria das vezes segundo acordos que levam em conta matéria-prima e tempo dedicado ao trabalho;
- A comercialização dos produtos oriundos das ARNAs não está organizada em nenhum caso (exceção feita aos que receberam financiamentos para a promoção comercial).

5.2. As ARNAs e a pesquisa a campo

As informações / depoimentos obtidos através das entrevistas remetem a algumas idéias dos autores já mencionados com Lênin, Kaustsky e Chayanov. A princípio, consideramos importante salientar que a proposta deste estudo não é de emoldurar dentro do pensamento deste ou daquele autor a realidade encontrada a campo. Apenas pretendemos relacionar a conjuntura e opiniões obtidas com algumas ponderações realizadas por estes autores.

Para Kautsky (1898/1972), o recurso às atividades 'acessórias' tem seu lugar reservado onde quer que a agricultura deixe de constituir uma fonte de rendimentos suficientes, relacionando a isto principalmente o fato de o solo ser fraco ou haver obstáculos para a eficiência técnica da grande propriedade. Contudo, na nossa realidade, o que verificamos é que, na maior parte dos casos, esta busca pelas ARNAs, na verdade, ocorre quando esta 'superfície de terra' já não é mais suficiente para o sustento satisfatório (dentro dos padrões daquela família) de todos seus membros. A partir desta realidade, a família optaria pelas ARNAs como forma de gerar renda complementar às atividades agrícolas existentes.

Mas, para Kautsky, quanto mais as propriedades com atividades agrícolas e não agrícolas (por ele denominadas como híbridas) desenvolvessem atividades não agrícolas, mais miseráveis se tornariam. Afinal, aos poucos estes 'camponeses' iriam descuidar cada vez mais da produção agrícola e tornar-se-iam menos auto-suficientes e, assim, mais à mercê de produtos oriundos de fora do estabelecimento rural, e, via de regra, não teriam recursos para adquiri-los. Entre outros fatores, isto contribuiria para que, particularmente fôssemos presenciando a desintegração do campesinato.

Resumidamente, dois fatores são essenciais em se tratando da argumentação de Kaustsky com relação às ARNAs: 1) excesso de trabalho; 2) consumo insuficiente. A estes aspectos, é importante lembrar as ressalvas do autor com relação ao fato de o 'camponês' não condenar a si apenas, mas a toda sua família a esta realidade.

Em alguns casos (como na agroindústria de lã e na atividade microindustrial, por exemplo), os depoimentos tornaram evidentes as condições de excesso de trabalho a que se submetem os agricultores (a). O trabalho que, em sua maior parte,

é efetuado pelas mulheres da família é realizado principalmente à noite, já que este é o único horário que resta a estas mulheres, pois, pela manhã, realizam seus afazeres domésticos e, à tarde, ajudam pais e maridos na lavoura, caracterizando uma jornada tripla de trabalho.

Para Kaustsky, mesmo que este excesso de trabalho se justificasse economicamente, moralmente isto seria inaceitável. Assim, poderíamos estar diante (e isto realmente se verificou) de um camponês que, mesmo dono dos seus meios de produção, vive em condições inferiores a um proletário – assalariado, que ao menos possui intervalo para as refeições e horário em que o expediente se finda, com seu salário “garantido” ao final de cada mês.

O fato da maioria das pessoas entrevistadas alegar a busca por atividades não agrícolas como um meio de aumentar a renda disponível reforça o argumento de Kautsky de que, quando a ínfima alimentação e as condições de vida sacrificadas não são suficientes para manter um homem (ou quem sabe sua família), este (a) recorre às atividades acessórias.

Lênin (trad 1982) ressalta que o ponto de partida para um processo que culminaria com a diferenciação do campesinato, resultando em burguesia e proletariado rural, seriam as desigualdades de patrimônio. Se tomarmos a terra como um patrimônio, e a insuficiência desta como ponto de partida para a busca de outras formas de manutenção da família, além das atividades agrícolas que, via de regra, exigem uma quantia consideravelmente maior de área disponível para uma escala economicamente viável em relação às demais atividades passíveis de serem desenvolvidas no meio rural, poderíamos considerar que o público alvo de nosso estudo está em um processo transitório para a proletarização. Contudo, o autor salienta que, além de extensões ínfimas de terra, estariam entre as características deste proletariado rural um nível de vida extremamente baixo, para ele, provavelmente inferior a um operário sem terra. Exceto pelo excesso de trabalho verificado em algumas situações, se tomarmos como parâmetro para indicadores de qualidade de vida algumas informações obtidas, como, por exemplo, que 45% dos entrevistados têm acesso à água de boa qualidade, oriunda de poços artesianos, que 100% das residências possuem energia elétrica, 90% das famílias possuem telefone, 58% reside e trabalha em áreas próprias e também possuem acesso ao crédito rural e à assistência técnica, entre outros, verificamos que este ‘nível de vida extremamente baixo’ não se constata nas comunidades visitadas.

O que nossa pesquisa demonstra é que coexistem outros fatores que influenciam na busca por estas ARNAs, além da área insuficiente. Neste sentido, a fuga da penosidade dos trabalhos agrícolas e a busca de alternativas de ocupação do tempo disponível (sobretudo para mulheres e pessoas idosas no meio rural) também se apresentaram como justificativa para a recorrência às ARNAs. Mesmo Lênin salienta em algumas passagens que a capitalização da agricultura conduz ‘ao desemprego na temporada de inverno’, e que, assim, o trabalho agrícola se reduziria em determinadas épocas do ano, havendo um excedente de mão-de-obra.

Já Chayanov, ao analisar a dinâmica da família camponesa, ressalta que as opções tomadas por seus membros na verdade são formas de manutenção do ciclo demográfico familiar, não necessariamente regulada pelo fator renda. Portanto, notamos que o tempo disponível para a prática das ARNAs pode não ser exclusivamente oriundo da irregularidade da produção agrícola. Desta forma, o recurso às ARNAs pode ser uma opção e não uma “necessidade”, já que, para algumas pessoas, o trabalho agrícola não interessa, seja por motivo de saúde ou apenas uma questão de satisfação. Exceto nas agroindústrias e nas atividades ligadas à promoção comercial, percebemos claramente que o desenvolvimento do artesanato e da atividade microindustrial está, na realidade, muito mais ligado à ocupação do tempo disponível e por motivos de satisfação pessoal do que à geração de renda em si. Encontramos muitos idosos, na maioria aposentados, que identificam nas ARNAs a oportunidade de exercer uma atividade produtiva, seja ela rentável em termos financeiros ou não. Observamos ainda que muitas das atividades ligadas ao artesanato são para estas pessoas como um hobby, uma “distração”.

A busca por uma atividade-renda acessória frente aos condicionantes da unidade produtiva também foi constatada. O maior número de mulheres, jovens e idosos envolvidos nas ARNAs verifica-se quando há uma pequena área de terra disponível para a produção agrícola. Esta alternativa é, juntamente com a busca por uma atividade rural não agrícola fora do estabelecimento, o caminho visualizado por estas pessoas para continuarem residindo no mesmo local e se sentirem inseridos dentro do processo produtivo e colaborando para a reprodução socioeconômica da família.

Entretanto, se fôssemos utilizar termos descritos por alguns destes autores clássicos, sintetizaríamos a realidade encontrada nas entrevistas da seguinte maneira: acreditamos que a população rural realmente esteja em um processo de

diferenciação, em que se criam ‘novos tipos’⁵³ sociais, mas não encontramos indícios suficientes para acreditar que estejam em um processo de descamponização. De acordo com todas as justificativas alegadas pelos entrevistados, a ARNA em nenhum momento é vista como uma via alternativa para deixar o meio rural. Ao contrário, estas foram possibilidades que os membros das famílias encontraram para, de alguma forma, manterem-se no estabelecimento, sem deixar para trás suas vivências e relações históricas no âmbito rural.

As entrevistas realizadas mostram claramente que apenas para alguns, principalmente mulheres que buscam uma certa autonomia⁵⁴ e idosos que já não estão mais em condições de trabalhar, o recurso às ARNAs representa uma alternativa em que as pessoas estão realmente convictas que este seja o melhor caminho para seguir. Contudo, ou estas pessoas estão apoiadas em uma renda auxiliar oriunda de fora da propriedade como, por exemplo, a aposentadoria, ou estão relacionadas ainda ao suporte da produção agrícola que advém das demais atividades desenvolvidas dentro do estabelecimento.

Assim, adotamos como apropriado o que afirma Wanderley (2003, p. 09) sobre os pressupostos que norteiam a agricultura familiar: (1) a condição de produtor de produtos agrícolas é apenas uma dimensão – central, sem dúvida, o que não esgota seu caráter multifacetário; (2) o modo de funcionamento e o exercício da unidade produtiva é ditado por interesses presentes e futuros da família. Portanto, embora acreditando que a função do poder público seja investir no rural, em atividades agrícolas ou não, ressaltamos como pertinente a ressalva de Romeiro (2001), sobre a importância da agricultura enquanto atividade geradora do maior número de ocupações no campo, e especificamente a agricultura familiar como maneira de utilizar mais eficazmente os recursos escassos (terra, trabalho e capital) e como forma de irradiar o desenvolvimento local. Schneider (1999, p. 93) faz algumas ponderações muito pertinentes, já citadas anteriormente, mas que cabe salientar:

É claro que o setor agrícola não está deixando de ter importância no espaço rural gaúcho. O que se pretende demonstrar, com base nos dados disponíveis, é que estão surgindo outras atividades e formas de ocupação no

⁵³ Todavia, não necessariamente apenas os novos tipos descritos por Lênin (1982), uma burguesia rural e o proletariado, talvez estivéssemos frente a algumas “categorias intermediárias”, que deveriam ser alvo de estudos futuros.

⁵⁴ Seja ela financeira ou pessoal.

espaço rural que poderão, inclusive, ampliar as oportunidades de emprego e constituir-se em novas perspectivas de trabalho para quem lhe habita e que por opção ou mesmo contingência não trabalha na agricultura. O crescimento das atividades não-agrícolas não é um fenômeno efêmero, pois vem evoluindo gradativamente a partir da década de 1980 e revela estar presente em todas as micro regiões do estado, mesmo aquelas onde a agricultura ainda continua a ser a principal ocupação da população rural.

Desta forma, acreditamos que a busca por ARNAs como alternativa de geração de trabalho e renda está se consolidando no espaço rural da região Central do RS, pois nossos dados demonstram a magnitude desta busca. Todavia, estas são alternativas de desenvolvimento muito ligadas às especificidades locais e regionais, específicas de um tempo e adequadas para algumas pessoas. Entretanto, consideramos, a partir do nosso estudo, viável a perspectiva das ARNAs como fonte de renda acessória e geração de trabalho no meio rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização deste estudo, acreditamos que conseguimos contribuir para a discussão sobre o rural contemporâneo em um enfoque regionalizado. Mesmo diante da complexidade que cerca a discussão sobre a multifuncionalidade dos espaços rurais e a pluriatividade na agricultura, algumas informações obtidas através do Programa RS Rural demonstraram que estamos em um processo em que o rural não é mais visto pela sociedade como produtor de alimentos somente. Do total de financiamentos retirados junto ao Programa no período estudado, 48% está destinado ao manejo e conservação dos recursos naturais e 43% para infraestrutura. Estes somados representam 91% do total de recursos financiados. Enquanto dos 9% de recursos utilizados para geração de renda, mais da metade está focada em atividades rurais não agrícolas. Desta forma, fica evidente a contribuição do Programa RS Rural para a consolidação de um rural muito além das lavouras e criações de animais.

Estamos certos de que a definição de um modelo de desenvolvimento adequado para a nossa realidade ainda possui um longo caminho a trilhar até que seja estabelecido um consenso, se é que isto um dia será possível. Contudo, estamos presenciando uma evolução no cenário das políticas públicas para o rural brasileiro em se tratando da agricultura familiar, em que aos poucos começamos a ver o espaço rural, como algo além da produção agrícola, um espaço de valorização cultural e ambiental, de resgate e construção de identidades, e também um local capaz de gerar ocupações e renda para as pessoas que ali residem, sejam elas agrícolas ou não. Desta forma, estamos visualizando uma conjuntura de apoio institucional às ARNAs e que acreditamos estar sendo legitimada pela sociedade, tendo em vista a ampliação da maior parte dos programas que apóiam estas iniciativas.

Uma das evidências que constatamos neste estudo diz respeito à cautela com que devemos analisar alguns dados. Ou seja, considerar uma situação apenas baseada em números, sem a proximidade com a realidade em questão, sem ir a campo ver as pessoas, sem ter conhecimento de como realmente os processos acontecem, pode nos levar a alguns equívocos graves. O exemplo disto está

explícito no que se refere aos financiamentos do RS Rural para a geração de renda, que inclui as atividades agrícolas e as ARNAs. Se tomarmos apenas este parâmetro como base para traçar um perfil dos estabelecimentos rurais na região central como um todo, ou então, até mesmo apenas em relação aos estabelecimentos beneficiados, poderíamos afirmar que as ARNAs estão assumindo um papel preponderante no meio rural. Dos recursos destinados para a geração de renda, no período estudado, 63% foram para ARNAs. A partir disto, poderíamos concluir que as atividades agrícolas aos poucos estariam assumindo um caráter secundário dentro dos estabelecimentos rurais. Todavia, após as visitas realizadas e as entrevistas, notamos um cenário que não valida esta tendência demonstrada nos números obtidos através do Programa RS Rural. O que observamos foi um rural eminentemente agrícola, em que a família se planeja e age baseada nas atividades agrícolas. Somente quando alguns fatores são limitantes, como por exemplo, a área disponível para a produção agrícola, a baixa rentabilidade dos produtos ou a falta de aptidão física, é que esta família busca nas ARNAs a alternativa para a geração de trabalho e renda.

De qualquer maneira, consideramos que o Programa RS Rural tem contribuído para a consolidação da noção do rural enquanto espaço multifuncional. Ou seja, o Estado e a sociedade não atribuem mais ao rural apenas a capacidade e a função de produzir alimentos e, sim, um espaço em que precisamos pensar nas condições de vida das pessoas que ali residem, na infra-estrutura de que dispõem, em que os recursos naturais devem ser manejados de forma adequada para a sua manutenção e até mesmo preservação, e, por fim, um território em que a geração de trabalho e renda pode ser oriunda de outras atividades e não apenas das agrícolas.

Desta forma, percebemos, ao longo deste trabalho, o quão difícil é extrairmos conclusões a respeito da complexidade que cerca o 'rural', suas relações com a sociedade. Contudo, visualizamos como uma das principais contribuições deixadas por este estudo, não uma definição ou uma fórmula de desenvolvimento adequada para a região ou municípios investigados. Mas, a abertura de novas perspectivas de estudos futuros, mais focalizados em algumas particularidades observadas, que estão relacionadas a questões práticas e que interferem de maneira importante no modo de funcionamento da família, que é quem, na verdade, determina a dinâmica e o próprio destino do estabelecimento rural. Dentre estas perspectivas, poderíamos destacar a importância das mulheres em se tratando da representatividade destas

no exercício das ARNAs. Algumas pistas poderiam ser levantadas a respeito deste tema, como, por exemplo, o interesse demonstrado pelas mesmas em relação ao desenvolvimento de atividades que não as agrícolas, em geral devido ao menor esforço requerido; o fato da maior independência financeira e profissional que esta atividade poderia propiciar; a jornada tripla a que estas acabam se submetendo. Contudo, para detalhar melhor o número de variáveis que influenciam na relação rural/mulher ou melhor, rural/mulher/ARNA seriam pertinentes estudos mais específicos sobre o tema.

A ocupação do tempo e também a geração de renda para quem a saúde já não permite o exercício em condições de trabalho penosas advindas da agricultura. Esta possibilidade dos idosos voltarem ou então, manterem-se produtivos dentro do seio da família pode afetar a dinâmica dentro do estabelecimento rural, não apenas financeira mas também no que diz respeito à qualidade de vida, melhorando o bem estar destas pessoas ou ao contrário, 'obrigando-as' a continuar produtivas dentro do sistema.

Aliado aos dois fatores mencionados anteriormente, ressaltamos a possibilidade de estarmos presenciando um caminho rumo ao excesso de trabalho e condições de vida ainda mais sacrificadas para os membros da família. Isto relacionado à sobreposição de atividades exercidas no estabelecimento, devido à escassez de recursos e à falta de mão-de-obra familiar para suprir a demanda – da atividade agrícola do estabelecimento e as demais atividades rurais não agrícolas praticadas. No caso das mulheres, a situação, ao que tudo indica, tende a ser ainda pior. Além das atividades produtivas, elas são, em geral, as responsáveis pelo cuidado da casa, dos filhos e da alimentação.

A polêmica que envolve a discussão sobre a agroindústria, enquanto uma atividade rural não agrícola ou não, é também importante de ser lembrada. Do total de financiamentos para ARNAs, 52% foram designados para esta atividade. Caso considerássemos a atividade agroindustrial apenas como uma extensão da atividade agrícola, a significância das atividades agrícolas em relação aos financiamentos para geração de renda passaria de 37% para aproximadamente 80% do total de recursos.

A partir deste estudo, consideramos como relevante o apoio de políticas públicas às ARNAs. Entretanto, estas ações devem visar o caráter complementar que as ARNAs podem assumir no meio rural tanto relacionado à geração de renda, como à ocupação das pessoas que residem em áreas rurais. No entanto, além

destes fatores, poderíamos agregar outros elementos, talvez um pouco menos tangíveis, mas que podem ser mantidos ou quem sabe resgatados através de uma atividade não agrícola, como, por exemplo, o artesanato ou até mesmo a agroindústria. Estamos referindo-nos à memória histórico-cultural que pode ser preservada, a valores que podem ser redescobertos, a algumas satisfações que podem ser proporcionadas, melhorando assim a qualidade de vida. Afinal, o bem-estar não está apenas relacionado a uma instalação sanitária ou a uma estrada reformada, mas a um trabalho realizado na sombra, a conversa com clientes e amigos, ao dinheiro que sobrou da ARNA e que pode servir para a compra do material escolar do filho; da capacidade de liderança que foi descoberta, da maior independência financeira em relação ao marido, ou ainda, da satisfação de saber que ainda é possível trabalhar e ser útil, contribuindo para a manutenção da família e seus entes queridos, ainda que o tempo tenha passado e a idade esteja avançada.

Enfim, ressaltamos uma afirmação de Lamarche citada por Ferreira (2000, p. 41), que caracteriza bem a realidade encontrada: “pode-se dizer que aqui o rural se define pela agricultura, mas não apenas por ela”. É o que encontramos neste estudo sobre as ARNAs financiadas pelo RS Rural na região central do Rio Grande do Sul.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: **Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF. Anais..., 1997.

ANJOS, F. S. Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil. Tese de Doutorado em Agroecologia e Estudos Campesinos, 2000. Universidade de Córdoba, Espanha.

BRUMER, A. Qual a vocação produtiva da agricultura familiar? In: XX Encontro Anual ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, 22 p., 1996.

CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. (Orgs.). O novo rural brasileiro. Jaguariúna/ São Paulo: Embrapa Meio Ambiente, 2000. v. 4.

CARNEIRO, M. J. Ruralidades: novas identidades em construção. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. N 11, 1998. p. 53-75.

CARNEIRO, M. J. e MALUF, R. S. Introdução. In: **Para além da produção. Multifuncionalidade e Agricultura Familiar**. Org. Maria José Carneiro e Renato Souza Maluf. – RJ, Mauad, 2003.

CHAYANOV, A. La Organización de la unidad economica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, trad. 1974.

DIESEL, V. et alli. Fundos rotativos municipais de crédito e desenvolvimento rural. In: **Espaço Rural e Desenvolvimento Regional: Estudos a partir da região central do RS/ Org. José Marcos Froehlich, Vivien Diesel**. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2004. p. 227-245. (Coleção trabalhos acadêmicos – científicos. Série relatórios de pesquisa).

DILLON, J. L. e HARDAKER, J.B. La investigación sobre administración rural para el desarrollo del pequeño agricultor. Organización de Las Naciones Unidas para la Agricultura e la Alimentación. Roma, 1994.

FREIRE, G. Casa grande e senzala. 1933, 30 ° Ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

FERREIRA, A. D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. N 18, 2002. p. 28-46.

FROEHLICH, J. M. Rural e Natureza. As construções Sociais do Rural Contemporâneo. Rio de Janeiro. UFRJ, 2002. Tese de Doutorado.

GÓMEZ E.S., Nueva Ruralidad? Un aporte al debate. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. N 17, 2001. p. 05-32.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.19, n.1, p.37-67, jan./ abr.2002.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. Nova Economia, Belo Horizonte, v.7, n.1, pp 43-81, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. e CAMPANHOLA, C. Org. O novo rural brasileiro; uma análise nacional e regional. Jaguariúna, V. 1, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. Agricultura e crescimento econômico. In: **A modernização dolorosa**. Campinas, 1981.

GRAZIANO DA SILVA, J. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? In: **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Núcleo de estudos agrários e desenvolvimento rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário: 2001.

KAUTSKY, K. A questão agrária. Porto: Portucalense. Ed., V. II, 1898/trad. 1972.

LEITE, S. P. Políticas Públicas, Padrão de financiamento e agricultura no Brasil (1980-1996), Debates cpda, Rio de Janeiro. Nº 8, 1999.

LÊNIN, V. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: trad. abril, 1982

Manual Operativo Programa RS Rural, Secretaria Agricultura e Abastecimento, RS, 2004.

MOREIRA, R. J. e GAVIRIA, M. R. Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na Comunidade de Taquari. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. N 18, 2002. p. 47-71.

MULLER, G. Complexo Agroindustrial e Modernização agrária. São Paulo: Hucitec, 1989.

MUNHOZ, D.G. Economia agrícola. Agricultura, uma defesa dos subsídios. Petrópolis, Vozes, 1982.

NAVARRO, Z. Políticas públicas, agricultura familiar e Family-Based Farms and Mercosur: the “other” integration process. *Grassroot Development*, Washington, v. 20, n.2, p. 34-43, 1996.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, vol. 15, N 43, 2001. São Paulo: USP.

NEUMANN, P. S. O processo de diferenciação econômica do espaço rural e dos agricultores na região central do RS. In: **Espaço Rural e Desenvolvimento Regional: Estudos a partir da região central do RS/ Org. José Marcos Froehlich, Vivien Diesel.** – Ijuí: Ed. Unijuí, 2004. p. 55 - 103. (Coleção trabalhos acadêmicos – científicos. Série relatórios de pesquisa).

NEVES, D. P. Agricultura familiar e mercado de trabalho. In: **Estudos Sociedade E Agricultura**. Nº 8, 1997, p. 7-24.

PRADO JUNIOR, C. Formação do Brasil Contemporâneo- Colônia. 1942, 17^o Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social, Métodos e Técnicas. São Paulo. Ed. Atlas. 3ª edição. 33 p. ,1999.

ROMEIRO, A. et alli. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI/ Carlos E. Guanziroli...[et al.]/ Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

SCHNEIDER, S. Ocupação da Força de trabalho na Agricultura Gaúcha: Uma nova análise da pesquisa rural da EMATER/RS de 1992.Revista Extensão Rural, DEAER/CPGExR-CCR-UFSM, ano VI, Jan - Dez,1999-b.

_____. Agricultura familiar e pluriatividade. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1999.

SOUZA, J. et all Org. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade, RJ, Vozes, 3ª Ed. Coleção Temas Sociais, 1994.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15, 2000, p. 87 – 145.

WANDERLEY, M. N. B. Prefácio. In: **Para além da produção. Multifuncionalidade e Agricultura Familiar**. Org. Maria José Carneiro e Renato Souza Maluf. – RJ, Mauad, 2003.

VEIGA. J. E. Desenvolvimento Rural. O Brasil precisa de um projeto. SOBER,1998.

VEIGA, J. E. O desenvolvimento agrícola. São Paulo. Hucitec/ Edusp, 1991.

ANEXOS

ANEXO 01**ENQUETE**

Município:.....

Nome do Titular do estabelecimento:.....

Data:.....

A- IDENTIFICAÇÃO DA MORADIA**1-Identificação do Núcleo Familiar(moradores)**

Nome	Grau Parent.	Sexo	Idade	Escolaridade

Grau de Parentesco: 1)Avós 2)Pais; 3)Cônjuge; 4) Filhos; 5) Netos; 6)Dependentes; 7) O Próprio; 8) Enteado.

Escolaridade: 1)Analfabeto; 2)1º Grau Incompleto; 3)1º Grau Completo; 4)2ºGrau Incompleto 5º) 2ºGrau Completo; 6)Superior; 7)Não Alfabetizado.

Tempo dedicado para Oleiricultura: 1)Integral; 2) Metade do tempo; 3) Eventual.

2-Eletrificação Rural

()Rede Pública;()Gerador; ()Sem eletrificação;

3- Água disponível:

()Rede pública; ()Rede Comunitária; ()Vertente;
 ()Açude; ()Poço Comum; ()Poço artesiano;
 ()Arroio;

5-Telefonia Rural:

()Linha ()Celular; ()Rádio;()Comunitária;
 ()Rádio ()Coletiva.

Número:.....

6- Tamanho do Imóvel:.....

7- Dono do Imóvel:.....

B – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO

1- Residência: ()No imóvel; ()urbana; ()ambas;

2- Tipo de UP:

- ()Própria;
 ()Posse;
 ()Arrendada;
 ()Sociedade;
 ()Parceria Familiar.

3- Forma de financiamento adotada:

- ()Crédito agrícola; ()Empréstimos bancários; ()Particulares;
 ()PRONAF ()RS Rural; ()Agropecuárias
 ()Não utiliza;

4- Assistência técnica:

Instituições responsáveis:.....

Tipo: ()Veterinária; ()Agronômica; ()Geral.

Frequência: ()Anual; ()Semestral; ()Mensal;
 ()Esporádica; ()Sem assistência.

5- Quadro das Principais Benfeitorias (galpão, estufa, agroindústria, secador, silo)

Benfeitoria	Padrão*	M ²	Ano de construção

* 1- Madeira 2-Alveneria 3-Metálico 4-Misto

6- Quadro das Principais Máquinas e equipamentos: Trator, roçadeira, enxada rotativa, encanteiradora, pulverizador em barra, arados,etc.

Tipo	Modelo	Ano	Proporção Própria

7- Quadro da mão-de-obra contratada para a ARNA

Quantidade	Função na UP	Tempo (permanente ou n° meses)

8-Quadro da Produção Agrícola – Renda Bruta

Produto	Área(há/ m ²)	Produção/ Mês	Renda estimada anual

9- Produção Animal**Leite**

Rebanho(cab)	Prod. Litros/dia	Renda bruta anual

Corte

Rebanho(cab)	Sistema criação*	Renda bruta anual

* 1)Cria ou recria 2)Invernador 3)Ciclo completo;

Suínos

Sist. Criação*	Nº matrizes ou cabeças	Renda bruta anual

- Terminação (T); Produção de leitões (PL); Ciclo completo(CC).

Aves

Finalidade(corte/post./outro)	Renda bruta anual

Peixes

Espécies	Renda bruta anual

Ovinos

Rebanho(cab)	Renda bruta anual	
	Lã	Carne

--	--	--

Abelhas

Colmeias (cxs)	Renda Bruta anual

10 – ARNAs

- Atividade financiada: _____
- Itens financiados: _____
- Valor financiado: _____

Entrevista:

10.1 - O senhor(a) já desenvolvia esta atividade antes dos financiamento?

10.2 – Porque o senhor(a) teve a iniciativa de praticar esta ARNA?

10.3 – Hoje o senhor(a) faria novamente este investimento? Porquê?

10.4 – Com relação ao funcionamento da propriedade, quanto do seu dia é ocupado para as atividades agrícolas, para as domésticas e para as ARNAs?

_____ atividade agrícola;

_____ doméstica;

_____ ARNA.

10.5 – Em termos de renda bruta e líquida do estabelecimento, Sr. saberia informar quanto % é oriundo das ARNAs?

10.5 – Se Sr. pudesse deixaria a agricultura e seguiria apenas com a ARNA? Porquê?

10.6 – Em que o Sr. prefere que seu filho trabalhe dentro do estabelecimento, na produção agropecuária ou na ARNA?

Porquê?

10.7 – Quem mais trabalha na ARNA:

_____ Homens da família;

_____ Mulheres da família;

_____ Os mais jovens;

_____ Sem diferenciação.

C – TIPO DE COMERCIALIZAÇÃO do produto oriundo da ARNAs:

- () No estabelecimento;
 () Feiras;
 () Outros.....

D- OBSERVAÇÕES GERAIS:

ANEXO 02

Manejo e Conservação dos Recursos Naturais

Práticas de Manejo e Conservação de Recursos Naturais

Práticas de Manejo e Conservação de Recursos Naturais	Unidade de medida ⁵⁵	Requisitos Técnicos, Legais e Especificações para o Detalhamento das Ações Planejadas
Cordão em Contorno Vegetado	ha	O Programa pode financiar sementes e mudas.
Cordão de Pedra Manual	ha	Esta prática deve fazer parte da contrapartida do beneficiário (mão-de-obra).
Cordão de Pedra: mecanizado com trator de esteira e com transporte animal	ha	O Programa financia horas-máquina de trator de esteira através de três orçamentos O transporte animal é contrapartida dos beneficiários.
Cordão de Pedra: mecanizado com trator de esteira e transporte também mecanizado	ha	O Programa financia horas-máquina de trator de esteira e transporte mediante três orçamentos.
Culturas em Faixas Alternadas	ha	O Programa financia sementes, mudas e adubos mediante três orçamentos. Nota: São financiadas somente culturas pouco usuais na região
Terraceamento base larga Trator pneu equipamento próprio	ha	O Programa financia custos variáveis (combustível e lubrificantes) mediante a apresentação de três orçamentos. A mão-de-obra é aceita como contrapartida do beneficiário.
Terraceamento Base Larga Trator pneu equipamento de terceiros	ha	O Programa financia horas-máquina mediante três orçamentos.
Terraceamento Base Larga Trator Esteira	ha	O Programa financia horas-máquina mediante três orçamentos.
Terraceamento Base Média (equipamento próprio)	ha	O Programa financia custos variáveis (combustível e lubrificantes) mediante a apresentação de três orçamentos. A mão-de-obra é aceita como contrapartida do beneficiário.
Terraceamento Base Média (equipamento de terceiros)	ha	O Programa financia horas-máquina mediante três orçamentos.
Terraceamento Base Estreita (equipamento próprio)	ha	O Programa financia custos variáveis (combustível e lubrificantes) mediante a apresentação de três orçamentos. A mão-de-obra é aceita como contrapartida do beneficiário.
Terraceamento Base Estreita (equipamento de terceiros)	ha	O Programa financia horas-máquina mediante três orçamentos..

Práticas de Manejo e Conservação de Recursos Naturais	Unidade de medida ⁵⁵	Requisitos Técnicos, Legais e Especificações para o Detalhamento das Ações Planejadas
Fechamento de Voçorocas	ha	O Programa financia mudas, sementes, adubos e horas-máquina, mediante três orçamentos. A mão-de-obra é aceita como contrapartida do beneficiário.
Estabilização de Voçorocas	ha	O Programa financia mudas, sementes e adubos mediante três orçamentos. A mão-de-obra é aceita como contrapartida do beneficiário.
Adubação Verde - cultivo mecanizado	ha	O Programa financia mudas, sementes, horas-máquina e adubos mediante três orçamentos. A mão-de-obra é aceita como contrapartida do beneficiário. Deve ser enviada a análise de solo de 10% dos beneficiários.
Adubação Verde—cultivo tração animal	ha	O Programa financia mudas, sementes e adubos mediante três orçamentos. A implantação deve ser contrapartida do beneficiário. Deve ser enviada a análise de solo de 10% dos beneficiários
Barreiras Contra o Vento Permeáveis (Quebra-Ventos)	ha	O Programa financia mudas, formicida e adubos mediante três orçamentos. A mão-de-obra é aceita como contrapartida do beneficiário.
Barreiras Contra o Vento Densas (Quebra-Ventos)	ha	O Programa financia mudas, formicida e adubos mediante três orçamentos. A mão-de-obra é aceita como contrapartida do beneficiário.
Rotação de Culturas	ha	O Programa financia sementes e adubos mediante três orçamentos. A mão-de-obra é aceita como contrapartida do beneficiário Deve ser enviada a análise de solo de 10% dos beneficiários.
Descompactação do Solo	ha	O Programa financia horas-máquina mediante três orçamentos.
Recuperação de Áreas Degradadas	ha	O Programa financia mudas, sementes, horas-máquina e adubos mediante três orçamentos. A mão-de-obra é aceita como contrapartida do beneficiário. Deve ser enviada a análise de solo de 10% dos beneficiários. Nota: Esta prática deve sempre contemplar a introdução de uma cultura recuperadora de solos.
Murundum	ha	O Programa financia horas-máquina mediante três orçamentos.
Sistematização de Terras Baixas com Máquinas Próprias	ha	O Programa financia custos variáveis (combustível e lubrificantes) mediante a apresentação de três orçamentos.
Sistematização de Terras Baixas com Máquinas de Terceiros	ha	O Programa financia horas-máquina mediante três orçamentos.
Canais de Irrigação e Drenagem em Terras Baixas	ha	O Programa financia horas-máquina mediante três orçamentos.
Microaçudes (Para açudes e bebedouros de até 20 horas máquinas com trator de esteiras e retroescavadeira)	un	O Programa financia horas-máquina de trator esteira, retroescavadeira, scraper e materiais mediante três orçamentos. Nota: Devem ser respeitadas as Áreas de Preservação Permanente.
Esterqueira Seca	un	O Programa financia materiais de construção e mão-de-obra de pedreiro mediante três orçamentos.
Compostagem	m ³	O Programa financia, quando for o caso, materiais para construção de composteira permanente, mediante três orçamentos. A mão-de-obra e a matéria-prima são aceitas como contrapartida do beneficiário.
Saneamento Ambiental da Sede da Propriedade		O Programa financia materiais de construção para: - Item monitorado 10079 (fossa séptica e/ou filtro anaeróbico); - item monitorado 10080 (sumidouros/zona de raiz); - item monitorado 10081 (condução e armazenamento da água da chuva); - Item monitorado 10082 (eliminação de águas estagnadas); - Item monitorado 10083 (ajardinamento); - Item monitorado 10084 (depósito temporário para lixo não tóxico); - item monitorado 10085 (mutirão de limpeza e pintura) - item monitorado 10089 (cercamento para contenção de animais); Também pode ser financiada a mão-de-obra de pedreiro. A mão de obra própria é aceita como contrapartida do beneficiário. Para todos os itens devem ser apresentados três orçamentos.
Fruticultura	ha	O Programa financia mudas, adubação e formicida, mediante três orçamentos. A mão-de-obra de implantação faz parte da contrapartida do beneficiário. Deve ser enviada a análise de solo de 10% dos beneficiários. Nota: Somente serão financiadas mudas de viveiros fiscalizados pelo DPV/SAA (Ver NOTA TÉCNICA Nº 02/03 no ANEXO A).

Práticas de Manejo e Conservação de Recursos Naturais	Unidade de medida ⁵⁵	Requisitos Técnicos, Legais e Especificações para o Detalhamento das Ações Planejadas
Reflorestamento Comercial Com Exóticas	ha	O Programa financia mudas, adubos e formicida, mediante três orçamentos. A mão-de-obra de implantação faz parte da contrapartida do beneficiário. Deve ser enviada a análise de solo de 10% dos beneficiários. Nota: Somente serão financiadas mudas de viveiros registrados no DEFAP/SEMA e inspecionadas pelo DPV-SAA.
Implantação de Ervais	ha	O Programa financia mudas, adubos e formicida mediante três orçamentos. A mão-de-obra de implantação faz parte da contrapartida do beneficiário. Nota: Somente serão financiadas mudas de viveiros registrados no DEFAP/SEMA e inspecionadas pelo DPV-SAA.
Adensamento de Ervais	ha	O Programa financia mudas, adubos e formicida mediante três orçamentos. A mão-de-obra para o adensamento faz parte da contrapartida do beneficiário. Nota: Somente serão financiadas mudas de viveiros registrados no DEFAP/SEMA e inspecionadas pelo DPV-SAA.
Reflorestamento Homogêneo Com Nativas	ha	O Programa financia mudas, adubos e formicida mediante três orçamentos. A mão-de-obra de implantação faz parte da contrapartida do beneficiário. Nota: Somente serão financiadas mudas de viveiros registrados no DEFAP/SEMA e inspecionadas pelo DPV-SAA.
Reflorestamento Heterogêneo Com Nativas	ha	O Programa financia mudas nativas, adubos e formicida para plantio comercial mediante três orçamentos. A mão-de-obra de implantação faz parte da contrapartida do beneficiário. Nota: Somente serão financiadas mudas de viveiros registrados no DEFAP/SEMA e inspecionadas pelo DPV-SAA.
Sistemas Agrossilvipastoris	ha	O Programa financia mudas, adubos, formicidas e material para cerca elétrica, mediante 3 orçamentos. A mão-de-obra de cultura intercalar devem ser contrapartida do beneficiário. Nota: Somente serão financiadas mudas de viveiros registrados no DEFAP/SEMA e inspecionadas pelo DPV-SAA.
Sistemas Agroflorestais	ha	O Programa financia mudas, adubos e formicidas mediante 3 orçamentos. A mão-de-obra e a cultura intercalar devem ser contrapartida do beneficiário. Nota: Somente serão financiadas mudas de viveiros registrados no DEFAP/SEMA e inspecionadas pelo DPV-SAA;
Sistemas Silvipastoris	ha	O Programa financia mudas, adubos, formicidas e material para cerca elétrica, mediante 3 orçamentos. A mão-de-obra de implantação faz parte da contrapartida do beneficiário. Nota: Somente serão financiadas mudas de viveiros registrados no DEFAP/SEMA e inspecionadas pelo DPV-SAA.
Pastagens Perenes	ha	O Programa financia sementes, mudas, horas-máquina e adubos mediante três orçamentos. Deve ser enviada a análise de solo de 10 % dos beneficiários. <i>A mão-de-obra é aceita como contrapartida do beneficiário.</i>
Cercamento de Áreas de Regeneração Natural (Biodiversidade)	ha	O Programa financia materiais (mediante 3 orçamentos) para cercamento de Áreas de Preservação Permanente. A mão-de-obra para o cercamento deve fazer parte da contrapartida do beneficiário.
Reflorestamento com Espécies Nativas (Biodiversidade)	ha	O Programa financia mudas de espécies nativas, adubos e formicidas mediante 3 orçamentos, para recuperação de Áreas de Preservação Permanente (ANEXO C). A mão-de-obra de implantação faz parte da contrapartida do beneficiário. Nota: Somente serão financiadas mudas de viveiros registrados no DEFAP/SEMA e inspecionadas pelo DPV-SAA.
Subvenção (Biodiversidade)	ha	O beneficiário que participar da prática 200 e/ou 201 poderá ser contemplado com uma subvenção proporcional a área protegida até o valor máximo de R\$ 1.000,00 correspondente a 1ha.
Análise de Solo	un	Para justificar a aquisição de corretivos deve ser realizada análise de solos. A amostragem deve ser feita em, pelo menos, 10% das propriedades dos beneficiários da microbacia.
Preparados Agroecológicos e/ou Biofertilizantes	l	O Programa financia Insumos para a formulação dos preparados e biofertilizantes mediante três orçamentos.
Adubação Orgânica com Dejetos Animais	m ³	O Programa financia esterco ou "cama" mediante três orçamentos.
Abastecedores de Água para Pulverizadores: Depósitos, Bombas de Recalque	un	São financiados reservatórios para abastecimento de pulverizadores, mediante três orçamentos. No caso de construção também, deve ser enviados três orçamentos de serviço de pedreiro. No caso da Prefeitura Municipal participar com a mão-de-obra especializada, esta deve ser comprovada com cópia da folha de pagamento ou declaração da Prefeitura Municipal com assinatura contador.
Equipamento de Proteção Individual	un	São financiados EPIs mediante três orçamentos.
Controle Biológico de Pragas	un	Prática de contrapartida dos agricultores que deverão manter condições ao desenvolvimento pleno dos inimigos naturais de pragas (joaninha para controle de pulgões, vespas para controle de brocas e pulgões, etc.). Poderão ser incluídos 10 dias/homem por projeto/beneficiário.

Práticas de Manejo e Conservação de Recursos Naturais	Unidade de medida ⁵⁵	Requisitos Técnicos, Legais e Especificações para o Detalhamento das Ações Planejadas
Estradas Rurais Internas e de Acesso as Propriedades	km	Esta prática faz parte da contrapartida das Prefeituras Municipais e será obrigatória para aqueles municípios que solicitarem a prática "Adequação de Estradas Rurais". O custo do serviço das horas-máquina deve ser comprovado através de decreto-lei, ou se a Prefeitura Municipal contratar o serviço de máquinas, deverá ser enviada uma cópia do orçamento vencedor. Os itens envolvidos nesta prática são os mesmos contemplados em Adequação de Estradas Rurais, constantes na NOTA TÉCNICA Nº 07/03 no ANEXO A.

Fonte: Manual operativo do Programa RS Rural.

Geração de Renda

Práticas de Geração de Renda

PRÁTICAS	UNIDADE DE MEDIDA	DETALHAMENTO DAS AÇÕES PLANEJADAS E REQUISITOS TÉCNICOS
Aquisição de Animais de Tração	cab	O Programa financia bovinos (machos) mediante três orçamentos.
Bovinocultura Leiteira (equipamentos, reforma de estábulos, etc).	un	O Programa financia equipamentos para ordenha, materiais para o manejo do rebanho e materiais para reforma e construção de estábulos, etc, mediante três orçamentos.
Posto de Resfriamento de Leite	un	O Programa financia a construção e ou adequação de unidades de resfriamento (materiais de construção, máquinas e equipamentos necessários ao processamento da matéria-prima e mão-de-obra especializada mediante três orçamentos). Deverá acompanhar o projeto a licença prévia.
Mini-usina de Leite	un	O Programa financia construção e ou adequação de unidades de processamento de leite (materiais de construção, máquinas e equipamentos necessários ao processamento da matéria prima e mão-de-obra especializada, mediante três orçamentos). Deve ser observada a legislação para licenciamento ambiental. Deverá acompanhar o projeto a licença prévia.
Avicultura	un	O Programa financia construção e ou adequação de pequenas unidades para criação de aves coloniais (materiais de construção, equipamentos e mão-de-obra especializada mediante três orçamentos).
Suínocultura	un	O Programa financia construção e ou adequação de unidades para criação de suínos (materiais de construção, equipamentos e mão-de-obra especializada mediante três orçamentos). Deve ser observada a legislação para licenciamento ambiental. Deverá acompanhar o projeto a licença prévia.
Abatedouro	un	O Programa financia construção e ou adequação de unidades para abate de animais (materiais de construção, mão-de-obra especializada, máquinas e equipamentos novos necessários, mediante três orçamentos). Deve ser observada a legislação para licenciamento ambiental. Deverá acompanhar o projeto a licença prévia.
Fábrica de Ração	un	O Programa financia construção e ou adequação de unidades de produção de ração coletivas (materiais de construção, mão-de-obra especializada, máquinas e equipamentos novos necessários ao processamento da matéria prima, mediante três orçamentos). Deve ser observada a legislação para licenciamento ambiental. Deverá acompanhar o projeto a licença prévia.
Agroindústria	un	O Programa financia construção e ou adequação de unidades (materiais de construção, mão-de-obra especializada, máquinas e equipamentos necessários mediante três orçamentos). Deve ser observada a legislação para licenciamento ambiental. Deverá acompanhar o projeto a licença prévia.
Fábrica (vassouras, cobertores, arames, telas, móveis, cordas, embalagens, lajotas, sabão).	un	O Programa financia construção e ou adequação de unidades de produção de vassouras, cobertores, cordas, etc (materiais de construção, máquinas e equipamentos necessários ao processamento da matéria-prima e mão-de-obra especializada mediante três orçamentos). Deve ser observada a legislação para licenciamento ambiental. Deverá acompanhar o projeto a licença prévia.
Padaria	un	O Programa financia construção e ou adequação de instalações (materiais de construção, máquinas e equipamentos necessários ao processamento da matéria-prima e mão-de-obra especializada mediante três orçamentos). O projeto deverá acompanhar cópia do protocolo de registro da Secretaria da Saúde.
Confeitaria	un	O Programa financia construção e ou adequação de instalações (materiais de construção, máquinas e equipamentos necessários ao processamento da matéria-prima e mão-de-obra especializada mediante três orçamentos). O projeto deverá acompanhar cópia do protocolo de registro da Secretaria da Saúde.
Unidade de Artesanato	un	O Programa financia equipamentos, instalações (materiais de construção e mão-de-obra especializada) e materiais para a primeira para produção (até 30% do valor financiado pelo Programa para prática).

PRÁTICAS	UNIDADE DE MEDIDA	DETALHAMENTO DAS AÇÕES PLANEJADAS E REQUISITOS TÉCNICOS
Apoio a Atividades Turísticas	un	O Programa financia materiais e serviços especializados que viabilizem a exploração de produtos turísticos como: - Melhoria dos arredores das unidades de produção (ver Prática 53 – Saneamento Ambiental da Sede da Propriedade) assim como, placas de sinalização e identificação dos diversos pontos de visitação; - Receptivos turísticos - ponto de venda de produtos oriundos das unidades de produção da micro-bacia hidrográfica, reforma das casas dos agricultores com o objetivo de adequá-las a hospedagem dos visitantes, etc. - Atividades Turísticas: trilhas ecológicas, pesque-pague, recuperação de aspectos histórico-culturais, recuperação e/ou preservação de atrativos naturais das unidades de produção familiar; Energia alternativa (cata-vento, turbina, roda d'água, etc).
Câmara Frigorífica	un	O Programa financia construção e/ou adequação de instalações (materiais de construção, máquinas e equipamentos necessários ao resfriamento e conservação da matéria-prima e mão-de-obra especializada) mediante três orçamentos.
Piscicultura	un	O Programa financia a construção de açudes (horas-máquina de trator de esteira e retroescavadeira ou trator com scraper), insumos para correção do solo e alevinos livres de doenças para primeira produção (até 30% do valor financiado pelo Programa para esta prática) mediante três orçamentos.
Armazenagem de Grãos	un	O Programa financia construção e/ou adequação de unidades coletivas para armazenagem de grãos (materiais de construção, equipamentos e mão-de-obra especializada) mediante três orçamentos.
Reflorestamento Comercial com Exóticas	ha	O Programa financia mudas, adubos e formicidas mediante três orçamentos. A mão-de-obra de implantação faz parte da contrapartida do beneficiário.
Fruticultura	ha	O Programa financia mudas, adubos e formicidas mediante três orçamentos. A mão-de-obra de implantação faz parte da contrapartida do beneficiário.
Implantação de Ervais (insumos e mudas)	ha	O Programa financia mudas, adubos e formicidas mediante três orçamentos. A mão-de-obra de implantação faz parte da contrapartida do beneficiário.
Plasticultura	m ²	O Programa financia materiais (filmes, lonas, tubos, etc) e equipamentos de irrigação para construção de ambientes protegidos (estufas, túneis, etc.).
Apicultura	un	O Programa financia caixas e equipamentos mediante três orçamentos.
Paiol	un	O Programa financia construção e ou adequação de instalações para armazenagem de grãos (materiais de construção, mão-de-obra especializada e equipamentos necessários) mediante três orçamentos.
Irrigação/Drenagem	un	O Programa financia materiais e horas-máquina mediante três orçamentos.
Secador de Grãos	un	O Programa financia construção e adequação de unidades coletivas para secagem e classificação de grãos (materiais de construção, mão-de-obra especializada e equipamentos necessários).
Horticultura (Olericultura e Floricultura) e Horta Comunitário	un	O Programa financia sementes e mudas para a primeira produção (até 30% do valor financiado pelo Programa para prática), adubos, ferramentas, equipamentos e material para adequação das instalações mediante três orçamentos.
Máquinas e Equipamentos Agrícolas Motorizados	un	O Programa financia máquinas e equipamentos agrícolas motorizados mediante três orçamentos.
Máquinas e Equipamentos Agrícolas Tração Animal	un	O Programa financia máquinas e equipamentos agrícolas (tração animal) mediante três orçamentos.
Minhocultura	un	O Programa financia materiais para construção do minhocário e matrizes mediante três orçamentos.
Ovinocultura	un	O Programa financia equipamentos e materiais para o manejo do rebanho (tesoura para tosquiador, tesoura de casco, pistola de dosificar, etc) mediante três orçamentos.
Equipamento para Aproveitamento de Terras Baixas	un	O Programa financia compra de equipamentos adequados ao trabalho em terras baixas, para drenagem e ou sistematização (mediante três orçamentos).
Máquinas e Equipamentos para Plantio Direto	um	O Programa financia máquinas e equipamentos mediante três orçamentos.
Aquisição de Poedeiras Comerciais	cab	O Programa financia poedeiras livres de doenças, mediante três orçamentos.
Aquisição Matrizes e/ou Reprodutores Suínos	cab	O Programa financia matrizes e reprodutores de suínos provenientes de granjas certificadas (GRSC) mediante três orçamentos.
Aquisição Matrizes e/ou Reprodutores Ovinos	cab	O Programa financia fêmeas e machos (com teste andrológico) com até 6 dentes e atestado negativo para epididimite (para os machos) mediante três orçamentos.
Inseminação Artificial	un	O Programa financia equipamentos (botijão, pipeta, etc), sêmen (provenientes de Centrais de I.A.) leiteiro/corte, materiais para instalações mediante três orçamentos.
Pastoreio Rotativo	ha	O Programa financia materiais para divisão de poteiros (tramas, moirões, eletrificador, etc) mediante três orçamentos. A mão-de-obra deve ser contrapartida do beneficiário.

PRÁTICAS	UNIDADE DE MEDIDA	DETALHAMENTO DAS AÇÕES PLANEJADAS E REQUISITOS TÉCNICOS
Implantação de Pastagem Perene	ha	O Programa financia mudas e sementes de pastagens perenes, adubos corretivos, adubo orgânico e serviço de máquinas para a implantação da pastagem mediante três orçamentos.
Segurança Alimentar (Produção de Subsistência)	un	O Programa financia materiais e equipamentos para os seguintes itens monitorados: a) Horta Doméstica (10188). Material necessário para a implantação e/ou reforma de horta doméstica, incluindo: cercamento, sementes, mudas e equipamentos para irrigação; b) Pomar Doméstico (10189). Podem ser incluídos itens como: mudas, corretivos, equipamentos, etc. c) Criação de Pequenos Animais (10190). Todo o material para abrigar animais de pequeno porte como galinhas, coelhos, etc, bem como a aquisição de animais para iniciar as criações. d) Equipamentos para Processamento de Alimentos (10191). Neste item podem ser incluídos equipamentos necessários para processar alimentos produzidos na propriedade do beneficiário e para consumo familiar como: tachos, máquinas/utensílios para processamento de frutas, produção de pão, bolachas, etc.
Adensamento de Ervais		O Programa financia mudas, adubos e formicidas mediante três orçamentos. A mão-de-obra para o adensamento faz parte da contrapartida do beneficiário.
Máquinas e Equipamentos para Silvicultura e Fruticultura	un	Podem ser financiados equipamentos diversos para manejo de florestas, pomares e ervais, máquinas e equipamentos para beneficiamento da erva-mate, madeira, etc, mediante três orçamentos.
Implantação e Melhoria de Viveiros de Mudanças Florestais e Frutíferas	un	O Programa pode financiar materiais e equipamentos diversos utilizados em viveiros tais como: bandejas, tubetes, sementeiras, etc.
Sistemas Agroflorestais	ha	O Programa financia mudas, adubos e formicidas, mediante 3 orçamentos de viveiros. A mão-de-obra e a cultura intercalar devem ser contrapartida do beneficiário. A mão-de-obra de implantação faz parte da contrapartida do beneficiário.
Sistemas Agrosilvipastoris	ha	O Programa financia mudas, adubos, formicidas e material para cerca elétrica, mediante 3 orçamentos. A mão-de-obra e a cultura intercalar devem ser contrapartida do beneficiário.
Sistemas Silvicultivos	ha	O Programa financia mudas, adubos, formicidas e material para cerca elétrica, mediante 3 orçamentos. A mão-de-obra de implantação faz parte da contrapartida do beneficiário.
Cultivo e Beneficiamento de Plantas medicinais, Aromáticas e Condimentares	m ²	O Programa financia mudas perenes, sementes, adubos, equipamentos, ferramentas e materiais para adequação das instalações individuais de beneficiamento, secagem e armazenamento mediante três orçamentos. A mão-de-obra deve ser parte da contrapartida do beneficiário.
Aquisição de Matrizes Leiteiras	cab	O Programa financia fêmeas mediante três orçamentos. Os animais devem atender os critérios descritos na NOTA TÉCNICA Nº 04/03 no ANEXO A. Nota: Devem ser realizadas, previamente, as aquisições de testes de tuberculose e brucelose nos animais da unidade de produção beneficiária. Caso haja positividade para estas doenças, o beneficiário deverá solicitar um projeto de Reposição Animal junto a IVZ local. Após a realização de dois testes negativos com intervalo de 60 dias poderão receber os animais do Projeto Integrado. Posteriormente, devem ser realizados testes, para tuberculose e brucelose, nos animais do orçamento vencedor. Nota: Mais informações sobre o RS SANIDADE ANIMAL no Manual Operativo dos Projetos Especiais.
Espaços para Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar	un	O Programa financia projeto técnico, materiais, equipamentos e serviços especializados para adequação e/ou construção de instalações para comercialização de produtos oriundos das unidades de produção dos beneficiários do projeto.
Caprinocultura	un	O Programa financia materiais para o manejo do rebanho e materiais para reforma e construção de estábulos, etc, mediante três orçamentos.
Barreiras Contra o Vento	ha	O Programa financia mudas, formicida e adubos mediante três orçamentos. A mão-de-obra é aceita como contrapartida do beneficiário.
Reflorestamento Homogêneo Com Nativas	ha	O Programa financia mudas, adubos e formicida mediante três orçamentos. A mão-de-obra de implantação faz parte da contrapartida do beneficiário.
Reflorestamento Heterogêneo Com Nativas	ha	O Programa financia mudas nativas, adubos e formicida para plantio comercial mediante três orçamentos. A mão-de-obra de implantação faz parte da contrapartida do beneficiário.
Assistência Técnica Contratada	un	Esta prática deve constar nos projetos integrados elaborados por Assistência Técnica cadastrada no Programa e contratada pelos beneficiários. O RS RURAL financia até 8% do valor do Programa no Projeto. O Programa financia a assistência técnica para elaboração do projeto, incluindo diagnóstico, e execução do projeto.
Assistência Técnica EMATER/RS	un	Esta prática deve constar nos projetos integrados elaborados pela EMATER/RS. O RS RURAL financia até 3% do valor do Programa no Projeto.

Infra-Estrutura Social Básica

Práticas da Infra-Estrutura

PRÁTICAS	UNIDADE DE MEDIDA	DETALHAMENTO DAS AÇÕES PLANEJADAS E REQUISITOS TÉCNICOS
Proteção e adequação de fontes de água natural	un	O Programa financia materiais e mão-de-obra especializada para proteção ou adequação de fontes de água natural mediante três orçamentos.
Construção de poço raso e escavado	un	O Programa financia a abertura de poço raso mediante três orçamentos.
Construção de poço artesiano ou tubular profundo	un	O Programa financia a construção de poço tubular profundo mediante 3 orçamentos.
Rede de Água Potável – recalque e distribuição de água	Km	O Programa financia projeto técnico, materiais e serviços para implantação de rede de água. No caso dos serviços de máquinas serem contratada da Prefeitura, enviar decreto-lei comprovando o valor informado no projeto, ou se a Prefeitura Municipal contratar, deverá ser enviada uma cópia do orçamento vencedor. A mão-de-obra para serviços não especializados faz parte da contrapartida dos beneficiários.
Reforma de Moradia	un	O Programa financia materiais e serviços especializados para reformas de moradias mediante três orçamentos. Deve ser enviada a descrição sumária das obras (com lista de materiais por beneficiário).
Construção de Banheiro	un	O Programa financia projeto técnico, materiais e serviços especializados mediante três orçamentos.
Centro Comunitário Rural	un	O Programa financia projeto técnico, materiais e serviços especializados para construção ou reforma de Centro Comunitário Rural mediante três orçamentos.
Telefonia Rural	un	O Programa financia materiais e equipamentos para a instalação da rede de telefonia mediante três orçamentos.
Posto de Saúde	un	O Programa financia projeto técnico, materiais e serviços especializados para construção de Posto de Saúde.
Energia Solar	un	O Programa financia material e equipamentos para geração e distribuição de energia solar mediante 3 orçamentos.
Construção de Moradia	un	O Programa financia projeto técnico, materiais e serviços especializados mediante três orçamentos.
Eletrificação Rural	km	O Programa financia construção de rede elétrica (materiais e mão-de-obra especializada) mediante três orçamentos. Os orçamentos devem especificar os materiais e o valor da mão-de-obra de construção.
Eletrificação Rural – rede interna	un	O Programa financia projeto técnico, materiais e mão-de-obra especializada mediante três orçamentos para a instalação de rede elétrica interna das moradias.
Análise de Água	un	O Programa financia análise bacteriológica da água de fontes superficiais e poços rasos e análise completa (bacteriológica e físico-química) para os poços tubulares profundos, mediante três orçamentos. Quando o resultado da análise estiver em desacordo com os padrões da Portaria 1469/2000 do Ministério da Saúde entrar em contato com a Secretaria Municipal da Saúde, buscando orientação sobre procedimentos seguros de desinfecção. Obs: O laudo da análise da água e os procedimentos para desinfecção, quando for o caso, deve ser enviado em anexo ao primeiro Laudo de Acompanhamento e Supervisão Creditícia.

Fonte: Manual operativo do Programa RS Rural, quadro formatada pela autora.